



Agricultores manifestaram-se terça-feira em Benfica do Ribatejo

A seca e a política do Governo contra a agricultura

Págs. 3 e 8

Áreas Metropolitanas: PCP interroga o Governo

Págs. 6 e 7



Plenário de professores no Pavilhão Carlos Lopes na passada sexta-feira

Professores em luta: greve nacional, plenário e manifestação no mesmo dia

Págs. 4 e 5

A CRISE



Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha

— um dossier

Págs. 16 a 21

Concertação social ou «truque social»?

— artigo

de Domingos Abrantes

Pág. 22

Acordos de Schengen: e quem vigia as polícias?

Pág. 26

EDITORIAL

Que fazer com esta presidência



No dia da greve nacional da administração pública, professores de todo o País reuniram no Pavilhão Carlos Lopes e desfilaram até ao Ministério da Educação

RESUMO

25 Quarta-feira

Dirigentes sindicais dos transportes reúnem com a Executiva da CGTP para analisar a situação de impasse negocial no sector. ■ Moradores de Riba d'Ave cortam a estrada em protesto contra a construção de uma estação de tratamento de líxos. ■ O PR requer a fiscalização sucessiva da constitucionalidade do Orçamento de Estado para 1992. ■ O ME marca a terceira chamada da PGA para 8 de Maio. ■ O Secretariado do PS recusa a proposta do PSD para a revisão das leis eleitorais. ■ Mário Soares fala na Universidade Nova de Lisboa sobre a história da oposição ao Estado Novo. ■ A Indonésia recusa ajuda económica holandesa. ■ Na Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa, que decorre na Finlândia, representantes da Arménia e do Azerbaijão concordam com a realização de uma conferência internacional sobre Nagorno-Karabakh. ■ Edith Cresson anuncia para breve mudanças no governo francês. ■ A Lbia informa a Liga Árabe de que recusa extraditar os dois presumíveis implicados no atentado de Lockerbie, mas aceitará a decisão do Tribunal de Haia. ■ A aviação turca ataca rebeldes curdos em território iraquiano. ■ Regressam à Terra os dois cosmonautas da ex-URSS que passaram vários meses a bordo da estação orbital «Mir».

26 Quinta-feira

Reunidos em plenários, os trabalhadores da Carris, em greve, condenam a administração da empresa por recusar reunir com os sindicatos. ■ Trabalhadores da Ideal ocupam durante duas horas a agência do BPA em Coimbra. ■ Agricultores exigem em Coruche medidas excepcionais contra a seca; a CNA e outras associações divulgam tomadas de posição no mesmo sentido. ■ Uma delegação do movimento de estudantes contra a PGA é recebida por Mário Soares. ■ A AR debate o acordo de Schengen. ■ A Alemanha decide suspender o envio de material militar para a Turquia. ■ Centenas de mineiros manifestam-se em Madrid, depois de uma marcha de 400 quilómetros desde Villablino, onde houve greve geral.

27 Sexta-feira

Em dia de greve de toda a administração pública, milhares de professores manifestam-se em Lisboa por uma nova política para a Educação. ■ O PR visita alguns dos concelhos mais afectados pela seca no distrito de Beja, considerando a situação como «verdadeira calamidade». ■ A CGTP promove um seminário sobre ambiente e desenvolvimento. ■ A lista Evence a primeira volta das eleições para a Associação Académica de Coimbra. ■ A Ucrânia recusa subscrever um acordo para a criação de uma assembleia interparlamentar da CEI. ■ Paralisam, pela primeira vez desde há onze anos, os trabalhadores do Metro de Tóquio e das principais companhias de caminhos-de-ferro do Japão.

28 Sábado

Inicia-se no Porto a 1ª Conferência Nacional da Interjovem; outras iniciativas assinalam o Dia Nacional da Juventude. ■ A União dos Sindicatos de Vila Real apela à solidariedade e apoio material aos mineiros de Jales. ■ Uma declaração divulgada depois da AG da Intervenção Democrática sublinha o papel da CDU para viabilizar uma convergência das forças democráticas. ■ Na Moldóvia é instaurado o estado de emergência.

29 Domingo

O CG da Anafre marca o Congresso Nacional das Freguesias para Outubro e decide convocar uma manifestação frente ao parlamento. ■ Numa entrevista à Lusa, o jornalista britânico que fez a biografia «oficial» de Savimbi acusa o dirigente da Unita de avalizar a execução de toda a família Chingundji, considerando-o «pior que Idi Amin». ■ Tropas do Azerbaijão bombardeiam com artilharia pesada a capital do Nagorno-Karabakh. ■ Os resultados da segunda volta confirmam a descida do PS nas eleições cantonais francesas.

30 Segunda-feira

Os trabalhadores do Metro de Lisboa iniciam uma série de paralisações parciais, que prossegue por toda a semana. ■ O exército recebe as primeiras 30 mulheres voluntárias, que iniciam a recruta na Trafaria. ■ Mota Amaral e João Jardim reúnem-se em «cimeira insular» em Ponta Delgada. ■ A federação do Comércio Retailista abandona a CCP, no dia em que Manuel Gamito é eleito presidente da confederação. ■ O presidente suíço afirma em Lisboa que a adesão à CE constitui o principal objectivo da política europeia do governo helvético. ■ O dirigente do ANC, Mendy Msimang, apela em Lisboa a que seja adiado o fim das sanções contra a África do Sul. ■ Collor de Melo recebe a demissão colectiva dos 12 ministros do governo brasileiro.

31 Terça-feira

PCP considera que a proposta para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) do comissário europeu McSharry é «incompatível com as necessidades da agricultura portuguesa». ■ A comissão de trabalhadores portugueses ao serviço das FFAA da Alemanha estacionadas em Évora protestam contra indemnizações que o governo de Bona lhes pretende atribuir. ■ A Academia de Hollywood atribuiu os seus Óscares de maior prestígio a «O Silêncio dos Inocentes». ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova, por dez votos a favor e cinco abstenções, a aplicação, a partir de dia 15, de um embargo aéreo e militar contra a Lbia. ■ Presidente «de facto» do Haiti, Joseph Nerette, afirma que se vai demitir do cargo nos próximos dias.

Já se esgotou metade do período da presidência portuguesa da Comunidade Europeia.

Como não há motivo para festa, o facto tem sido praticamente ignorado pelos grandes órgãos de comunicação social, o que não surpreende conhecidas as influências de que padecem, mas também pela generalidade das forças políticas da oposição, o que significa ou grave desatenção ou alguma cumplicidade na governamentalização do processo de integração.

O PCP procedeu à apreciação da marcha da presidência portuguesa na reunião da sua Comissão Política de 17 de Março e tornou públicas, em conferência de imprensa, as principais conclusões.

Foi lembrado, pelos comunistas, que diversos partidos da oposição representados na Assembleia da República tinham manifestado ao Governo, no início da presidência, que ela fosse coroada de sucesso e prestigiante para o país. Foi igualmente lembrado que o PCP ao associar-se a este voto tinha sublinhado que a presidência, sendo embora comunitária, não deixava de ser portuguesa.

Ao fazer o primeiro balanço da presidência, o PCP concluiu, no entanto, que o Governo segue uma política de subserviência em relação aos grandes países da Comunidade, de subalternização dos interesses nacionais e que está a comprometer a economia portuguesa face às exigências da União Económica e Monetária.

O PCP acusou o Governo «de continuar a governamentalizar as questões da integração; a abandonar na prática a especificidade da agricultura portuguesa; a mostrar passividade em relação ao Pacote Delors II e a subalternizar, na prática, as questões sociais da integração.»

Considerando a grande importância do «Pacote Delors II» (reforma dos fundos comunitários) para o nosso país poder enfrentar os novos desafios da integração, a Comissão Política do PCP reafirmou na altura a proposta, já anteriormente feita pelos comunistas, de que «o Governo português não deveria apresentar na Assembleia da República os textos dos acordos de Maastricht e que estes não deveriam ser aprovados e ratificados por Portugal sem que haja garantias prévias quanto à aprovação do Pacote Delors II, com recursos suficientes e calendário adequado.»

As raras posições vindas a público sobre estas questões dão uma força especial às conclusões e propostas do PCP.

Na entrevista que concedeu ao Diário Económico, Cavaco Silva, embora numa lógica subalternizadora do interesse nacional, não pôde fugir a uma visão sombria desta primeira metade do mandato, no jeito de quem se interroga: «o que fazer com esta presidência?»

Teve que reconhecer que os principais dossiers estão encaalhados e em especial as grandes dificuldades criadas pelos países ricos da Comunidade ao avanço do Pacote Delors II. Não pôde sequer ignorar a proposta do PCP (que

chamou de «partidos da oposição») sobre o retardamento da ratificação dos acordos de Maastricht e reconheceu, a medo, que há uma estreita ligação entre Maastricht e Pacote Delors II. «É o primeiro passo para as decisões que aí foram tomadas», afirmou. Mas que posições e iniciativas vai tomar o Governo, no quadro da presidência? Essa é que é a questão.

O Presidente da República também manifestou a sua preocupação com o congelamento do «Pacote Delors II». Numa crítica implícita à passividade do Governo e da presidência portuguesa nesta matéria sugeriu, em entrevista ao «Público» entre as formas possíveis de pressão: «Forçando uma cimeira sobre o assunto, por exemplo.»

Até um nável cavaquista como Lucas Pires já admite que a Presidência portuguesa não aprove nenhum dossier importante, que o «Pacote Delors será aprovado um pouco mais tarde», e com uma certa desorientação sobre o destinatário, sugere que a presidência se volte para «as propostas na área social.»

Anotar-se o estranhíssimo silêncio do PS sobre a matéria da presidência e, em especial do Pacote Delors, incluindo a proposta do PCP, mais de um mês depois do seu Congresso e que é motivo de estupefação e protesto entre os próprios socialistas. Este alheamento do PS em relação às questões comunitárias só tem comparação com o «défice de actuação» justamente imputado ao Governo de Cavaco Silva.

Por absurdo que pareça, o maior empenhamento do Governo de Cavaco Silva no desempenho da presidência da Comunidade Europeia tem-se dirigido para uma Reforma da PAC que se perspectiva numa orientação completamente incompatível com as necessidades da agricultura portuguesa e inaceitável para o país.

«A presidência portuguesa sendo embora comunitária não pode servir para lesar Portugal. Deve assegurar os legítimos interesses do nosso país.»

Como salientou a Comissão Política do PCP na passada terça-feira, em conferência de imprensa conduzida por Agostinho Lopes: «Não podemos aceitar, quando produzimos pouco, exportar menos, quando exportamos pouco, importar mais. Portugal não pode ver retiradas da produção agro-pecuária áreas significativas da sua limitada superfície agrícola.»

Seria verdadeiramente criminoso que o único dossier importante aprovado sobre a presidência portuguesa fosse uma reforma da PAC que condenasse o nosso país a vazadouro dos excedentes agrícolas comunitários.

É com este espírito de evitar que uma tão perigosa situação seja consumada que o PCP apela à responsabili-

dade de todas as forças políticas para que exijam o reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa no quadro de uma PAC que corrija a desigual distribuição dos fundos comunitários.

A presidência portuguesa sendo embora comunitária não pode servir para lesar Portugal. Deve assegurar os legítimos interesses do nosso país.

A recente discussão dos acordos de Schenguen na Assembleia da República, apesar de insuficiente, revelou que a sua aprovação seria um acto de graves repercussões para os direitos, liberdades e garantias dos portugueses.

O Governo e o PSD não queriam que o país fosse informado, antes da aprovação dos acordos, do seu verdadeiro alcance, por isso forçaram uma discussão parlamentar a todo o vapor, fora de horas, misturada com uma autorização legislativa sobre a regularização extraordinária de imigrantes.

Por isso mesmo é necessário que a discussão prossiga na opinião pública antes que se faça a votação.

A aprovação e ratificação dos acordos de Schenguen pelo nosso país significaria que Portugal passaria a fazer parte de uma mini-Europa das polícias, que está a ser concebida e imposta à margem das instituições da Europa Comunitária, com falta de controlo democrático e uma insuficiente intervenção dos parlamentos nacionais.

Os portugueses ficariam mais livres para circular no espaço dos países signatários dos acordos, mas ficaríamos mais vigiados na nossa própria terra. Aqui passariam a entrar polícias e serviços de informações estrangeiros com bancos de dados e fichagens que não respeitariam a nossa Constituição. As polícias espanholas passariam a poder entrar em território nacional na perseguição de suspeitos, com profundidade e com demora. A política de vistos seria conformada não aos interesses e tradições do nosso país (designadamente em relação ao Brasil e aos PALOP's), mas aos dos grandes países signatários do acordo, como a Alemanha.

O país avança no escuro para severas restrições da sua soberania, sem que sequer a Assembleia da República tenha feito sobre a matéria um debate esclarecedor. Neste quadro, é particularmente chocante a superficial intervenção do PS favorável à aprovação dos acordos, o que não é nada pacífico mesmo entre os socialistas.

Participando, apoiando e estimulando as lutas em curso dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e outras camadas sociais contra a política da direita, o PCP alerta vivamente a opinião pública nacional para os compromissos, comunitários e internacionais em que o poder do PSD envolve crescentemente o nosso país e que terão repercussões no condicionamento do nosso futuro. A atenção e a participação também neste campo são essenciais.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 16390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Tel: 3968793; Telex: 65791; Fax: (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

Nova tabela de assinaturas no próximo número

Comunicado da Comissão Política

Agricultura portuguesa sofre a seca e a desastrosa política do Governo

1

A Comissão Política denuncia a total passividade e incapacidade do Governo do PSD/Cavaco Silva em responder à difícil situação que vive a agricultura portuguesa e às angústias de milhares e milhares de agricultores portugueses. Um acumular explosivo de factores conjunturais e estruturais, resultantes da política agrícola realizada por sucessivos governos de direita, com particular responsabilidade do PSD, há doze anos à frente do Ministério da Agricultura, uma adesão e integração da agricultura portuguesa na Política Agrícola Comum (PAC), realizadas em ritmo acelerado e sem preservar a sua especificidade, com significativas e abissais diferenças face às outras agriculturas comunitárias e apesar das sucessivas prevenções e propostas do PCP, conduziram o sector agrícola a uma crise cujas consequências económicas e sociais extravasam em muito os seus limites.

Os problemas decorrentes da seca que agora se enxertaram na situação agrícola nacional só vieram tornar mais evidentes as debilidades e vulnerabilidades do sector, nomeadamente pela ausência, ao longo dos últimos anos, de uma dinâmica política de água, que tivesse avançado com a Barragem do Alqueva, acelerado a integral concretização do grande Regadio da Cova da Beira e promovido muitos outros aproveitamentos hídricos do País, de fins exclusivamente agrícolas ou múltiplos.

É já hoje claro que as vultuosas verbas disponibilizadas para a agricultura desde a adesão, provenientes dos fundos comunitários mas também dos contribuintes portugueses via Orçamento de Estado, não produziram as alterações necessárias e que, em parte não dispendiada, foram absorvidas pelo pântano da corrupção.

A perda de culturas e gados, ao desemprego e outras dificuldades causadas pela seca, acrescentem-se os problemas dos viticultores pelo segundo ano consecutivo, a braços com excedentes de produção, sem escoamento suficiente, e com a reduzida venda feita a preços degradados; dos produtores de tomate, sem receberem do Governo o diferencial da campanha/91 e dos industriais, cerca de 1 milhão de contos de dívidas em atraso; dos produtores de bovino que enfrentam uma persistente baixa de preços e dificuldades de comercialização, resultantes da importação que esmaga a produção nacional; dos produtores de leite, a tentarem liquidar apressadamente a sua produção (16 mil candidatam-se ao resgate das quotas); das dívidas e atrasos nos pagamentos dos organismos oficiais (IFADAP, INGA, etc.) relativas a indemnizações, prémios e subsídios; dos estrangulamentos decorrentes do elevado serviço da dívida (taxas de juro) por empréstimos contraídos para investir ou acorrer a despesas de campanha ou a prejuízos de anteriores calamidades, e teremos ainda assim uma fotografia agrícola do País algo favorecida.

Para completar o quadro resta referir a preocupante situação económica e financeira que vive um elevado número de cooperativas agrícolas, muitas a caminho de uma falência irremediável. Estas estruturas, de grande importância no actual contexto agrícola, devem milhões de contos à banca e a fornecedores, devem milhares de contos aos seus associados.

2

A Comissão Política não pode deixar de sublinhar, mais uma vez, que a reforma da PAC que se perspectiva é completamente incompatível com as necessidades da agricultura portuguesa e inaceitável pelo País.

Não podemos aceitar propostas que condenem o País a ter uma agricultura de baixo nível tecnológico e reduzida produtividade, vazadouro dos excedentes produzidos nos outros países comunitários e mesmo da produção agro-alimentar de países com que a Comunidade tem acordos preferenciais de comércio. Não podemos aceitar, quando produzimos pouco, produzir menos, quando exportamos pouco, exportar menos, quando importamos muito, importar mais. Portugal não pode ver retiradas da produção agro-pecuária áreas significativas da sua já limitada superfície agrícola.

A Comissão Política insiste na crítica à posição do ministro



Na conferência de imprensa da Comissão Política de terça-feira estiveram presentes Agostinho Lopes (ao centro) e (à esquerda) Carlos Amaro, da Comissão de Agricultura do CC do PCP

Arlindo Cunha, no exercício da Presidência Portuguesa, mais interessado em pretensos êxitos com o fecho apressado de *dossiers* do que em defender a agricultura portuguesa. Qualquer das três propostas de reforma da PAC até hoje apresentadas por Arlindo Cunha mantêm o essencial da proposta McSharry e não insistem na diversidade profunda de agriculturas regionais como a portuguesa.

A Comissão Política chama a atenção para a gravidade das posições dos deputados portugueses do PSD, PS e CDS no Parlamento Europeu que, acompanhando mais ou menos acriticamente as orientações dos respectivos Grupos Parlamentares, declaram o apoio de fundo a uma reforma que, contraditoriamente, consideram incompatível com os interesses da agricultura portuguesa.

A Comissão Política considera como ponto inultrapassável a consideração múltiplas vezes referida, demonstrada e reconhecida, da **especificidade** da agricultura portuguesa. Especificidade que não se reduz apenas às suas características específicas no presente momento - deficientes estruturas agrárias, baixos níveis de produtividade do trabalho e física, limitadas áreas de solos de boa qualidade - como ao facto de não ter gozado durante 30 anos dos apoios e protecção de que beneficiaram as restantes agriculturas comunitárias.

Caso vingue o fundamental da proposta McSharry, o Governo português deve invocar o interesse vital e reclamar, na base da especificidade, da profunda alteração das condições negociadas aquando da adesão e da coesão económica e social, a reconsideração da integração da agricultura portuguesa na PAC, com o estabelecimento de novos prazos, na concretização de regras e disciplinas e o reforço de apoios e ajudas.

A Comissão Política pensa que uma reforma da PAC que atenda à diversidade da agricultura comunitária e combata a manutenção de uma agricultura a várias velocidades, exige que, simultaneamente:

- a) O rendimento dos agricultores dependa prioritariamente do seu trabalho e não de medidas de assistência;
- b) se corrija a desigual distribuição dos fundos agrícolas, vigente até hoje, o que impõe que os mecanismos de sustentação dos rendimentos sejam modulados e limitados em função da dimensão das explorações agrícolas e do seu grau de intensificação.

A Comissão Política saúda a movimentação dos agricultores portugueses em defesa dos seus interesses e contra a gravosa perspectiva desenhada em Bruxelas, garantindo-lhes a sua

solidariedade e empenhamento político na defesa de uma agricultura portuguesa viva e moderna.

Face à proposta da Comissão das Comunidades de congelar os preços agrícolas para a campanha de 92/93, o que significará, em face da inflação e da revalorização do escudo, um novo e significativo abaixamento dos preços dos produtos agrícolas portugueses, o que se acrescenta à brutal descida dos rendimentos dos agricultores portugueses em 1991 (menos 24,4%, segundo o Eurostat) e à seca que afecta os rendimentos do presente ano, a Comissão Política reclama do Governo português a negociação com Bruxelas de apoios específicos de sustentação dos preços em Portugal para a referida campanha.

3

Considerando os problemas referidos, a Comissão Política anuncia que o Grupo Parlamentar já requereu uma reunião conjunta das Comissões de Agricultura e dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, com a presença do ministro da Agricultura. A reunião, a realizar no próximo dia 8 de Abril, terá por objectivo uma informação completa sobre o processo da reforma da PAC e da posição do Governo nesse processo. Vai propor igualmente o agendamento com urgência de um projecto de Resolução que comporte recomendações, respondendo aos problemas e inquietações dos agricultores portugueses, em seis áreas fundamentais:

- 1) Medidas para a seca, que devem ter concretização rápida e conforme reclamações das organizações agrícolas;
- 2) preços dos combustíveis e outros factores de produção ao nível europeu;
- 3) crédito a baixas taxas de juro;
- 4) pagamento das dívidas do Estado;
- 5) medidas de urgência para os sectores do vinho, carne bovina e tomate industrial;
- 6) pacote de medidas para um forte apoio económico e técnico ao movimento cooperativo agrícola, para saneamento financeiro e pagamento das dívidas aos seus sócios.

A Comissão Política propõe ainda que a RTP considere a curto prazo a realização de debates nacionais sobre toda esta problemática agrícola, com a presença das principais forças políticas e sociais.

TRABALHADORES



Acordo na Panasqueira

Um acordo com a administração na semana passada fez desconvocar a greve de cinco dias nas minas da Panasqueira. Sabia-se na Covilhã, em 25 do corrente, que a comissão negociadora sindical e a administração, após uma reunião de 13 horas, estabeleceram um aumento salarial de 10,5 por cento para 1992. Os trabalhadores pretendiam 12 por cento. Fonte sindical disse à Lusa que «não foi um bom acordo. Os trabalhadores mereciam mais». Para este mês ficaram marcadas novas reuniões com os gestores, designadamente para negociar questões de ordem social e o horário de trabalho. Na semana passada, no Porto, era entretanto anunciada a criação de uma comissão autárquica de acompanhamento do processo de encerramento das minas do Pejão em 1994.

Luta da SAAL no aeroporto

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em Lisboa, preconiza a agudização da luta na SAAL contra a rescisão de um contrato de fornecimento à TAP. A rescisão antecipada pode provocar grande número de despedimentos. O mesmo Sindicato protestava, entretanto, contra a ementa do pessoal do Hotel Sheraton em Lisboa, que «infringe escandalosamente o CCT» (contrato colectivo de trabalho). O Sindicato prevê «formas de luta». Uma delas pode ser «a greve total».

Mineiros de Jales em greve

Contra «condições de trabalho degradantes», os mineiros de Jales (Vila Pouca de Aguiar) perfizeram sexta-feira passada 15 dias de greve. No mesmo dia (telex da Lusa), os trabalhadores deslocaram-se a Vila Real para entregarem ao governador civil um memorando sobre a sua situação laboral. Os salários médios nas minas rondam os 45 contos.

Ocupada agência bancária em Coimbra

Trabalhadores têxteis da fábrica Ideal de Coimbra ocuparam quinta-feira passada uma agência do Banco Português do Atlântico naquela cidade. Os cerca de 50 trabalhadores fizeram uma ocupação pacífica e simbólica, pois o BPA é o principal credor da empresa. Segundo a Lusa, encontravam-se sobretudo no local mulheres de meia idade de lágrimas nos olhos. Trata-se do futuro da empresa e dos postos de trabalho. Os sindicatos têxteis da Beira Alta reivindicavam, entretanto, aumentos salariais na Covilhã. A proposta sindical de aumento é de 10 mil escudos por trabalhador do subsector dos lanifícios.

Desconvocada greve na TAP

As tripulações de cabina dos transportes aéreos portugueses suspenderam a greve anunciada para 30 de Março findo. A suspensão deveu-se a um acordo provisório e experimental (telex da Lusa de 25.3) quanto à composição dos tripulantes de cabina do novo avião A-320. O processo foi conduzido pelo Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil.

CESL em tribunal

O boletim «Nós», editado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa (CESL), é alvo de um processo por «abuso de liberdade de imprensa». A acusação é feita pelo administrador da firma Braz e Braz, com base numa notícia publicada vai para um ano sobre a agressão de um trabalhador na sequência de críticas à gestão da empresa. O julgamento do caso foi adiado para 2 de Junho próximo, em 25 de Março.

Paralisações nos transportes CGTP responsabiliza o Governo

O Governo foi responsabilizado a semana passada pela conflitualidade existente no sector dos transportes e pela má qualidade do serviço prestado aos passageiros. No final de uma reunião de 30 dirigentes de sindicatos do sector, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, disse aos jornalistas que a população é servida cada vez pior e os trabalhado-

res têm vindo a perder direitos.

A CP e a RN, por exemplo, continuam a efectuar cortes prejudiciais à vida dos utentes e tendentes a diminuir os postos de trabalho.

«Ao contrário do que é propagandeado», disse aquele dirigente nacional da CGTP, «actualmente os trabalhadores dos transportes têm os níveis salariais mais baixos do País».

Se não fizer horas extras, um motorista da Rodoviária leva hoje para casa cerca de 60 contos por mês.

Os conflitos no sector devem-se em grande parte ao acordo recentemente assinado (não pela CGTP) no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS).

Afirmou Carvalho da Silva que «os trabalhadores dos transportes não aceitam o

referencial de 10,75 por cento (para os aumentos) e, por isso, têm vindo a protestar fortemente contra a imposição desse valor».

Entretanto, as negociações salariais na CP estão bloqueadas; na Transtejo, a situação é semelhante; na Carris, o impasse mantém-se; e no Metro, a discriminação salarial não foi resolvida, nem os aumentos propostos foram aceites.

Gestão não aceita o diálogo Greves no Metro vão continuar

Quarta-feira da semana passada, depois de um prolongado período de paralisações parciais, os sindicatos do Metropolitano de Lisboa, e designadamente a Festru, marcavam novas greves de quatro horas diárias, entre as 6 e 30 e as 10 e 30, para 30 e 31 de Março findo e para 1, 2 e 3 do corrente. Aquela Federação (dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN) acusava o conselho de gerência de se mostrar prepotente e de não aceitar o diálogo com os representantes sindicais.

Na base do conflito permanecem as mesmas razões.

Em 1991, os trabalhadores tiveram aumentos da ordem dos 13,5 por cento. Segundo a Festru, «a pretexto de fixar os quadros técnicos à empresa», estes últimos foram

aumentados em cerca de 40 por cento.

A gestão reconheceu essa «diferenciação» e, ainda segundo a Festru, «propôs-se corrigi-la, isto é, criou expectativas nesse sentido».

No entanto, ao fim de «várias reuniões», o conselho de gerência (CG) apenas «propôs e impôs» um «prémio anual de produtividade». E recusou outras propostas dos sindicatos. Na opinião da Festru, o prémio deveria deixar de ser anual, «passando a trimestral», devidamente «oficializado».

No entender de Federação, o prémio de produtividade, tal como é agora atribuído, «acabou por ser um foco de instabilidade» por ser demasiado selectivo.

Mas à proposta de diálogo sobre o assunto, o CG limitou-se a responder efectuan-



do apenas uma reunião com os sindicatos. E não tratou do caso. Do que tratou foi de «aplicar por acto de gestão (sem negociar uma única vez) um aumento de 10,75 por cento na tabela e 75 escudos no subsídio de refeição».

Além da discriminação de 1991, o CG e o Governo menosprezaram as negocia-

ções. Mas, apesar disso, os sindicatos continuam «diariamente a tudo fazer para conseguir reunir e dialogar com o CG».

Mas, «a manter-se a actual situação de prepotência» da gestão, a alternativa que resta é a continuação da luta no Metropolitano de Lisboa, adverte a Festru.

Apelo à compreensão

Na conclusão de um comunicado recente sobre «O conflito laboral no Metro», a Festru - Federação dos Sindicatos e Transportes Rodoviários e Urbanos sublinha que os trabalhadores daquela empresa «têm plena consciência de que, quando fazem greve, os utentes são os primeiros e os principais prejudicados, daí que, em princípio, não desejem essa forma de luta; mas a responsabilidade cabe por inteiro ao CG (conselho de gerência) e ao Governo que fecham os olhos a esta situação. Embora saibamos dos incómodos causados à população de Lisboa - afirma a direcção da Festru/CGTP - apelamos à sua compreensão, dado que é imensamente justa a luta dos trabalhadores».

Direitos sindicais

A União dos Sindicatos de Braga (USB) denunciou a semana passada a violação de direitos dos trabalhadores no distrito. Adão Mendes, da União, falou de graves discriminações em diversas empresas.

Segundo a Lusa, aquele dirigente sindical assinalou a existência de pressão sobre as mulheres e as mães trabalhadoras. Protestou também contra a perseguição a delegados e dirigentes sindicais.

Ameaças referidas pela agência em 25 de Março incidem em mudanças de turno ou de local de trabalho.

A USB convocou para 7 do corrente um plenário de sindicatos.

Forte adesão na Carris

Por aumentos salariais superiores a 10,75 por cento, os períodos de doze horas de greve, quinta e sexta-feira da semana passada, mereceram forte adesão dos trabalhadores que lutam também por um novo regulamento de carreiras na Carris.

Embora, como sempre, a empresa tenha recorrido aos alternativos, os efeitos da greve notaram-se bem na cidade e em toda a zona da Grande Lisboa.

Na altura em que escrevemos, ainda não havia percentagens rigorosas sobre a adesão. No entanto, fonte da própria empresa admitia, quinta-feira passada, que apenas circulavam 70 autocarros, 2 eléctricos e 3 elevadores em Lisboa.

A disposição de trabalhadores e sindicatos é de continuar a luta até serem satisfeitas as suas reivindicações.

TRABALHADORES

Baixos salários, más carreiras

Um profundo descontentamento dá forte expressão às greves

À Administração Pública juntam-se professores, enfermeiros, quadros técnicos. Os sindicatos recusam repetidas afirmações do Governo sem credibilidade

Além da greve que, segundo o SPGL, teve uma adesão superior a 80 por cento, milhares de professores de todo o País efectuaram, sexta-feira passada, um plenário no

Pavilhão Carlos Lopes em Lisboa e, já de noite, deslocaram-se ao Ministério, passando por várias ruas de Lisboa em manifestação de apoio às suas reivindicações e de recu-

sa da má política do Governo para o ensino e a educação em geral. No mesmo dia pararam à volta de 65 por cento dos trabalhadores da Administração Pública. Na Administração Local (autarquias) a greve foi de dois dias, conduzida pelo STAL, Sindicato que entretanto desmentia uma nota oficiosa do Governo, segundo a qual nenhum detentor de cargos políticos tinha aumentos superiores a 8 por cento.

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local fazia notar que um director-geral, sendo «remunerado pelo índice 135 em 1992», receberá este ano 479 900 escudos mensais. O aumento real verificado neste caso é de «23,55 por cento em relação ao ano anterior».

Quanto aos professores, a greve foi determinada pela necessidade de medidas que garantam a segurança do



Os professores demonstraram sexta-feira em Lisboa força e empenho na luta. Foto: no Pavilhão Carlos Lopes durante o plenário que antecedeu a manifestação que mais tarde se concentrou em frente ao Ministério da Educação

emprego, respeitem o tempo de serviço prestado pelos docentes, removam obstáculos artificiais do ponto de vista da especificidade da carreira docente e, nomeadamente, ponham em prática medidas que permitam a progressão nos escalões, «suspendam a experimentação do modelo de gestão por inadequado, melhorem as condições de trabalho nas escolas e incrementem a formação contínua dos docentes», afirma o presidente da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Pelo seu lado, a Fenprof (Federação Nacional), ao exigir «uma nova política para a Educação», referia sexta-feira passada que a adesão nacional à greve («superior a 70 por cento») não deixa dúvidas sobre a necessidade imprescindível

de valorizar a função docente «profundamente degradada».

Na Administração Local que está sobretudo em causa é a valorização das carreiras. Mas não estão esquecidos os salários. Pelo contrário: os 23 sindicatos que convocaram a greve, ou melhor, as greves na Administração Pública, a todos os níveis, continuam a não aceitar os 8 por cento da Portaria e, apesar de o Governo garantir que nenhum trabalhador receberá menos de 10 por cento de aumentos em 1992, os sindicatos recusam terminantemente que os dois por cento de diferença sejam retirados do descongelamento dos escalões das respectivas carreiras. Consideram que, assim, os 8 são realmente 8 e não 10, como as «contas» do Governo pretendem fazer crer.

Conferência da Interjovem

Mercado do trabalho hostil aos jovens

Mais de 300 jovens participaram sábado e domingo passados na 1.ª Conferência Nacional da Interjovem. 270 delegados elegeram por maioria um conselho nacional de 35 elementos. Entre outros documentos, a Conferência da organização juvenil da CGTP aprovou, também por maioria, uma carta reivindicativa e um documento-base. O primeiro capítulo refere-se aos jovens e ao mercado de trabalho.

O coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, afirmou sobre esse tema que a carência de mão-de-obra qualificada é um dos «défices estruturais do mercado de trabalho português».

Ao intervir nos trabalhos da Conferência da Interjovem, Carvalho da Silva acrescentou que se impõe «um abandono desta lógica de mão-de-obra sem qualificação».

Da carta reivindicativa aprovada no Porto destaca-



Sob o lema «Agir para Transformar», os principais problemas dos jovens foram debatidos durante dois dias no Porto

mos as seguintes alíneas dirigidas principalmente ao Governo:

- Revogação da norma legal que possibilita a contra-

tação a prazo de jovens, só porque procuram o primeiro emprego;

- Redução do período experimental e eliminação

da discriminação existente no período experimental para trabalhadores admitidos em empresas com mais ou menos 20 trabalhadores,

72 por cento dos que procuram o 1.º emprego deparam com a precariedade

considerando que são os jovens os mais discriminados;

- Fiscalização efectiva da parte da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), com vista a acabar com violações da lei dos contratos a termo, salvaguardando os casos mais favoráveis previstos nos contratos colectivos de trabalho, por forma a que a trabalho permanente correspondam contratos permanentes;

- Accionar os mecanismos junto dos organismos competentes — IGT, das Finanças e da Segurança Social — no combate ao recurso pelas empresas ao trabalho ilegal, designadamente «independentes»/recibo verde.

Da carta reivindicativa aprovada no Porto, além da segurança no emprego — uma das reivindicações principais — constam ainda o

cumprimento e o reforço dos direitos dos jovens trabalhadores, incluindo no IJOVIP, o combate ao trabalho infantil, o direito ao emprego, a aprendizagem e a garantia da formação profissional.

Os baixos salários, a precariedade do emprego (72 por cento dos jovens que procuram o primeiro emprego deparam com essa condição), o espírito economicista que tem presidido à construção europeia (em prejuízo da vertente social) constituíram também motivo de debate e forte crítica dos delegados à Conferência Nacional da Interjovem.

A média de idades do respectivo conselho nacional agora eleito é de 24 anos.

Entre os outros documentos aprovados, consta uma «saudação ao povo e à juventude de Timor-Leste».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Interpelação do PCP ao Governo comprova:

Vida nas Áreas Metropolitanas pode ser melhor

É possível mudar para melhor a vida nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto se o Governo e a administração central assumirem as suas responsabilidades, implementando para o efeito uma política capaz de accionar as medidas e respostas que superem os actuais obstáculos ao desenvolvimento. Em traços gerais, esta terá sido muito provavelmente a principal conclusão a reter da interpelação com que o PCP confrontou o Governo, na passada semana, sobre os graves problemas que afectam o quotidiano dos mais de quatro milhões de habitantes que vivem e trabalham naquelas parcelas do território.

Para o centro do debate, como não podia deixar de ser, foram chamados os principais problemas que na perspectiva da bancada comunista afectam aquelas duas áreas e que transformam num autêntico inferno a vida da grande maioria dos seus habitantes. A ideia de que se vive mal nas áreas metropolitanas e que estas atravessam grave crise de falta de qualidade e de falta de funcionalidade, a todos os níveis espaciais, sociais e culturais, perpassou de resto todo o debate, constituindo-se mesmo como o seu fio condutor.

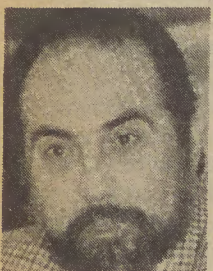
Para isso contribuiu naturalmente a intervenção dos deputados comunistas, apostados ao longo dos trabalhos na identificação dos problemas - acessibilidades, ordenamento do território, cuidados de saúde, habitação, segurança das populações, desenvolvimento e descentralização -, no apuramento de responsabilidades e no encontrar de soluções.

E se os dois primeiros objectivos que nortearam a acção dos parlamentares do PCP foram plenamente conseguidos (por um lado, chamar a atenção pública para as questões concretas que afectam as populações das duas maiores concentrações urbanas do País e, por outro, apurar as responsabilidades do Governo nesta matéria), já em relação ao terceiro objectivo tudo vai continuar a depender da vontade política do Executivo - e tão-só, porque as soluções, essas, existem, como foi demonstrado - em implementar as medidas que abram as portas ao ensejado desenvolvimento das áreas metropolitanas, numa perspectiva de bem-estar e qualidade de vida.

Daf os desafios lançados no final do debate pelo deputado João Amaral, ao interrogar, em nome da bancada comunista: vai ou não o Governo duplicar o investimento em obras públicas nas Áreas Metropolitanas, única forma de recuperar os atrasos nas vias de comunicação e nos grandes projectos ambientais?; vai ou não aprovar um programa de emergência nas áreas dos cuidados primários de saúde e da segurança das populações, duas das áreas onde são mais gritantes as carências quer em instalações quer em medidas de protecção?; vai ou não aprovar um programa de promoção pública de habitação social que num horizonte razoável resolva o défice existente?; vai ou não viabilizar a criação das regiões administrativas, peça essencial para promover o desenvolvimento integrado e harmonioso do País, fazendo cessar consequentemente a pressão demográfica sobre as áreas metropolitanas?

Deste amplo leque de questões e problemas poderá o leitor, nesta página, ainda que de forma breve, conhecer mais desenvolvimentos, acompanhando algumas das palavras dos deputados comunistas que intervieram no debate.

O caos na circulação

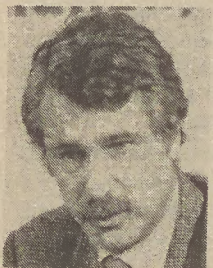


José Manuel Maia Mas, no imediato, é necessário que os cidadãos se desloquem.

Então criem-se as condições para que não passem todos pelos mesmos percursos, que tenham a possibilidade de evitar os pontos de maior engarrafamento, que o trânsito se distribua de forma a que a penetração na capital se faça pelo acesso mais próximo do destino.

Nova conclusão parece óbvia: — urgente a implementação em Lisboa da «teia de aranha» com as circulares regionais e as radiais, transportes públicos à altura das necessidades, interfaces e zonas de estacionamento, mas também melhor acessibilidade para quem reside na Península de Setúbal através do aumento e diversificação dos transportes fluviais, do atravessamento em carril pelo tabuleiro inferior da Ponte 25 de Abril

As responsabilidades do PSD



João Amaral

desses problemas.

A habitação, questão nodal, foi abandonada à sua má sorte. Não há promoção pública de habitação social. Não há programas de substituição das barracas que em número de dezenas de milhar povoam esta área. O preço das casas, nas áreas mais centrais, atingiu preços de completa loucura, preços que só mostram como se têm agravado as desigualdades do nosso país, e como tem proliferado uma camada de especuladores, a quem o dinheiro nunca custou a ganhar.

A rede viária está num atraso inadmissível. Atraso, mesmo face aos calendários que o Governo se propôs e que punham as circulares hoje praticamente prontas. A verdade é que das circulares, essenciais e prioritárias por razões óbvias, pronto não há nada.

No caminho-de-ferro, a Linha de Sintra é o descabro. O Metro, continua na sua versão mini. A renovação das frotas está atrasada.

Quanto aos grandes projectos do ambiente, ou são atrasados, como o de Saneamento da Costa do Estoril, ou são insuficientemente apoiados, como o da recuperação do rio Trancão, ou não existem, como o contrato programa para o Saneamento Básico na zona do Porto, ou então passam para a zona das afirmações tontas e irresponsáveis de políticos cujo objectivo essencial é aparecer nos jornais, mesmo que seja a fazer propaganda de um qualquer detergente!

Mas, é nas áreas marcadamente sociais que a política do Governo transparece com mais nitidez na sua desumanidade e crueza.

(...)

Brevemente, as novas estruturas «Área Metropolitana do Porto» e «Área Metropolitana de Lisboa» vão entrar em funcionamento.

Sem dúvida que serão estruturas importantes para a compatibilização de programas, para a coordenação de esforços, para a hierarquização de prioridades, para a orientação de investimentos, para a gestão de programas comuns.

Mas, as responsabilidades do Governo e da Administração Central e a fragilidade e mesmo ausência de resposta do Governo continuará a ser o maior obstáculo ao desenvolvimento destas zonas numa perspectiva de bem-estar e qualidade de vida.

e com um modo de transporte suburbano rápido e de massas, e de novas travessias do Tejo rodoferroviárias.

(...)

Mas, se ao grande problema do trânsito, transportes e rede viária se juntarem outros tão sentidos como a habitação, o ambiente, a educação, a saúde, a segurança de pessoas e bens, etc., é óbvia a dimensão das dificuldades que pesam sobre a vida da sua população.

Não é possível tentar controlar o desenvolvimento de Lisboa sem considerar com urgência a sua articulação integrada com o desenvolvimento da Península de Setúbal.

Os problemas interligam-se e não se resolvem sem serem equacionados no quadro da Área Metropolitana.

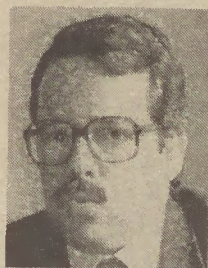
(...)

O PCP defende um modelo de desenvolvimento, que assegure, de forma integrada, a realização de todas as suas vertentes fundamentais: económica, social, cultural, ambiental e política.

Para o PCP, desenvolver integralmente o território da Península de Setúbal significa racionalizar o seu uso em função das necessidades reais das populações, salvaguardando riquezas naturais e patrimoniais, disponibilizando espaços para o desenvolvimento de actividades produtivas e afectando zonas com aptidão turística e de ocupação de tempos livres.

(...)

Falta de qualidade e funcionalidade



Daniel Branco

(...) É indubitável que se vive mal nas Áreas Metropolitanas e que estas atravessam grave crise de falta de qualidade e de falta de funcionalidade. Já em 1983, o Prof. Simões Lopes falava sobre o que ele designou por «política de ausência de política» como a política mais conveniente para favorecer interesses bem definidos. Dizia o Prof. (e cito):

«A política «ausente» serve-se da inércia para deixar as forças do mercado trabalharem livremente. (...) O resultado é um processo de desequilíbrio cumulativo, extremamente difícil de controlar. As economias de escala e as economias externas são apropriadas por alguns; as deseconomias paga-as a sociedade sem quaisquer preocupações de justiça». (Fim de citação).

A questão nuclear desta interpelação do PCP ao Governo é a de se saber se o Governo continuará a optar conscientemente pela sua «política de ausência de política» que modelou as Áreas Metropolitanas.

Ou se, ao invés, entende que é tempo de arrepiar caminho e de articular com os Municípios, com as novas instituições Áreas Metropolitanas e com as diferentes entidades que aí intervêm, opções estratégicas capazes de inverter o alastrar de todo o tipo de degradação que têm vindo a sofrer?

A questão fulcral das Áreas Metropolitanas não se resume à visão redutora do enunciado de Obras Públicas, ainda para mais quando se continuam a apresentar como grandes novidades propósitos e projectos que, no caso de Lisboa, datam, na maioria dos anos 60 — vidé Plano Director da Região de Lisboa — e que no Porto estão atrasadíssimas, como é exemplar o caso da Ponte do Freixo.

(...)

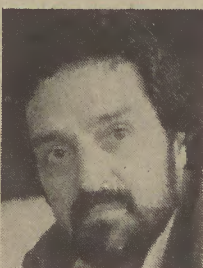
Pretendemos que o surgimento das Áreas Metropolitanas signifique um novo quadro de relacionamento entre os diferentes níveis da Administração que se traduza em ganhos de qualidade para os cidadãos.

Sendo importante o encontrar de suporte financeiro para o avanço do muito que há a fazer e defendendo o carácter imperioso do Governo dotar as Áreas Metropolitanas com os meios financeiros adequados, devemos iniciar também nestas Áreas, os trabalhos indispensáveis à candidatura aos fundos do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Defendemos pois que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto devem participar em todo o processo desde o início, devendo também virem a integrar a unidade de Gestão que vier a ser responsável pelos correspondentes Programas Operacionais.

(...)

Barracas a mais, casas a menos



Luís Sá

(...) Na Grande Lisboa existem mais de 30 mil barracas, um terço dos alojamentos estão muito degradados, 310 mil habitantes vivem em zonas clandestinas. Num e noutro caso, grande parte dos alojamentos são muito antigos. Apesar disso, os gastos com a reabilitação urbana não ultrapassam 4% do já fraco investimento ao sector. Na Área Metropolitana do Porto, em cada mil famílias 9 habitavam em barracas, 92 partilhavam a habitação com outra, 230 viviam em sobreocupação. Mais de 45% dos alojamentos arrendados estavam em deficiente estado de conservação e grande número de fogos eram ilegais, o que ilustra péssimas condições de urbanização.

Mas não são só as grandes manchas de bairros de barracas, os bairros históricos como os de Lisboa, Porto e Gaia, em acentuadíssimo estado de degradação, as zonas de loteamentos ilegais. É também a superlotação de muitas habitações e até a superlotação de barracas. É a falta de equipamentos e infra-estruturas que são essenciais ao direito à saúde e que fazem parte do conceito de direito à habitação. No caso da Área

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Presidência das Comunidades Europeias Estratégia do Governo é prejudicial ao País

• acusa Octávio Teixeira

Existem sérios riscos de a primeira presidência portuguesa das Comunidades Europeias, a manter-se o actual comportamento do Governo, ser «profundamente prejudicial para os interesses de Portugal e dos portugueses». Assim mesmo, contundente e sem rodeios, foi esta a advertência lançada da tribuna do Parlamento por Octávio Teixeira, faz hoje uma semana, a propósito do desempenho do Executivo de Cavaco Silva no exercício dessa presidência.

Uma acção que o líder da bancada comunista não hesitou em classificar de «negativa», decorridos que são três meses sobre o seu início, e para a qual concorre uma estratégia governamental que em sua opinião «não serve os interesses nacionais, não dignifica o País e é prejudicial para a economia portuguesa».

Desde logo, porque aquilo que o Governo apelida de «low-profile» como estilo de exercício da função presidencial, longe de ser uma modéstia louvável, como sublinhou o dirigente comunista, mais não é do que a demissão da presidência quanto à orientação e gestão determinada e eficaz das prioridades que se colocam à Comunidade no pós-Maastrich e a sua «abdição da agenda e do ritmo de negociação dos principais dossiers comunitários».

Ora tem sido justamente esta atitude de «menino bem comportado, arrumadinho e obediente», como já lhe chamou o PCP, ditada pela opção de «não fazer ondas», que tem levado a que o Governo não se empenhe devidamente nos dossiers que mais interessam a Portugal.

«Só esta estratégia do Governo pôde permitir, por exemplo, que o Reino Unido publicitasse, com quatro meses de antecedência, o programa da sua próxima



presidência, nele incluindo todos os principais dossiers que a presidência portuguesa herdou», frisou Octávio

Teixeira, antes de lamentar que esta atitude do governo britânico, que apelidou de afrontosa, não tivesse mere-

cido qualquer reacção do Governo português.

Mas a «ineficácia, inoperância e ausência de vontade política da presidência portuguesa», para utilizar as palavras do deputado comunista, pode ainda ser aferida no capítulo da dimensão social pela fracassada reunião informal recentemente realizada no Algarve, no decorrer da qual não se registaram avanços nas matérias em análise, com consequências negativas para os trabalhadores portugueses, como demonstra o facto de, por exemplo, permanecer sem resposta o problema dos 8500 trabalhadores aduaneiros e das 400 empresas de despachantes.

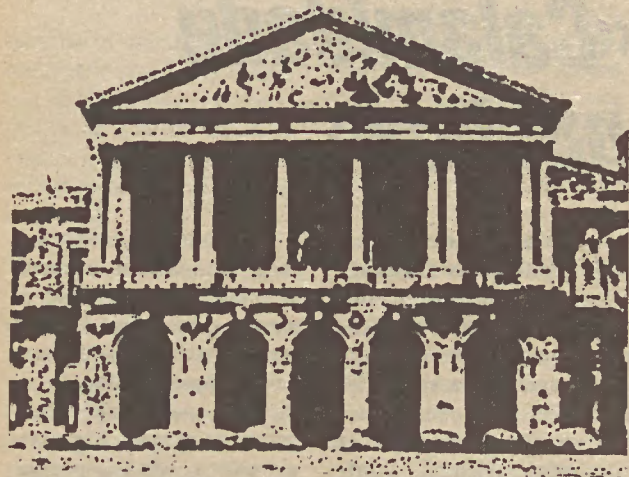
A passividade do Governo face às reacções negativas dos países mais ricos da Comunidade ao Pacote Delors II - plano que visa traduzir em termos concretos, embora de forma pouco ambiciosa, nos planos financeiro e orçamental, as decisões aprovadas em Maastrich em matéria de coesão económica e social - constitui outro caso de injustificável inoperância, com a agravante de, tal como já sucedera em Maastrich, ter sido a vizinha Espanha a assumir o papel determinante na defesa dos interesses dos países mais débeis da comunidade.

Na sua declaração política, o líder do Grupo Parlamentar do PCP chamou ainda a atenção para a reforma da PAC, sublinhando a este respeito que a actual proposta «não serve os interesses nacionais». «Não é possível aceitar uma proposta que obrigaria Portugal a reduzir a sua produção agrícola, agravando a já nossa enorme dependência alimentar», enfatizou Octávio Teixeira, logo acrescentando ser «inaceitável que o Governo abandone, como o tem vindo a fazer, a defesa da especificidade da agricultura portuguesa».

Defender o interesse nacional

Empenho claro no avanço efectivo dos dossiers que, sendo de interesse comunitário, são de especial interesse para Portugal, e um maior protagonismo da presidência portuguesa no sentido de garantir durante o seu exercício o acordo sobre o reforço dos fundos que na vertente financeira possam dar corpo à coesão económica e social, eis, em síntese, duas das medidas preconizadas pelos PCP, em ordem a obviar prejuízos para os interesses de Portugal e dos portugueses decorrentes da actual postura do Governo na presidência das Comunidades Europeias.

Para o PCP, de acordo com as propostas enunciadas por Octávio Teixeira, importa também que o Governo assuma inequivocamente a defesa das especificidades da agricultura portuguesa no âmbito da reforma da PAC, devendo simultaneamente assumir a posição de não apresentar à Assembleia da República, para efeitos de ratificação, os acordos de Maastricht sem que previamente esteja assegurada a aprovação das novas perspectivas financeiras, capazes de garantir o avanço efectivo da coesão económica e social.



As carências na Saúde



As luzes e os ritmos da capital e da sua grande urbe escondem e mistificam as realidades chocantes do quotidiano das pessoas que nela vivem e trabalham.

(...)

A situação dos Centros de Saúde, a degradação das suas instalações, as carências gritantes de pessoal, a falta de meios e equipamentos e a ausência de estruturas, é conflagradora!

Apolónia Teixeira Como se pode falar em qualidade de serviços, quando, as instalações dos Centros de Saúde e extensões, são andares de habitação ou instalações degradadas a funcionar em anexos ou pequenos cubículos?

Só na zona Norte da Área Metropolitana de Lisboa faltam mais de 30 Centros de Saúde e idêntico número de extensões, e na Península de Setúbal são necessários mais 2 dezenas!

Como se pode falar em prestação directa e humanização dos cuidados de saúde, quando, mais de 1 milhão e 500 mil portugueses não têm médico de família e o número de doentes por médico chega a atingir os 2300 em vez dos 1500 considerados como desejáveis.

Só na Península de Setúbal há mais de 200 000 habitantes sem médico de família!

Na região de Lisboa e Vale do Tejo para uma população estimada em cerca de 3 milhões de habitantes, segundo os dados disponíveis das estatísticas de saúde havia apenas 3183 clínicos gerais e 1932 enfermeiros.

(...)

Se os números falam por si, não transmitem toda a dimensão da realidade vivida por milhares e milhares de cidadãos sem médico, nas longas bichas às primeiras horas da madrugada à porta dos Centros de Saúde, meses e mesmo anos à espera de uma consulta de especialidade ou da marcação dos meios de tratamento e diagnóstico.

(...)

Metropolitana do Porto, segundo os últimos dados disponíveis, só 57% da população dispunha de abastecimento domiciliário de água e 36% de rede pública de recolha de esgotos e é mínima a percentagem de tratamento de águas residuais, com graves consequências na poluição de rios e ribeiras.

Não é sintoma de correcto ordenamento do território a perda da população de Lisboa e Porto, com os moradores expulsos para cada vez mais longe e a demorarem cada vez mais tempo a chegar ao trabalho. O Porto, por exemplo, parece já ter passado a ser, segundo o último recenseamento, o terceiro concelho do País em população, trocando de lugar com Loures, concelho de imensos dormitórios a procurar vida própria, que recebe a população expulsa de Lisboa, tal como os concelhos da periferia do Porto recebem a população expulsa desta cidade.

Por detrás desta situação, está a demissão do Estado das suas responsabilidades e um liberalismo que tem pouco de neo e muito de desprezo pelos direitos das populações. A demissão da responsabilidade do Estado de garantir direitos fundamentais como o direito à habitação e ao ambiente e o necessário ordenamento do território não podem ser a via para enfrentar os graves problemas acumulados.

(...)

Com início amanhã, em Beja Jornadas Parlamentares do PCP

Iniciam-se amanhã, sexta-feira, prolongando-se durante o dia de sábado, na cidade de Beja, as Jornadas Parlamentares do PCP, cujos trabalhos têm por objectivo essencial a reflexão colectiva aprofundada sobre o trabalho desenvolvido pelo Grupo Parlamentar desde o início da actual sessão legislativa, bem como a análise das perspectivas de actuação até ao próximo Verão.

Num caso como noutro, a reflexão incidirá não só sobre a iniciativa e a intervenção parlamentar, mas igualmente na perspectiva dos contactos e ligações do Grupo Parlamentar com os trabalhadores e as populações, da actuação geral dos outros grupos parlamentares, do comportamento da comunicação social face à actividade do Grupo Parlamentar do PCP.

A sessão de abertura, onde estará presente Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, que proferirá uma intervenção sobre

o momento político, será aberta à comunicação social, e no final dos trabalhos será realizada uma conferência de imprensa em que serão apresentadas as principais conclusões das Jornadas e as principais iniciativas parlamentares que venham a ser decididas pelo Grupo.

Na tarde do dia 4 os deputados do PCP terão oportunidade de contactar directamente com a população do Distrito de Beja, em especial com trabalhadores agrícolas e agricultores.

A escolha de Beja para a realização das Jornadas Parlamentares tem um significado claro: a manifestação da solidariedade política do Grupo Parlamentar do PCP para com a população alentejana e o estudo, no local, de iniciativas parlamentares que possam minorar ou de alguma forma compensar os nefastos efeitos da seca que este ano atingiu o País, e em especial as terras do Alentejo.

Seca passada não move moinhos

Choveu. Mas os efeitos da seca ficaram. Perderam-se culturas e não se vão fazer as próximas. Falta emprego nos campos. Depois da bonança a tempestade.

Há previsão de chuva, com alguma abundância, pelo menos até ao próximo dia sete. Mas como o próprio Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica diversas vezes preveniu, os efeitos da seca que parece ter chegado ao fim têm carácter permanente. Há desemprego, racionamento de água e culturas perdidas em muitas regiões do país, com destaque para o Alentejo e Ribatejo.

Uma situação climatérica a demonstrar a fragilidade da estrutura agrária portuguesa, a surgir simultaneamente no tempo com a revelação preocupante de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o rendimento agrícola em território continental: em 1991 registou-se uma quebra acentuada de 11,6 por cento em relação ao ano anterior, o que exprime uma significativa perda de poder económico dos agricultores portugueses.

O INE assinala que apesar da subida acentuada nos subsídios pagos ao produtor (44,5 por cento) a verdade é que os juros, as rendas e os salários são despesas que também aumentaram, com destaque para as despesas dos agricultores com os juros bancários que subiram 24,1 por cento em relação a 1990.

A baixa de produção foi acentuada o ano passado e, com a seca, 1992 será certamente, nas futuras tabelas do



Mantêm-se reclamações essenciais não contempladas pelo Governo, como afirmam os agricultores que se manifestaram em Benfica do Ribatejo

INE, um ano ainda pior para o rendimento dos agricultores do que foi o «mau ano» de 1991.

Um pouco por todo o lado os agricultores têm saído à rua a exigir medidas governamentais e, sobretudo, a participação das associações que os representam nos organismos que decidem a distribuição das verbas já disponibilizadas para compensar os agricultores que registaram perdas motivadas pela seca. Uma reivindicação que o Governo parece não querer satisfazer.

A Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém, com o apoio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), organizou terça-feira passada uma manifestação em Benfica do Ribatejo, juntamente com a Associação Portuguesa dos Produtores de Tomate, a Associação dos Produtores de Melão de Portugal, a Associação dos Produtores de Tomate do Ribatejo, a Associação dos Produtores de Tomate do Oeste e a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal.

Os agricultores queixam-

-se de que ninguém tem um real conhecimento dos esquemas de atribuição de subsídios para obviar os efeitos da seca e o ministro Arlindo Cunha tem proferido a diversos órgãos de comunicação social afirmações algo contraditórias mas que vão no sentido da não existência das reivindicadas comissões paritárias, onde estariam representadas as associações de agricultores e a CNA, que decidiriam sobre a atribuição desses subsídios. A verificar-se a inexistência de comissões paritárias, os agricultores têm receio de que os grandes agrários acabem por ficar com quase todo o dinheiro.

Para além da aplicação rápida das medidas anunciadas de combate aos efeitos da seca, estes agricultores pretendem também que o Governo assegure os pagamentos em atraso aos produtores de tomate para a indústria, acordados em Agosto passado, e que ascendem a um milhão de contos.

Entretanto, foi já anunciado que a CEE vai transferir para Portugal cerca de 382 mil toneladas de cereais, vendidas a um terço do preço do mercado, o que vai trazer um problema aos agricultores que conseguiram, apesar de tudo, produzir algum cereal: é que a sua colocação no mercado será certamente complicada se a intervenção do Estado nos preços ao consumidor não tiverem conta os reais e elevados custos de produção do cereal produzido no nosso país.

Eleitos e quadros CDU de Beja

«Calamidade pública»

A declaração de calamidade pública nas zonas do Alentejo mais duramente afectadas pela seca, a aplicação de um programa de emergência agrícola para o distrito de Beja inserido num programa de emergência global para todo o Alentejo, a atribuição de apoios a fundo perdido para os agricultores e cooperativas «designadamente fundos da CEE e informação atempada a todos os agricultores sobre a forma como podem ter acesso a esses fundos», são algumas das medidas de emergência que a Coligação Democrática Unitária (CDU) do distrito de Beja propõe, após uma reunião de eleitos e activistas da coligação em Odemira, no passado sábado.

«A seca veio pôr a nu a fragilidade das estruturas agrária e agrícola» do país, conforme se diz na declaração aprovada neste Encontro Regional de Eleitos e Activistas da CDU do distrito de Beja, de que damos notícia na página 12, que afirma que essa «fragilidade traduz um já evidente fracasso da política agrícola do Governo de Cavaco Silva e do seu ministro da Agricultura».

Os efeitos negativos da seca ultrapassam o sector agro-pecuário e, por isso, os eleitos e activistas da CDU consideram dever impor-se de imediato a adopção de medidas que acautelem aspectos de extrema importância para a vida das populações, como é o caso do emprego nos campos já que «a situação de seca e a política do PSD irão acentuar drasticamente a falta de trabalho efectivo e sazonal nos campos».

Alqueva fundamental

Os eleitos e quadros da CDU reclamam «a decisão política da construção do Alqueva» e o avanço do Plano de Rega do Alentejo, já que esta seca «veio demonstrar» que sem aquela barragem «não haverá Plano de Rega nem agricultura moderna e competitiva».

Entre as medidas de emergência reclamadas avulta a garantia de subsídio de desemprego aos trabalhadores (sazonais ou efectivos) que não trabalhem por causa da seca, apoios especiais às au-

PCP propõe medidas para a seca e desenvolvimento no Alentejo

A profunda preocupação do PCP com a situação vivida no Alentejo por causa da seca e a apresentação de um conjunto de propostas para enfrentar a situação e, ao mesmo tempo, para promover o desenvolvimento de toda a região, foram assuntos abordados na sexta-feira passada em conferência de imprensa na sede nacional do PCP em Lisboa com a presença do secretário-geral adjunto, Carlos Carvalhas, e António Murteira, Bernardina Sebastião e Raimundo Cabral, membros da Comissão Executiva Nacional e responsáveis, respectivamente, das Direcções das Organizações Regionais (DOR) de Beja, Portalegre e Évora. As propostas avançadas, que a seguir reproduzimos, surgiram na sequência de uma reunião de quadros daquelas organizações e da DORSetúbal sobre a seca no Alentejo.

1. A seca e a política governamental no Alentejo atingem dramaticamente não só a agricultura e a pecuária como também o abastecimento de água à população e à indústria, agravam seriamente a questão do desemprego e do trabalho precário, tem efeitos maiores ou menores a montante e juzante da agricultura.

Na agricultura:

- as searas estão perdidas, não havendo produção de cereais, nem de palhas.
- as culturas da Primavera, designadamente arroz, tomate e melão, assim como as produções hortícolas, estão seriamente comprometidas;
- o verdadeiro atentado à vida levado a cabo com o beneplácito do Governo, como foi o vazar da barragem do Maranhão, transforma em verdadeira calamidade para populações inteiras a insustentável e dramática situação resultante da seca;
- a enorme redução na produção de palhas, feno, forragens e outros alimentos para os gados, põe em risco o efectivo pecuário existente;
- milhares de pequenos e médios agricultores, que de há muito se sentem atingidos pela política agrícola do Governo, vêem agora o seu presente e o seu futuro e das suas explorações agrícolas seriamente ameaçados, se não forem tomadas medidas de emergência e medidas de política agrícola de médio e longo prazo;
- milhares de trabalhadores da agricultura, ficarão sem trabalho, não tendo a maioria outra fonte de receita familiar que não seja o seu salário.

A seca e os efeitos dela decorrentes veio pôr a nu a fragilidade da estrutura agrária e da estrutura agrícola na região (e no país), fragilidade que traduz um já evidente fracasso da política agrícola designadamente na condução das

negociações da PAC, do Governo Cavaco Silva e do seu ministro da Agricultura.

A situação veio demonstrar que as propostas do PCP para o desenvolvimento económico e social do Alentejo são não só justas como necessárias.

No abastecimento de água à população e à indústria:

- a situação apresenta já dificuldades e tudo indica poder agravar-se se não forem tomadas medidas imediatas.

No emprego/desemprego:

- estamos a assistir ao agravamento do emprego, tanto no trabalho efectivo, como no sazonal. Os milhares de postos de trabalho sazonal nas culturas da Primavera, nas ceifas, na tiragem da cortiça, nas fábricas de transformação de produtos da agricultura, serão seriamente atingidos;
- com o Governo PSD a migração e a emigração são de novo uma realidade, que contribui para o despovoamento e o envelhecimento nos campos do Alentejo;
- também o comércio e as indústrias a montante e a juzante se irão ressentir brutalmente desta situação.

Na questão do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo:

- a situação veio mostrar, a quem ainda não tinha visto, que o aproveitamento dos recursos hídricos, da água, é fundamental para agricultura e indústrias, para a própria vida no Alentejo. Veio mostrar que o Alqueva, que permitirá armazenar mais de 4000 milhões de metros cúbicos de água, é indispensável para o Plano de Rega do Alentejo, para uma agricultura moderna e competitiva, para garantir o abastecimento de água às populações e às indústrias para além da valia eléctrica, da promoção do turismo e de actividades desportivas e de lazer, dos seus impactes multiplicadores, não contabilizáveis, em todo o processo de desenvolvimento numa região que cobre 1/3 do território nacional.

- com o Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo o desastre a que estamos a assistir e a situação dramática que todos reconhecem existir não se verificaria;

- as forças que estiveram nos governos ao longo dos últimos 16 anos, e particularmente os governos PSD, são os grandes responsáveis por o Alqueva continuar por concretizar, são os grandes responsáveis, pelos inúmeros prejuízos que isso causa e está a causar no Alentejo e ao país.

2. O PCP propõe medidas com carácter de emergência e medidas de médio e longo prazo que consubstanciam um sério contributo para um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo na década de 90.

Como medidas de emergência, o PCP propõe:

- Declaração do estado de calamidade pública para as zonas afectadas;
- Um programa de emergência agrícola para o Alentejo, designadamente Margem Esquerda, Vale do Sorraia e Vale do Sado;
- Apoios a fundo perdido para a agricultura e cooperativas, designadamente fundos da CEE e informação atempada a todos os agricultores sobre a forma como podem ter acesso a esses fundos;
- Garantia de subsídio de desemprego a todos os trabalhadores involuntariamente impedidos de exercer a sua actividade sazonal bem como seja dilatado o prazo de concessão do subsídio de desemprego a estes trabalhadores e aos que, estando neste momento abrangidos por ele, ficam impossibilitados de regressar ao trabalho;
- Apoios especiais às autarquias de acordo com o regime previsto para situações de calamidade pública e aos bombeiros para a realização de obras de captação de água, seu transporte e distribuição às populações e aos animais;
- Cumprimento da Lei das Finanças Locais e apoios financeiros suplementares a fundo perdido e mobilização de meios comunitários e créditos bonificados.

Como medidas de médio e longo prazo, o PCP propõe:

- O aproveitamento dos recursos hídricos com a construção do Empreendimento de Fins Múltiplos do Guadiana/Alqueva,

PCP comenta escândalo com CM de Viana

Assim se vê a força do PSD?

No dia 20 de Março veio publicada uma notícia no «Público» e no semanário «O Independente», na qual o Sr. Jeremias Ramos, construtor civil de Viana do Castelo, acusa o presidente do município vianense de «chantagem, perseguição e abuso de poder».

O construtor/imobiliário diz que «doou uma quinta no valor de 118 mil contos, a troco do despacho favorável dos processos de loteamento da Quinta dos Rubins, de Carreço e de Mosqueiros, este último com mais um piso do que o proposto», e alega ainda que «o presidente da Câmara não cumpriu o prometido». Tal facto levou-o a escrever ao Presidente da República, ao ministro Valente de Oliveira e ao então ministro-adjunto Marques Mendes. A este último queixa-se de sempre ter contribuído financeiramente para as campanhas eleitorais do PSD, lamentando-se de apenas ter podido contribuir com mil contos, pagos em prestações, para a última campanha eleitoral.

«Independentemente da "verdade material dos factos", tal notícia trouxe às claras o conceito do PSD sobre política autárquica e exercício do poder» — afirma a direcção regional do PCP, numa nota divulgada dia 28.

«De facto — comenta a DORVIC — o PSD não tem projecto autárquico. Para além do centralismo e do presidencialismo, ficam os jogos de bastidores, as pressões e o tráfico de influências, que ditam a orientação política e norteiam o exer-

cício do poder». O resultado que daí decorre, constata o PCP, é:

- a partidarização da administração pública, com a consequente adulteração de critérios;
- o compadrio, que substitui a isenção;
- a competência, que é preterida pela cor política;
- os interesses partidários e de grupo, que prevalecem sobre os interesses do País e da sociedade.

«O que faz correr os correligionários do PSD, por alturas das eleições? — perguntarão os eleitores. Será o empenho na procura das melhores opções para o desenvolvimento e progresso da nossa terra e do bem-estar das populações? Ou será um investimento, a ser cobrado e recompensado, depois de o PSD estar no poder?»

«O exemplo da contribuição do Sr. Jeremias Ramos ao PSD, e a utilização que faz desse facto, é esclarecedor e merece que seja retido para o futuro» — sublinha a DORVIC

O PCP — afirma-se na nota — condena todas as práticas obscuras e todos os jogos de poder que atentam contra os legítimos interesses dos cidadãos. As contrapartidas no licenciamento e despacho de loteamento, começam a ser prática usual em muitas câmaras do país, acossadas pela falta de verbas motivada pelos cortes do Governo. O PCP e a CDU defendem práticas de gestão e administração lineares e transparentes que possibilitem aos cidadãos, no estrito respeito pelas normas, regulamentos e leis, a defesa dos seus legítimos interesses.»

tarquias e bombeiros para obras de captação de água e sua distribuição, cumprimento da Lei de Finanças Locais e apoios financeiros suplementares com mobilização de meios comunitários.

Como outras medidas a médio e longo prazo (para além da questão do Alqueva), a Coligação Democrática Unitária propõe a aplicação de um programa de orientação, reconversão e fomento da produção agrícola, pe-

cuária e florestal para o Alentejo; a concessão de apoios específicos ao incentivo para a instalação de uma base industrial agro-alimentar que potencie o aproveitamento de recursos, uma metodologia democrática e participada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para 1994; a concretização da Regionalização em 1993 e a planificação do desenvolvimento do distrito tendo como base o Plano Integrado de Desenvolvimento de Beja.

DOREV

Unir os alentejanos

A Direcção de Organização Regional de Évora (DOREV) do PCP analisou sexta-feira passada a grave situação provocada pela seca no distrito e exigiu ao Governo a aplicação de medidas concretas igualmente incluídas no documento do Partido Comunista Português sobre a situação geral no Alentejo, que publicamos nestas páginas, mas igualmente reivindicando do Executivo a concretização de obras há muito reivindicadas por esta estrutura do PCP, decisivas para o desenvolvimento de pólos importantes do distrito como a Barragem dos Minutos, a Barragem dos Veiros, a Barragem da Asseca e a Barragem Frei Joaquim.

O comunicado emitido após esta reunião da DOREV «apela a todos os seus militantes e organizações do distrito, aos trabalhadores, aos agricultores, às populações, às autarquias, aos sindicatos e outras entidades, a todos os democratas, para que, em torno destes objectivos concretos, para a solução dos problemas, se unam e lutem na defesa dos interesses do distrito de Évora e do Alentejo».

construção das barragens dos respectivos subsistemas e medidas para aproveitamento dos perímetros de rega já instalados (cerca de 50000 hectares); medidas para a concretização progressiva do Plano de Rega do Alentejo, o que implica uma nova política agrícola.

- Um Programa de Orientação, Reconversão e Fomento da Produção Agrícola, Pecuária e Florestal para o Alentejo.

- Apoios específicos ao incentivo para a instalação de uma base industrial agro-alimentar que potencie o aproveitamento dos recursos.

- Decisão política e apoios específicos à instalação de projectos no Alentejo, particularmente nas zonas menos desenvolvidas.

- Uma metodologia democrática e participada para elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional/PDR para 1994, no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio. Quer em termos de fundos e projectos nacionais, quer no âmbito dos actuais Programas Operacionais, quer no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio, é preciso que sejam consideradas verbas excepcionais que tenham em conta a situação de periferia, assimetria e menor desenvolvimento da região.

- Um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo.

- Concretização da Regionalização em 1993.

3. O PCP apela a todos os seus militantes e organizações no Alentejo, aos trabalhadores, aos agricultores, às populações, às autarquias, aos sindicatos e outras entidades, a todos os democratas, para que, em torno de objectivos concretos, para a solução dos problemas, se reúnam e lutem em defesa dos interesses do Alentejo.

O PCP continuará a pôr a sua experiência, capacidade e propostas ao serviço dos trabalhadores, dos agricultores e das populações. Na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas Autarquias, no Movimento Sindical, como noutras áreas de intervenção, o PCP continuará a dar o seu contributo para que o Alentejo e o país ultrapassem a grave situação criada pela seca e pela política do Governo PSD, para que no Alentejo seja assegurado o desenvolvimento na década de 90.

Atenção aos bairros camarários do Porto

A Direcção da Organização do PCP da Cidade do Porto vai realizar um encontro com moradores dos bairros camarários, onde procurará aprofundar o conhecimento sobre os problemas existentes e elaborar propostas concretas para a sua resolução — revelou a DOCP numa conferência de imprensa dada na passada sexta-feira.

Os bairros camarários constituem, na cidade do Porto, uma importante e complexa realidade social. Os 43 bairros camarários e do Estado existentes — a que corresponderão aproximadamente 14 mil fogos — são habitados por cerca de 70 mil pessoas, 1/5 da população do Porto, e estão distribuídas por 8 freguesias — dois em Aldoar, dois na Foz, dois em Massarelos, cinco em Lordeiro, dez em Ramalde, dez em Paranhos, dez em Campanhã, dois no Bonfim.

A sua construção iniciou-se por volta dos anos 50, tendo como objectivo fundamental libertar as zonas centrais da cidade para a especu-

lação imobiliária e fundiária, afastando ao mesmo tempo para a periferia os moradores de mais baixos recursos. Tal estratégia levou ainda a que grande parte dos bairros fosse edificada com materiais de baixa qualidade, sem enquadramento arquitectónico, sem zonas verdes nem equipamentos sociais, constituindo objectivamente autênticas «ilhas ao alto».

A Câmara do Porto deu início em 1988 à aplicação da legislação específica aprovada em 1983, pela Portaria 288/83 (sob vigência do Governo AD — PSD/CDS/PPM), determinando os valores das taxas mensais de ocupação tendo em conta os

bairros construídos antes e depois do Plano de Melhoramentos.

O que se está a passar é que a aplicação, em vários casos, desses cálculos de renda social ou taxa de ocupação, significa aumentos na ordem dos 500% a 1500%, um agravamento brutal e incomportável das rendas para muitos moradores, particularmente daqueles que auferem baixos rendimentos, salários ou reformas.

Moradores dos bairros do Aleixo, Aldoar, Cêrcos, Campanhã, Lagarteiro, S. Tomé, Fonte da Moura, etc., têm já levantado muitas interrogações e o seu vivo protesto contra as rendas «sociais» exigidas.

Aparecem ainda indicações sobre uma incorrecta aplicação da renda técnica (que de acordo com a legislação só vigora para os agregados com rendimento superior a três salários mínimos).

Ao natural apego das pes-

soas mais idosas às casas, lugares vizinhos e amigos com quem sempre conviveram, vem confrontar-se a imposição por parte dos serviços camarários de saída e transferência (muitas vezes para outros bairros), sob ameaça de aplicação de renda técnica, que sabem não poder ser paga.

«Consideramos ser de exigir em tais casos uma intervenção particularmente sensível e atenta aos aspectos humanos do problema e que só a via do diálogo e da negociação é admissível» — afirmam os comunistas portueses.

Na conferência de imprensa a DOCP apelou à unidade e à solidariedade dos moradores dos bairros e expressou o seu apoio à luta que travam na defesa dos seus legítimos interesses e direitos, contra aumentos injustos das rendas, contra as arbitrariedades.

Assembleia concelhia em Fafe

A Organização Concelhia de Fafe do PCP realizou a sua 4ª Assembleia, no domingo, dia 29, na sua sede local, com a presença de mais de três dezenas de comunistas de todo o concelho.

Na discussão que se seguiu à leitura do Relatório de Actividades, em que intervieram vários dos militantes presentes, não se fugiu à consideração frontal das deficiências e dificuldades existentes na mobilização e empenhamento partidário nos últimos anos e das causas múltiplas e complexas de tal situação, nomeadamente:

— as consequências, ao nível da consciência de militantes e simpatizantes do PCP, das derrotas do socialismo e da intensa campanha que se tem desenvolvido contra os nossos ideais e o Partido;

— a grave situação da crise social que se vive na Região, associada aos problemas da indústria têxtil e de outros sectores, e o desenvolvimento de elementos negativos na consciência de muitos (casos de pequena corrupção, de salve-se quem puder, e outros) gerados pela precariedade de emprego, os baixos salários, o desemprego, que afectam os trabalhadores do concelho.

O debate da acção desenvolvida pelo PCP concluiu que, apesar dessas dificuldades, o Partido continua a intervir na vida social, autárquica e na luta dos trabalhadores, com um factor importante de reforço da democracia, de progresso e bem-estar da população e de desenvolvimento do concelho.

A assembleia aprovou um conjunto de importantes acções para o futuro, de que se destacam, pelo seu carácter mais próximo:

— o prosseguimento do trabalho de dinamização orgânica, de que esta assembleia foi um passo muito positivo, através da execução de um plano de contactos com os militantes de todas as freguesias;

— o desenvolvimento de um plano de visitas às freguesias para contactos com as populações e os seus problemas e encontros com os órgãos autárquicos locais.

Finalmente, a assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia integrada por operários, empregados e quadros, um professor e um industrial, a qual reunirá, pela primeira vez, no próximo dia 5, às 10 horas, na sede local, para a eleição do Coordenador responsável, a distribuição das tarefas de direcção, e decisão das acções imediatas a empreender para concretizar o plano de acção aprovado.

DIA DA JUVENTUDE ASSINALADO A 28 MARÇO

Comemorado no passado dia 28 de Março, o Dia da Juventude «não pode ser só uma data evocativa, deve ser também um ponto alto numa luta que se mantém pelo direito ao ensino, ao trabalho, à habitação, à saúde, aos tempos livres, à cultura, a uma vida feliz», refere uma nota do Secretariado da DN da JCP, a propósito da efeméride. O texto saúda todos os jovens portugueses e recorda o ano de 1947, em que neste dia, num acampamento promovido pelo MDU, em S. Pedro de Moel, reuniram-se milhares de jovens para discutir os seus problemas.

As prisões em massa efectuadas pela PIDE na altura acabaram por provocar o levantamento de uma poderosa movimentação juvenil que obrigou o fascismo a libertar os jovens presos. A JCP lembra desta forma «o papel decisivo da juventude no derrube da ditadura fascista» e afirma que ela continua a ter uma acção fundamental para a «transformação da sociedade portuguesa».

ALCÁÇER DO SAL

O Executivo da Comissão Concelhia de Alcácer do Sal, recentemente reunido, repudiou «a política de segurança social do Governo que provocou, designadamente, o encerramento do atendimento público nos serviços sociais que funcionavam na Casa do Povo do Torrão e a consequente transferência para Alcácer do Sal de todo o pessoal».

Este organismo concelhio criticou ainda o conselho de gerência da EDP por ter transferido os principais serviços para Grândola, o que obriga a população a deslocações suplementares e saudou as propostas do grupo parlamentar comunista relativamente ao desassoreamento do rio Sado, recuperação do Castelo de Alcácer e construção da escola do Ensino Básico e Secundário na Comporta, infelizmente todas rejeitadas com os votos contra do PSD e a abstenção do PS. O não cumprimento da Lei das Finanças Locais pelo Governo foi igualmente condenado, salientando o PCP, entre outros aspectos, «o roubo à autarquia de Alcácer de cerca de 230 mil contos».

ALANDROAL

Eleitos e activistas da CDU realizaram um encontro concelhio no Alandroal, que contou com a presença de cerca de 50 pessoas e teve como objectivo efectuar o balanço do trabalho deste mandato na Câmara e juntas de freguesia, bem como perspectivar o trabalho futuro e aplicar os planos de actividades. Os participantes valorizaram a obra realizada no que respeita às infra-estruturas básicas, no ambiente, no desporto, no apoio às colectividades e na cultura, realçando o levantamento arqueológico que permitiu descobrir 100 povoados. Para o futuro, o Encontro sublinhou a necessidade de os eleitos darem maior atenção às pequenas obras, e definiu como prioridades os arruamentos, as vias de comunicação interna, o ambiente e o turismo. Os eleitos criticaram duramente o Governo pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais, que prejudicou o concelho em cerca de 200 mil contos. No final dos trabalhos foi eleita a coordenadora concelhia da CDU.

DESEMPREGO

Uma nota emitida pela

DORBA do PCP denuncia a intenção do conselho de administração do Complexo Agro-Industrial do Cachão (CAICA) de proceder a um despedimento colectivo de 120 a 320 trabalhadores. Esta intenção foi expressa num denominado «processo especial de recuperação de empresas e de protecção dos credores» entregue ao Tribunal da Comarca de Mirandela. Esta situação surge na sequência da entrega do complexo ao IPE (Investimentos e Participações do Estado), que suscitou da parte do PCP sérias reservas logo em 1986, agora confirmadas. De facto, apesar da alienação de bens e do desmembramento de alguns sectores da empresa, o actual conselho de administração nomeado pelo IPE não resolveu os problemas e continuou a endividar o CAICA. O Secretariado da DORBA manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores do Cachão e apoia a luta em defesa dos postos de trabalho, declarando que irá intervir nesse sentido nas instituições em que o PCP e os seus aliados estão representados.

LINHA DE SINTRA CONTINUA A MATAR

A morte do jovem de 18 anos, Mário Henriques Amorim Fonseca, colhido por um comboio na estação da Amadora, vem colocar mais uma vez a grave situação de degradação e de insegurança que se vive diariamente na linha de Sintra, cuja responsabilidade cabe ao Governo e à CP. Numa nota divulgada pela Comissão Concelhia da Amadora do PCP refere-se que «urge pôr fim a este estado caótico em que se encontra a estação da Amadora» e considera-se «inadmissível o atraso existente nas obras» prometidas pelo PSD já desde a campanha eleitoral de 1987. O PCP protesta contra o facto de as composições continuarem a «circular sobre rotas, com portas abertas, com os passageiros pendurados nos estribos» e particularmente contra a falta de protecção na estação da Amadora. Esta concelhia apela ainda aos utentes da linha de Sintra para que façam «ouvir o seu protesto junto das entidades responsáveis, Governo e CP» de modo a pôr cobro ao actual caos que provocou nos últimos cinco anos centenas de mortos.

Seminário da ORP debate Ambiente, Ordenamento e Desenvolvimento

Diagnóstico da situação e tratamento dos males foram acompanhados de duas tónicas, a da necessidade urgente de serem acompanhados de prevenção e de auscultação-mobilização das populações, no seminário que se efectuou realizou na tarde do passado sábado, na Junta do Bonfim, no Porto, integrado na preparação da III Assembleia da Organização Regional do Porto a realizar no próximo dia 7 de Junho.

Dividido em duas partes, na primeira foram apresentadas algumas comunicações, abrindo-se, em seguida, o debate. O seminário culminou os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos por um grupo constituído por comunistas e outros democratas (autarcas e pessoas que lidam com os problemas e os conhecem), coordenado pela camarada Ilda Figueiredo e que tem vindo a analisar os grandes problemas de ordenamento, desenvolvimento regional e ambiente, apontando algumas perspectivas de intervenção e solução dos problemas.

Depois da abertura dos trabalhos por Avelino Gonçalves, do CC e da DORP do PCP, que presidiu ao seminário, a primeira intervenção coube a Ilda Figueiredo que diria, a dado passo, sobre o ambiente, que «temos Ministérios, mas não temos política».

«Por que não são tomadas medidas?», interrogou Ilda Figueiredo que denunciou as carências em infra-estruturas — «o distrito do Porto é o que tem pior situação em saneamento básico porque não tem tratamento de águas negras e a própria rede de esgotos não só é restrita (abrange pouco mais de 30%) como é, em muitos casos, muito antiga e passa a vida a rebentar».

«Falta política de ambiente eficaz, há apenas algumas medidas», disse a economista que referiu o facto de a lei de bases fazer já cinco anos e de o plano ter sido prometido há dois anos pelo Primeiro-Ministro, «sem que nenhum deles tenha concretização». «Há Ministério mas não há política que, a existir, implicaria uma coordenação das várias políticas».

Um ambiente humano e ecologicamente equilibrado como direito do cidadão, foi defendido por Teresa Ponce Leão que enunciou alguns princípios fundamentais nesta matéria: princípio da participação, princípio da prevenção (que tem muito a ver com o ordenamento) e princípio da recuperação.

Sobre a problemática da produção dos lixos, falou António Luís Pimenta Dias, vereador em Gondomar, que referiu o enormes problemas com que se defronta, nesta matéria, a Área Metropolitana do Porto (AMP).

Depois de historiar diversas etapas da elaboração do PDM em V. N. de Gaia, Alberto Andrade, autarca naquela cidade, denunciou o «avanço do caos urbanístico e a tortura diária do trânsito, como a quererem demonstrar que os desvios são mais importantes que as normas».

«O cerco ao Parque Biológico Municipal já muito difícil de conter e a «algarvização» do território, lamentavelmente agravada nos dois anos decorridos do «consuladão» do vereador Nuno Portas», foram também referidos por Alberto Andrade que salientou «os custos que o futuro obrigará os gaienses a pagar pesadamente».

Intervindo sobre o património histórico e o ambiente, Annie Gunther disse

que «bens e objectos os mais diversos, aldeias, cidades, paisagens, arquitectura industrial, gares de caminho-de-ferro, edifícios do século passado e do nosso próprio século fazem parte do património cuja conservação interessa hoje a todo o mundo». É neste renovado interesse que, na opinião da arquitecta, está na origem da tutela na Unesco e da convenção de 75 que, em 1991 tinha 112 signatários, entre os quais Portugal.

A poluição ambiental como um dos quatro vectores de poluição, com a pressão urbanística, a destruição dos recursos naturais e das zonas rurais, tem, na opinião expressa de Armando Parcerias, como factor indirecto, o factor económico, sempre na mira do lucro fácil. «Por que se polui se há meios para o evitar? Porque é dispendioso.»

«A poluição económica, sem responsabilidade, foi visada pela ONU ao defender um desenvolvimento económico sustentável, que estará em debate na próxima Conferência do Rio de Janeiro». Armando Parcerias expressou preocupação quanto ao ordenamento que, disse, «deveria ter planeamento integrado a nível nacional e, ao contrário, são os próprios municípios contíguos que tendem a individualizar-se».

Foi então a vez do engenheiro Mesquita Guimarães, representante da CDU nos SMAS de Gaia, falar de outro tipo de poluição. Depois de descrever a morosidade das diversas fases de adjudicação de um exutor submarino, Mesquita Guimarães referiu a obrigatoriedade do concurso a nível europeu, a entrega da obra a um grupo estrangeiro que tem vindo a complicar

e a encarecer o processo. «Poluição estrangeira» de grupos económicos que «vêm cá sugar o que podem», estranha à boa vontade dos nossos técnicos e políticos.

«Economia, desenvolvimento e ambiente não são antagónicos para o bem-estar das populações», disse Valdemar Madureira que denunciou a inexistência, a nível nacional, de uma política de recursos hídricos «e os comportamentos regionais que agravam a situação com a cumplicidade, em muitos casos, das autarquias».

«A Área Metropolitana do Porto está a ser criada sem articulação com a Regionalização e pode vir a tornar-se um «bode expiatório» para a incapacidade do poder central», disse Lusitano Correia que denunciou ainda a «prevalência absoluta do lucro e a ideia do desenvolvimento capitalista que o PSD e, por vezes, o PS, têm levado à prática».

Da parte da assistência, a participação surgiu rápida e espontânea, apesar das muitas e extensas comunicações. Exemplos concretos de Entre-os-Rios, Penafiel, Oliveira do Douro, Melres, casos de pedreiras e esgotos em Gaia, a necessidade de sensibilização das populações para as questões do ambiente, foram referidas por intervenções diversas.

A questão do movimento associativo foi também colocada por um camarada que se referiu à economia social e disse que «o governo está a remeter responsabilidades para estruturas paralelas que estão a procurar dar resposta», para salientar que «era importante que o movimento associativo e, particularmente, o PCP, debruçasse sobre este tema».

Teatro precisa de Lei de Bases

— considera célula comunista

A propósito do Dia Mundial do Teatro, a célula de teatro da Organização de Artes e Letras de Lisboa do PCP divulgou um comunicado em que saúda os profissionais de teatro e sublinha os esforços que têm desenvolvido para a manutenção desta arte no país. Depois de uma análise do teatro em Portugal, o comunicado conclui a necessidade urgente «de uma Lei de Bases da Actividade Teatral, que caracterize as linhas mestras de uma política de desenvolvimento do teatro, bem como de um Estatuto do Artista de Teatro que seja um passo decisivo no estabelecimento de medidas de dignificação profissional, social e cultural dos actores, técnicos, encenadores, cenógrafos e demais protagonistas».

«O teatro em Portugal», afirma-se no texto «tem-se desenvolvido sem definição de políticas de enquadramento e incentivo que contemplem objectivos, esforços de actividade, formas orgânica e política financeira, entre outras». Esta célula considera que «as medidas oficiais são pontuais, fraccionárias e contraditórias, sem preocupação de criar condições estáveis e possíveis de desenvolvimento e de progresso».

Segundo os homens de teatro comunistas «a política praticada pela Secretaria de Estado da Cultura orienta-se, claramente, para a crescente desresponsabilização do Estado, para a eliminação da diversidade da produção e para a imposição de modelos estéticos e artísticos - atitudes bem patentes na atribuição de subsídios em 1992 e na gestão do Teatro Nacional de D. Maria».

Mais adiante, o comunicado distribuído acusa a SEC de escamotear o facto de «em Portugal o teatro ter sobrevivido, em larga medida, à custa da iniciativa e do esforço quase exclu-

sivo dos criadores profissionais» e de penalizar «as companhias, impondo subsídios idênticos aos atribuídos em 1991, com o argumento subjacente de os subsídios se destinarem «à manutenção das estruturas das companhias e apenas uma reduzida parte às produções».

A célula de teatro vê a «falência da política de teatro da SEC» também nesta contradição: «por um lado, desenvolve uma política de fachada, com investimentos dirigidos a iniciativas que não deixam nem conduzem a alterações infra-estruturais - económicas, criativas ou logísticas - na actividade teatral; por outro lado acusa as companhias de não terem condições de funcionamento e de sobrevivência».

Os comunistas denunciam como «incapacidade da SEC e do Governo» a ausência de «um programa e um papel claros» do Teatro D. Maria, «o qual «não tem sido encarado como um pedra fundamental de uma correcta política cultural do Estado». As verbas que lhe são atribuídas «são ridículas (sobretudo se comparadas com as verbas atribuídas, na generalidade dos países europeus, aos teatros nacionais), não tem vocação definida e é inexistente a política de públicos e de reportório».

A política teatral seguida pela SEC em 1991 é desta forma qualificada de «eleitoralista e que, hoje, não tendo sido invertida, está a criar ainda mais dificuldades ao teatro».

Esta célula do PCP conclui que é preciso ultrapassar a actual «situação de estrangulamento, de destruição e desactivação de salas de espectáculos sem criação de alternativas com condições de produção e exibição», exigindo «condições materiais e institucionais» que permitam ao teatro «um diálogo vivo e actual com o público».

PCP



«NO PASARÁN!» ÀS SEXTAS-FEIRAS

«No Pasarán!» é o nome de um espaço para jovens que funciona todas as sextas-feiras, das 22 às 2 horas da madrugada, no centro de trabalho do PCP de Santos, em Lisboa. Na opinião dos organizadores, um grupo de jovens militantes do Partido, «não se trata apenas de um bar, onde se pode beber uns copos e ouvir música, mas é sobretudo um espaço de convívio que visa promover o debate ideológico entre a juventude, bem como várias iniciativas de carácter cultural». Os responsáveis fazem questão em sublinhar que «não escondemos a nossa filiação partidária nem as nossas convicções de comunistas», apesar da maioria dos jovens que ali vão não serem militantes do Partido nem da JCP. Para além da música ambiente e ao vivo, o «No Pasarán!» terá também em breve sketches de teatro a animar as noites de sexta, e está previsto relacionar a actual área com uma sala contígua destinada a exposições. Para já, a iniciativa está a ser um sucesso: «temos sempre a sala cheia e todas as semanas vemos caras novas». Por outro lado, o bar assegura a sua autonomia financeira e alguns lucros, mas não se pense que é à custa dos preços... esses são bastante modestos.

ÉVORA

A 2ª Assembleia da Organização da Célula da CM de Évora reuniu no passado dia 20 de Março, com três dezenas de militantes que discutiram e aprovaram medidas para o reforço do trabalho do Partido nesta importante empresa do concelho. A assembleia elegeu o novo secretariado, composto por sete camaradas ligados às diversas áreas de serviços da autarquia. Os dois vereadores presentes como convidados entrevistaram para saudar os trabalhos da assembleia, que foram encerrados pelo camarada Alexandre Rodrigues, do Executivo da DOREV.

MÁRIO SACRAMENTO

Na passada sexta-feira, dia 27 de Março, completaram-se 23 anos sobre a data do falecimento do Dr. Mário Sacramento, notável escritor, político e médico e valoroso combatente antifascista. Para assinalar esta data, uma delegação do PCP, composta por membros das Organizações Concelhias de Aveiro, de Ílhavo, da Direcção Regional e por Sérgio Teixeira, da Comissão Executiva Nacional do PCP, prestou homenagem à memória daquele intelectual comunista, junto à sua campa, no cemitério Central de Aveiro.

CAMARADAS FALECIDOS

MARTINHO D'ASSUNÇÃO

Faleceu domingo passado **Martinho d'Assunção**. O seu corpo esteve em câmara ardente na segunda-feira, na Basílica da Estrela e o funeral realizou-se na terça-feira para o cemitério da Ajuda.

Martinho d'Assunção nasceu em Lisboa a 4 de Abril de 1914. Em 1926, estudou guitarra clássica com o professor espanhol Augustin Rebel Fernandez prosseguindo depois sozinho os seus estudos. Como as condições em Portugal nessa altura não eram favoráveis à guitarra clássica dedicou-se à música ligeira, mais propriamente ao fado de Lisboa, conseguindo, com os seus conhecimentos clássicos, alterar radicalmente toda a forma e técnica de tocar este género de música. Torna-se profissional aos 12 anos e mais tarde ensina e apoia como professor a grande maioria dos instrumentistas de fado de Lisboa.

Foi um dos poucos compositores para guitarra clássica em Portugal tendo composto cerca de 40 solos e estudos e cerca de 200 composições tocadas e cantadas.

Participou em concertos em França, Alemanha, Bélgica, Espanha, Angola, Moçambique, EUA, Cuba, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Brasil e URSS.

Era possuidor de uma técnica extremamente rica e invulgar, pois tocava guitarra clássica em cordas de aço, obtendo uma sonoridade diferente do habitual. A nível mundial são poucos os guitarristas a utilizar esta técnica o que o tornou invulgar, sendo apreciado em todo os concertos em que participou.

Martinho d'Assunção militava no PCP desde 1986 e estava organizado na Célula dos Músicos.

ARTUR DE CASTRO

Faleceu no passado dia 13 de Março, **Artur Ferreira de Castro**, de 60 anos, que pertencia à Organização da Freguesia de Queluz e era reformado da construção civil.

MANUEL AUGUSTO

Faleceu em 18 de Março, com 76 anos, **Manuel Augusto Costa**, militante na Freguesia de Montelavar, onde era responsável pela distribuição do «Avante!» e fundador da organização local dos reformados.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

4ª Assembleia da Figueira da Foz

A 4ª Assembleia da Figueira da Foz decorreu domingo passado num hotel da cidade e contou com a presença de 45 delegados e de 25 convidados. Nos trabalhos participaram Carlos Fraião, da CEN e responsável distrital do Partido, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP.

Na intervenção de abertura, feita por Carlos Batista, foi referido que apesar das dificuldades na sua preparação a «assembleia permitiu dar importantes passos no que respeita à reactivação da organização e contacto com militantes».

As principais intervenções produzidas incidiram sobre as tarefas prioritárias e as grandes preocupações do Partido na Figueira. Foi analisada a situação financeira, sublinhando-se que «para cumprir os objectivos definidos é necessário o empenhamento de toda a organização».

Gomes Dias, coordenador da União dos Sindicatos da Figueira da Foz, apontou, no campo laboral, a «redução dos postos de trabalho em empresas como a Celbi, CP e UNITEFI, a repressão e o medo em empresas como a Sopotel, Vidreira do Mondego, Sctwoel e Beira Frio. Por esta razão, disse, «o exemplo e a militância dos comunistas assume um papel fundamental na organização e mobilização dos trabalhadores» destacando que «são ainda muitos os exemplos de capacidade de luta dos sectores ou empresas do nosso concelho, desde os Estaleiros Navais do Mondego, aos aduaneiros passando pelos professores e função pública.

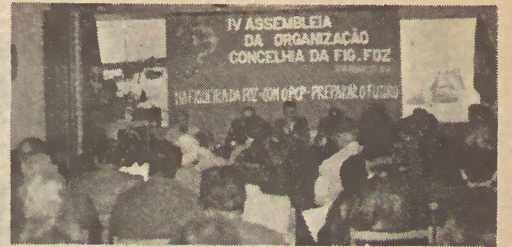
A intervenção de Domingos Oliveira focou aspectos

da organização e dos quadros frisando que «a realização da 4ª Assembleia foi o mais importante contributo para o debate destes problemas, decidido pela reunião do Comité Central realizada em Fevereiro». Este camarada salientou que «apesar das dificuldades e da falta de quadros, na Figueira, o Partido

conta com um núcleo experimentado, firme e combativo de militantes», apontando porém a necessidade de «continuar a trabalhar para melhorar e aprofundar o trabalho colectivo».

No final, foi aprovado por unanimidade o projecto de resolução política, bem como uma moção sobre a prepara-

ção das próximas eleições autárquicas. Depois de apresentada à apreciação dos presentes, foi aprovada a proposta de composição da nova Comissão Concelhia, composta por 16 camaradas. Agostinho Lopes interviria no encerramento dos trabalhos abordando aspectos da situação política (ver caixa).



Governo prossegue liquidação do potencial agrícola

— acusa Agostinho Lopes

Intervindo na sessão de encerramento da Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Figueira da Foz, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, acusou a política do Governo PSD de prosseguir «com a liquidação do potencial produtivo nacional, num país que tem um avultado, crónico e crescente défice comercial e que importa mais de metade do que precisa para se alimentar».

Fundamentando esta acusação, o dirigente comunista referiu, a título de exemplo, que «o défice dos produtos de pesca, que em 1990 foi de aproximadamente 50 milhões de contos, atingiu em 1991 os 75 milhões, ou seja mais 25 milhões de contos» e que, enquanto se verificou o decréscimo das capturas nacionais, «o Governo, submisso e obediente à política comunitária, prosseguiu a política de abates e de redução da frota pesqueira nacional».

«Gastaram-se ao longo destes anos — acrescentou Agostinho Lopes — no abate de cerca de 150 embarcações mais de 3 milhões de contos, dos quais mais de 1 milhão do Orçamento de Estado português (e na OE para 1992 estão inscritos mais 860 mil contos)». O dirigente do PCP observaria ainda que «até na "hora da liquidação" se verifica uma vincada política de classe, pois daquela centena e meia de barcos, só nove, pertencen-

tes aos grandes armadores, absorveram mais de 2 milhões de contos, correspondendo a 70% do total».

Agostinho Lopes referiu também a liquidação da produção leiteira nacional, «quando estamos longe de atingir a captação no consumo de produtos lácteos suficiente e ao nível dos outros países da CEE (não chegamos à média de 80 litros por ano e por pessoa, contra uma média comunitária de 100 litros)». Réferiu também que «o Governo, naturalmente com o apoio da CEE, aproveitando-se das dificuldades económicas dos agricultores, levou 16 mil produtores a candidatarem-se ao abandono definitivo da produção leiteira».

Agostinho Lopes denunciou também que «continua o desbaste dos nossos olivais, tendo-se arrancado no período 1986-91 cerca de 26 500 ha. contra 6500 de novas plantações, continuando entretanto Portugal a importar azeite!»

O dirigente comunista concluiria as suas referências a este problema salientando: «E como se tudo isto não bastasse, o Governo dá o seu assentimento a uma reforma da Política Agrícola Comum que vem dizer a um País que produz pouco, que produza menos; que exporta pouco, que exporte menos; que importa muito, que importe mais; a um País com uma agricultura atrasada, que se atrase mais!»

71º aniversário no Canadá

Para participar numa série de iniciativas promovidas pelas organizações do Partido no Canadá, Manuela Bernardino, membro do CC e da Secção Internacional do PCP, deslocou-se recentemente às cidades de Montreal e de Toronto.

Eram objectivos da visita «participar nas comemorações do Dia Internacional da Mulher e nas iniciativas comemorativas do aniversário do Partido», disse Manuela Bernardino que comentou ao «Avante!» os resultados da sua viagem.

«Particpei num jantar realizado no dia 7 de Março para assinalar o Dia Internacional da Mulher, em que estiveram 200 pessoas e num convívio do Congresso das Mulheres Canadianas. A iniciativa de aniversário do PCP, em Montreal, reuniu 50 pessoas e foi seguida de um debate. Em Toronto, participaram no almoço 130 pessoas e estiveram presentes como convidados o cônsul de Cuba, um representante da OLP, comu-

nistas do Chile e da Guatemala e um jovem da organização «Alerta por Timor-Leste, que saudaram o nosso partido pelo seu 71º aniversário».

Nestas iniciativas, como nos disse Manuela Bernardino, foram abordados aspectos da situação internacional da política portuguesa, com destaque para a actuação do Governo, movimento de massas e papel do PCP na sociedade portuguesa. «O interesse e entusiasmo verificados em todas as iniciativas provam que o PCP é uma voz atentamente escutada e calorosamente saudada, apesar dos arautos da liquidação dos partidos comunistas e do fim do socialismo», referiu.

Durante a sua estadia, Manuela Bernardino teve oportunidade de visitar a Câmara Municipal de Toronto, onde se encontrou com o vereador luso-canadiano, Martinho da Silva, e o Parlamento Provincial de Ontário onde se avistou com o deputado de origem portuguesa.

Oswaldo Santos. O seu programa incluiu igualmente visitas a colectividades e Associações Culturais, que «desempenham um importante papel na ligação a Portugal, à nossa língua, à cultura e às tradições portuguesas, bem como na transmissão dos anseios e preocupações dos emigrantes junto das entidades portuguesas».

Sobre a situação vivida no Canadá, Manuela Bernardino afirmou que «foi possível aperceber-me da crise que afecta hoje a economia daquele país, em recessão há dois anos. A transferência de empresas para os EUA para o Canadá, no quadro do processo de integração em curso, embora tenha criado novos postos de trabalho não estabilizou o emprego, tendo sido reduzido em 6,6 por cento o número de postos de trabalho, em 1991.

Esta situação não deixou de atingir a nossa comunidade, onde aumenta o desemprego, vendo-se muitos por-

tugueses obrigados a frequentar cursos de formação que eventualmente lhes podem dar uma saída profissional, a reforma antecipada ou o regresso precipitado a Portugal. Deparamos com situações de miséria: os sem-abrigo, cerca de 30 mil em Toronto, pernoitam em vãos de escada e nas estações de Metro; a perspectiva, a curto prazo, não é risonha nem para os canadianos nem para os milhares e milhares de emigrantes, entre os quais cerca de 400 mil compatriotas nossos, que são hoje particularmente afectados pela crise».

Entretanto, durante o mês de Março, outras organizações na emigração realizaram iniciativas para assinalar o aniversário do Partido. Em Paris, foi promovido um jantar-convívio com 120 pessoas; na Alemanha as comemorações realizaram-se nas cidades de Colónia e Hamburgo, reunindo cerca de 80 pessoas; e na Suíça, em Neuchâtel, participaram 65 pessoas num jantar-convívio.

Dias do Estudante e da Juventude comemorados na rua

O dia do Estudante (24 de Março) e o dia da Juventude (28 de Março) foram assinalados em todo o país com movimentações de estudantes em protesto contra o anunciado aumento de propinas nas universidades públicas e pela abolição da Prova Geral de Acesso (PGA) à Universidade. Nessa semana o novo ministro da Educação, Couto dos Santos, publicou as notas da primeira chamada da PGA deste ano, cuja média nacional foi superior em relação a anos anteriores por, segundo o relato de alguns jornais lisboetas, o ministro ter ordenado a subida em um ou dois valores das notas dos pontos.

Significa isto que para entrar na faculdade os alunos que fizeram a prova deste ano terão que ter uma média superior à que no ano passado seria necessária.

Por outro lado o ministro da Educação anunciou que a terceira chamada da prova

será efectuada no próximo dia 8 de Maio, não considerando as alternativas propostas pelos alunos do Movimento Contra a PGA.

Uma delegação deste movimento entregou ao Presidente da República duas cópias das duas chamadas da prova deste ano para Mário Soares «ver como ela é absurda» e reafirmando as suas posições: extinção desta forma de acesso à Universidade, anulação das chamadas deste ano e correspondente mudança do esquema de avaliação para entrada no Ensino Superior.

Também os representantes do Movimento de Estudantes Contra as Propinas, que congrega 22 Associações de Estudantes, entregaram uma carta ao Presidente da República pedindo uma audiência e rejeitando o anunciado aumento de propinas pelo «princípio inequivocamente consagrado na Constituição Portuguesa, que garante aos alunos a progressiva gratuidade de

todos os graus de ensino».

«O aumento das propinas», diz a carta entregue a Soares, «longe de contribuir para uma correcção das assimetrias sociais na população estudantil, viria a penalizar os estudantes economicamente mais desfavorecidos».

Assim, apesar da mudança de ministro, os estudantes do secundário e universitário parecem não ter encontrado razões para suspender a sua luta.

A direcção da JCP saudaria também o facto de os estudantes, no dia 24 de Março, terem saído à rua para protestar contra o aumento das propinas. Em Lisboa, os manifestantes cortaram o trânsito em várias artérias



JCP: novo ministro da Educação não dá respostas claras

O Secretariado da DN da JCP face aos mais recentes acontecimentos sobre a política de Educação do Governo PSD/Cavaco Silva, considera oportuno referir:

1 — A forte acção e luta estudantis levaram o Governo a cedências e recuos, de que são exemplo a demissão do ministro da Educação, Diamantino Durão, a falta de condições para defender a PGA, a marcação da 3ª chamada e o seu carácter optativo, o adiamento de projectos extremamente negativos (aumento brutal das propinas, descaracterização do apoio social, etc.) para os tentar aplicar mais adiante.

2 — No entanto, a mudança de ministro não equivale à mudança de política e prova disso è:

— Os estudantes exigirem o fim da PGA, e o ministro volte a dar-lhes mais PGA —

com a 3ª chamada. Esta posição do ministro da Educação bem como o empolamento artificial e arbitrário das notas da 1ª chamada dão ao sistema de acesso ao ensino superior já caracterizado como um escândalo e um absurdo a dimensão duma farsa em que o ministro usa os estudantes como figurantes.

Tal posição mostrou mais claramente a falência deste sistema de acesso, caracterizado pelo sistema de «numerus clausus» e pela PGA.

Este é um sistema injusto e indefensável que é necessário e imperioso substituir por um novo sistema de acesso.

— Entretanto, o ministro não deu uma resposta clara no que se refere à criação de um mais justo regime de acesso ao ensino superior.

— Não foi dada garantia do fim da PGA.



— Não há garantia de que não se venha a verificar o brutal aumento das propinas no ensino superior.

— Não há garantia que venha a criar-se um sistema de apoio social justo, capaz de dar resposta à grave situação existente.

3 — Há assim muitas razões para continuar a lutar.

Só uma forte acção estudantil poderá impedir o ministro Couto dos Santos e o Governo de continuarem a política de educação que tem sido levada a cabo.

É necessário continuar a exigir o fim electivo da PGA e mais justo sistema de acesso ao ensino superior.

É necessário continuar a dizer não ao aumento das propinas e a reivindicar um verdadeiro sistema de apoio social.

É necessário continuar a exigir o cumprimento das responsabilidades do Estado no financiamento do ensino público para garantir um ensino de qualidade que responda às aspirações juvenis e às necessidades do País.

Lisboa, 26 de Março de 1992

O Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa

Encontro da CDU em Beja

Um Encontro Regional de Eleitos e Activistas da CDU do Distrito de Beja, realizado no passado fim-de-semana em Odemira e subordinado ao tema «Poder Local e Desenvolvimento», mobilizou cerca de 200 pessoas, entre os quais dirigentes do PCP, do Partido «Os Verdes», da ID, democratas independentes e convidados de outros partidos. Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, encerrou o Encontro.

A saudação de abertura coube ao presidente da Câmara Municipal de Odemira, Justino Santos, e a de introdução dos trabalhos a Miguel Ramalho, responsável pelo trabalho autárquico da ORB do PCP, que referiu as obras realizadas e em curso, no cumprimento rigoroso dos planos previstos e na reconfirmação da criatividade do Poder Local democrático no superar de dificuldades, mau grado os sistemáticos boicotes e ataques prosseguidos pelo Governo contra as autarquias.

O independente Miguel Barreto referiu-se ao papel e à situação dos trabalhadores do Poder Local e ao apoio da CDU às suas justas reivindicações, enquanto por «Os Verdes» Orlando Chão, vereador em Aljustrel, realçou a importância do trabalho da CDU e do espaço unitário que protagoniza. António Murteira, em nome da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, falou sobre as eleições autárquicas de 1993 e as boas perspectivas que, nelas, se abrem à CDU, a par de duras críticas à responsabilidade do Governo nas dificuldades que a Região atravessa.

HC

Greves na RTP e na Lusa

Conforme veio a público a semana passada, a greve às horas extraordinárias na RTP registou uma adesão de quase cem por cento. Os trabalhadores não aceitam a revisão salarial de 10,84 por cento para 1992. A emissão de 24 de Março, no que respeita ao serviço noticioso, só foi possível porque «as chefias asseguraram o trabalho», disse uma delegada sindical.

Na agência noticiosa Lusa a greve de 24 horas foi anun-

ciada para hoje. Decidida por voto secreto, a paralisação teve a seu favor 156 dos 195 trabalhadores que votaram. Do total de 258 votaram 75,6 por cento. Só 26 trabalhadores votaram contra a greve e 13 anularam ou não preencheram o boletim de voto. Em vez dos 9,5 por cento de aumentos salariais impostos por via administrativa, os jornalistas e restante pessoal da Lusa reclamam, entre outras reivindicações, 11 por cento de aumento na tabela salarial.

Lavoura de Aveiro defendida pela ALDA

Com a presença de cerca de duas centenas de agricultores, decorreu no dia 15 de Março, no Salão Cultural de Aveiro, o terceiro Encontro da Lavoura daquela região, simultaneamente assembleia geral da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA), uma das associadas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). No final dos trabalhos, os agricultores presentes deslocaram-se em manifestação até aos serviços da Região Agrária, onde uma delegação da ALDA procedeu à entrega das conclusões da reunião, onde avulta a exigência ao Governo de praticar uma política de defesa dos interesses dos agricultores do distrito.

A despoluição do Baixo Vouga, drenagens, enxugos e desalinização das terras com correspondente atribuição de indemnizações aos agricultores por perdas de gados e culturas são uma das reivindicações da ALDA que exige também, entre outras medidas, a prevenção dos incêndios, a reflorestação de áreas ardidas, um plano regional de ordenamento florestal, a manutenção da actual Lei dos Baldios, o fim da privatização e o encerramento de matadouros.

A ALDA apresentou igualmente propostas sobre outros problemas da actividade agrícola da região como os preços da carne e hortícolas, viticultura, leite e arroz, assim como a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e as negociações do GATT, os custos dos factores de produção, as taxas de juro e o movimento cooperativo, apelando à luta como o único caminho que surge como possível para a defesa dos seus interesses.

Esta assembleia procedeu ainda a alterações dos Estatutos da associação e escolheu os novos corpos sociais, tendo Albino Silva sido eleito presidente da ALDA.

MDM propõe inquérito às mulheres de Loures

A realização de um inquérito a 500 ou mil mulheres do concelho de Loures para apuramento de indicadores de qualidade de vida foi uma das propostas apresentadas por uma delegação do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) que foi recebida pelo presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, a 20 de Março passado, na sequência de um pedido de audiência endereçado por aquele movimento que expressou a vontade de continuar a desenvolver as relações de cooperação com o município em diversas áreas.

O inquérito incidiria sobre temas como o tipo de habitação, electrodomésticos, acessibilidade aos serviços de saúde e equipamentos de apoio à criança, férias, tempos livres, grau de conhecimento dos direitos das mulheres e da sua aplicação e grau de intervenção na vida do concelho.

Outras propostas do MDM à edilidade foram a criação de um grupo de trabalho permanente na Câmara sobre a condição feminina; a realização de cursos de formação com a colaboração da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres para os trabalhadores que estão no atendimento público nas autarquias do concelho e o desenvolvimento de um trabalho de sensibilização de professores, conselhos directivos e pedagógicos para a importância de um ensino que promova a igualdade entre homens e mulheres como valor básico da democracia.

O MDM apresentou neste encontro um documento intitulado «Estratégias pela promoção dos direitos das mulheres no município de Loures», no qual se propõem estas iniciativas de promoção dos direitos das mulheres e da pedagogia da igualdade.

Apesar das suas lacunas

Tratado de Maastricht deve ser ratificado

Comissão Institucional do PE propõe melhoria do Tratado de Maastricht

O Tratado de Maastricht deve ser ratificado sem delongas, apesar das suas insuficiências - esta a conclusão da Comissão dos Assuntos Institucionais do Parlamento Europeu, que na sua reunião de 24 e 25 de Março aprovou o relatório Martin sobre a matéria por 24 votos a favor, quatro contra e duas abstenções.

Segundo a Comissão, o Tratado deve ser ratificado apesar das suas lacunas, mas o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais devem, na altura da ratificação, exigir melhorias significativas do mesmo com o objectivo de conseguir uma verdadeira União Europeia. Este relatório será o grande tema de debate na próxima sessão plenária do PE, em Abril.

O documento assinala um extenso rol de lacunas no novo Tratado, chamando particularmente a atenção para as seguintes:

- exclui a política externa e de segurança comum (o que enfraquece o papel da Comissão e do Parlamento e não deixa possibilidade de recurso legal ao Tribunal de Justiça);
- não inclui a cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos, escapando deste modo ao efectivo controlo parlamentar numa área directamente ligada com os direitos dos cidadãos;
- prevê a delegação na UEO das competências em matéria de defesa;
- estabelece processos

específicos para as decisões sobre política económica no âmbito da União Económica e Monetária (UEM), que constituem uma excepção, em favor do Conselho, aos procedimentos tradicionalmente aplicáveis na Comunidade;

- não prevê um verdadeiro processo de co-decisão, pois permite ao Conselho actuar unilateralmente na ausência de acordo com o PE, e ao aplicar este processo a uma área muito restrita;

- não prevê o parecer favorável do PE para futuras revisões do Tratado;

- mantém a unanimidade no Conselho para uma série de assuntos, como é o caso de muitos aspectos da política social e ambiental;

- prevê um alargamento muito reduzido do âmbito da acção comunitária no domínio da política social;

- permite ao Conselho rejeitar unilateralmente os acordos internacionais já com parecer favorável do PE e da Comissão e adoptar sanções sem a aprovação do PE;

- contém disposições que vão contra o princípio da igualdade de tratamento;

- não garante a total protecção jurídica dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, deixando por isso incompletas as disposições relativas à cidadania;

- não melhora o processo orçamental, apesar de a implementação do Tratado exigir um orçamento maior;

- não estabelece disposições específicas para os sectores da energia, da protecção civil e do turismo;

- não altera os processos de nomeação dos membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, no sentido de tornar necessária a ratificação pelo PE e de reforçar a independência das duas instituições.

Apesar destes aspectos negativos, o relatório Martin congratula-se com os elementos que considera positivos incluídos no novo Tratado, designadamente o empenhamento na criação da UEM com uma moeda única e um Banco Central; o alargamento das competências comunitárias relativas à protecção do consumidor, à saúde pública, à cultura, à educação, à indústria, ao desenvolvimento e às redes transeuropeias; a inclusão do princípio da subsidiariedade; o empenhamento numa política externa e de segurança comum; um maior empenhamento na coesão económica e social, num crescimento ecologicamente sustentável e num elevado nível de emprego.

O relatório considera ainda positivo o alargamento, apesar de reduzido, dos domínios de deliberação por maioria qualificada; o novo processo de nomeação da Comissão, em que participa o PE e que prevê que o período do mandato da Comissão deve coincidir com o do Parlamento; o alargamento dos poderes legislati-

vos do PE; o alargamento ou confirmação de certos poderes de controlo do PE no que se refere à execução do orçamento, à criação de comissões de inquérito ou ao direito de petição; o reconhecimento do direito de iniciativa, embora limitado, do PE; as disposições relativas à cidadania, em particular as que estabelecem o direito de voto nas eleições europeias e locais do Estado-membro de residência; o reconhecimento ao Tribunal de Justiça do direito de impor sanções aos Estados-membros que não respeitem as suas decisões; a criação de um Comité das Regiões, com funções consultivas; as disposições que incentivam a cooperação entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

Tendo em conta estes aspectos, a Comissão dos Assuntos Institucionais apela aos parlamentos que, ao ratificarem o Tratado, preparem a próxima conferência intergovernamental, na perspectiva de serem eliminadas as carências do Tratado de Maastricht, em particular no respeitante ao défice democrático que ainda persiste e à eficácia do processo de tomada de decisões. Em matéria legislativa, apela-se também aos parlamentos nacionais para que pressionem os respectivos governos a não recorrer, no seio do Conselho, às disposições que autorizam este organismo a agir unilateralmente caso não se chegue a acordo.

Convergência com a CEE

O governo espanhol aprovou a semana passada um plano de convergência com a CEE que prevê a criação de um milhão de postos de trabalho entre 1992 e 1996, período em que a economia espanhola deverá registar um crescimento anual de 3,5 por cento. No final do mesmo período, segundo o ministro da Economia espanhol, Carlos Solchaga, a taxa de inflação anual será da ordem dos três por cento e o défice público de um por cento do PIB.

Outro dos objectivos do plano é o crescimento do investimento bruto, no período em causa, superior ao da economia, de modo a que em 1996 este represente 27 por cento do PIB; prevê-se, por outro lado, a redução das despesas públicas, que deverão baixar de 2,3 por cento em 1991 para 0,75 por cento em 1996.

Eco/92

A CGTP-IN defende uma maior pressão da CEE sobre os países industrializados a fim destes se comprometerem em acções comuns na área do ambiente. Num seminário dedicado ao tema «Ambiente e Desenvolvimento», responsáveis da CGTP manifestaram receio de que a Eco/92 venha a produzir «apenas documentos inócuos» em vez de medidas práticas na defesa do ambiente. Na mesma ocasião, Carvalho da Silva, defendendo uma maior consciencialização e participação social dos cidadãos, considerou que desenvolvimento «não é crescimento económico, mas sim progresso social, o que deve estar ligado às questões ambientais». Afirmou a propósito que «se no âmbito do mercado único se continuar a sobrepor a visão economicista, é evidente que esta noção de desenvolvimento não tem futuro». Recordou-se que a Eco/92 - uma espécie de cimeira da Terra - se realiza, no próximo mês de Junho, no Rio de Janeiro.

Encontro de ecologistas

O Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) vai participar no primeiro encontro mundial das organizações congéneres, que decorre de 30 a 31 de Maio no Rio de Janeiro. O encontro visa a elaboração de uma declaração verde sobre a Eco/92, a par da discussão da crise ambiental do planeta e a acção dos «Verdes» no sentido de a combater, refere um comunicado do PEV. Em debate vão estar as relações Norte-Sul, do ponto de vista da «política verde», com o «anti-racismo e a convivência cultural como valores caros aos ecologistas». Os «Verdes» vão igualmente participar no Forum Global 92, a conferência que, em paralelo com a cimeira da Terra, vai reunir as organizações não-governamentais.

Suíça quer aderir à CEE

O presidente da Suíça, René Felber, esteve no início da semana em Lisboa para conversações sobre o calendário de alargamento da CEE e o acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), confirmando a vontade da Suíça em aderir à Comunidade.

Em declarações à imprensa, Felber afirmou que «a Suíça não se pode manter afastada» da CEE e que é necessário «acabar com o mito da neutralidade». Quanto à possibilidade de a Suíça vir a assinar e ratificar o acordo sobre o EEE, entre os Doze e os países da EFTA, antes de 31 de Dezembro, o presidente afirmou que o governo suíço está a trabalhar para assegurar o mais rapidamente possível o exame do acordo no plano interno, prevendo-se mesmo uma sessão extraordinária do parlamento com esse objectivo. Dos sete países da EFTA, três já apresentaram pedidos de adesão à Comunidade - Áustria, Suécia e Finlândia. Enquanto isso, na Noruega, pela primeira vez nos últimos seis meses, é maior o número de opositores que de defensores da integração, segundo dados de uma sondagem revelados a semana passada. A Islândia e o Liechtenstein não manifestam interesse em aderir à CEE.

Dívida do Congo anulada

A CEE anulou uma dívida de 51,18 milhões de francos franceses (cerca de 1,28 milhões de contos) devida pelo Congo. Num comunicado da representação da Comunidade em Brazaville, afirma-se que a ajuda tinha sido concedida ao Congo devido à queda dos lucros das exportações de madeira em bruto, no quadro do sistema de estabilização das receitas de exportação (Stabex). O sistema prevê a reconstituição dos recursos pelos Estados ACP (África, Caraíbas e Pacífico), excepto os países menos avançados, segundo os acordos de Lomé, que ligam os ACP à CEE. A anulação da dívida, refere o comunicado, visa reduzir as actuais «dificuldades financeiras» do Congo.

Inflação sobe em Portugal

Portugal registou no mês de Fevereiro a maior subida da inflação nos países da CEE, revelaram a semana passada em Bruxelas os dados divulgados pela Eurostat (serviço de estatística da Comunidade).

No final de Fevereiro, os preços ao consumidor em Portugal apresentavam um agravamento de 1,3 pontos percentuais, relativamente ao mês anterior, o que representa um aumento quase duas vezes superior ao registado na Espanha, que apresenta a segunda maior subida mensal (0,7 pontos percentuais) e o dobro do verificado na Alemanha, onde a subida dos preços foi da ordem dos 0,6 pontos percentuais.

O único país da CEE onde os preços se mantiveram estabilizados em Fevereiro foi o Luxemburgo, tendo os restantes estados apresentado aumentos que oscilam entre os 0,3 e os 0,6 pontos percentuais.

Ainda segundo o Eurostat, a taxa anual de inflação dos Doze países da CEE mantém todavia uma tendência decrescente, indicando aquele organismo um índice de 4,7 por cento em Fevereiro, o que representa uma

redução de 0,8 pontos percentuais em relação ao mesmo mês de 1991.

A tendência é idêntica nos Estados Unidos (2,8 por cento, contra 5,3 por cento em 1991) e no Japão (2,0 por cento contra 3,6 por cento no mesmo período).

Reproduzem-se de seguida as taxas de inflação anual dos Doze apuradas pelo Eurostat para o final de Fevereiro, indicando-se entre parêntesis os valores do mesmo mês em 1991:

Bélgica	2,3	(4,0)
Dinamarca	2,3	(2,6)
Luxemburgo	2,8	(3,2)
França	3,0	(2,5)
Irlanda	3,7	(2,5)
Reino Unido	4,1	(8,9)
Holanda	4,3	(3,1)
Alemanha	4,3	(3,1)
Itália	5,7	(6,4)
Espanha	6,7	(6,0)
Portugal	8,0	(12,5)
Grécia	18,2	(21,8)

INTERNACIONAL

Haiti

Supremo Tribunal haitiano declarou ilegal o acordo assinado em Washington em 23 de Fevereiro sob o patrocínio da Organização dos Estados Americanos (OEA) com vista à reposição da democracia no país.

O acordo negociado no final de Fevereiro entre o presidente deposto, Jean-Bertrand Aristide, e a oposição haitiana sob a mediação da (OEA) prevê o regresso de Aristide a Port-au-Prince.

Os negociadores estabeleceram a aplicação de medidas que garantem as liberdades públicas e impedem a repressão e qualquer tentativa de represálias.

O compromisso prevê o respeito pela separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, garante as liberdades civis e facilita o livre funcionamento dos partidos políticos e das organizações cívicas haitianas.

A decisão do tribunal é o último golpe sofrido pelo plano com que a OEA pretendia pôr ponto final à crise política que lavra no Haiti há cinco meses.

Camboja

repatriamento de centenas de milhar de refugiados cambojanos da Tailândia, a mais importante que envolve as Nações Unidas, teve início dia 30, devendo abranger na totalidade 370 mil refugiados.

A passagem dos refugiados na fronteira marcou uma etapa importante do processo de paz no Camboja, encetado em Outubro mediante os acordos de Paris estabelecidos entre o governo de Phnom Penh e uma coligação de movimentos de guerrilha.

Os campos de refugiados estão sob controlo das diferentes facções da guerrilha.

Mas o regresso do primeiro grupo de refugiados ocorre numa altura em que se desenrolam ainda combates no centro e norte do Camboja entre forças governamentais e khmeres vermelhos.

Os khmeres vermelhos constituem também motivo de preocupação para os responsáveis das Nações Unidas. Os khmeres vermelhos foram responsáveis pela morte de mais de um milhão de pessoas durante o seu governo de 1975 a 1978.

Direitos sindicais

Setenta países violaram os direitos sindicais dos trabalhadores em 1991, denunciou a Conferência Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) ao anunciar o assassinio de 264 líderes sindicais.

A denúncia foi feita na sessão final da 15ª assembleia anual da CIOSL, em Caracas, na presença de delegados de 100 países.

A assembleia anual da CIOSL aprovou uma resolução final que pede o reconhecimento por todos os países da liberdade sindical dos trabalhadores a fim de defenderem colectivamente os seus direitos.

As violações dos direitos dos trabalhadores têm sido uma acção comum dos regimes ditatoriais, mas um número importante de governos eleitos nas urnas violam também os direitos dos sindicatos, que são vistos com hostilidade por muitos executivos democráticos, lê-se no documento.

A CIOSL recorda que 98 dos 153 países membros da Organização Internacional do Trabalho já ratificaram a Convenção 87 da OIT sobre liberdade de associação de trabalhadores, e outros 144 assinaram a Convenção 98 sobre a defesa colectiva dos trabalhadores.

Pinochet

ex-ditador e actual comandante das Forças Armadas do Chile, general Augusto Pinochet, visitou as fábricas da principal indústria brasileira de material militar, informa o jornal «O Globo», do Rio de Janeiro.

Segundo o jornal, tanto a empresa, a Avibras Aeroespacial, como a embaixada do Chile em Brasília disseram ter-se tratado de uma visita de carácter particular.

Fontes militares brasileiras citadas pelo «Globo» disseram que a visita é o primeiro sinal visível da retomada de acordos de cooperação militar e industrial entre as Forças Armadas dos dois países, muito intensos na década de 70, quando o Brasil vendia tanques, aviões e foguetes ao Chile.

Jugoslávia

Juristas da Sérvia e Montenegro iniciaram em Zabljak, no Montenegro, a redacção de uma Constituição para a nova Jugoslávia.

Após quatro das seis repúblicas jugoslavas terem proclamado a sua independência, a nova federação ficará reduzida a duas, com 10,5 milhões dos 24 milhões de habitantes e com 40 por cento do antigo território do país balcânico.

A redacção do projecto da Constituição deverá demorar cerca de uma semana, para posterior ratificação nos Parlamentos das duas repúblicas.

O novo Estado, que conservara o hino, bandeira e capital da Jugoslávia criada em 1944, terá de ser constituído antes de Junho para dar lugar a eleições gerais conjuntas.

Curdos

Armas da NATO matam na Turquia



Manifestação em Cizre, por ocasião do ano novo curdo. O Exército disparou fazendo dezenas de mortos

As armas que países da NATO têm vindo a fornecer à Turquia são, como era previsível, instrumento de repressão interna, no caso concreto utilizado contra a população curda.

O reconhecimento desse facto já levou à demissão do ministro da Defesa alemão, Stoltenberg, que assumiu a «responsabilidade política» de um grave incidente no seu Ministério: 15 carros de combate «Leopard I» foram recentemente entregues à Turquia, após a Comissão Parlamentar de Finanças ter decidido, no início da Novembro, congelar o crédito necessário para a operação.

A Comissão tinha justificado a sua decisão devido aos ataques das forças turcas contra aldeias curdas.

Como consequência do embargo alemão, já não se guirão para a Turquia, como estava previsto, 45 aviões de reconhecimento «Phantom»,

provenientes de uma esquadilha da «Luftwaffe» (Força Aérea alemã) recentemente dissolvida.

A «Sociedade em defesa dos povos ameaçados» tem entretanto mantido vigílias em frente do Ministério da Defesa, em Bona, para prestar homenagem às vítimas dos recentes confrontos na Turquia, quando das celebrações do novo ano curdo «Newroz», em que a repressão militar terá feito cerca de 90 mortos.

O maior partido alemão da oposição, o SPD, acusou a coligação governamental de «culpas no conflito» que opõe a Turquia aos curdos, por ter fornecido ao governo turco biliões de marcos em armamento.

Na sequência da grave situação no sudeste da Anatólia, a Alemanha anulou a extradição de curdos a quem já tinha recusado asilo político.

Entretanto, o negócio de armas vem de longe. E como os factos indicam tem a sua própria — e destrutiva — lógica interna, mesmo ao arripio de decisões institucionais.

Os fornecimentos de armas da Alemanha para a Turquia tiveram início em 1980, após o golpe militar então registado naquele país. No total, a ajuda militar perfaz já quatro mil milhões de marcos (cerca de 360 milhões de contos). Isto em números oficiais.

Após a unificação das duas Alemanhas, e ao ficar de posse do arsenal militar da ex-RDA, embora os acordos «Dois mais quatro» a obrigassem a reduzir efectivos e equipamento, a Alemanha intensificou os seus fornecimentos à Turquia, que atingiram, desde Outubro de 1990, 700 milhões de marcos (65 milhões de contos).

Entretanto, o embargo de armas decidido pelo governo

alemão, por força da pressão popular, não vai ser acompanhado por nenhum dos outros fornecedores de armas.

A presidência portuguesa da CEE já comunicou a Bona que não haveria protesto conjunto contra a actuação repressiva do exército turco.

Da parte dos Estados Unidos, a posição é muito clara. O porta-voz do departamento de Estado, Richard Boucher, afirmou que não estava prevista qualquer suspensão da ajuda à Turquia, referindo que a «segurança interna» e a «legítima autodefesa» figuram entre as situações em que armas fornecidas pelos Estados Unidos podem ser utilizadas por países estrangeiros.

Note-se que estas armas já serviram — para além da repressão interna — para raids aéreos sobre acampamentos curdos no Norte do Iraque.

Dia da Terra

Paz na Palestina é preciso!

«A política israelita baseada na expansão e opressão em todas as circunstâncias não poderá continuar se houver justiça por parte da Comunidade internacional e em especial por parte dos Estados Unidos da América ao reivindicar-se o líder da chamada nova ordem mundial» — afirma-se em comunicado do CPPC — Conselho da Paz, por ocasião do Dia da Terra.

E sublinha-se ainda: «A legitimidade e o direito internacionais devem ser aplicados por igual para todos os conflitos regionais e em especial no conflito do Médio Oriente que dura há mais de quatro décadas com mais de 430 resoluções das Nações Unidas sobre o problema da Palestina».

«A Conferência de Paz para o Médio Oriente deve sempre basear-se no direito internacional e nas resoluções das Nações Unidas para a salvaguarda do direito do Povo Palestino à autodeterminação e ao estabelecimento do seu Estado independente, tendo Jerusalém como capital».

Em conclusão, afirma-se no comunicado que «a representatividade do Povo Palestino não pode ser imposta nem manipulada por nenhuma entidade externa e a OLP é o único e legítimo representante do Povo Palestino pela vontade manifestada pelo seu próprio Povo».

Entretanto tem vindo a decorrer uma Semana de Solidariedade com o Povo Palestino, que incluiu uma acção pública de informação no Rossio, uma exposição documental e fotográfica sobre a vida e a luta do povo palestino, e ainda um debate sobre Caminhos para uma Paz justa e duradoura no Médio Oriente.

O NISP — Núcleo de Intervenção pela Solidariedade entre os Povos — promoveu uma manifestação frente à embaixada de Israel, exigindo o reconhecimento de uma terra para o povo palestino.

«Não tenham pressa em abandonar as sanções»

— é a mensagem do ANC em Lisboa

«Não tenham pressa em abandonar as sanções. O processo está ainda em risco» — esta a mensagem fundamental transmitida pelo dirigente do ANC, Mendi Msimang, em conferência de imprensa realizada em Lisboa na passada segunda-feira.

Mendi Msimang, membro do Comité Nacional Executivo do ANC e responsável pela representação do ANC em Londres e Irlanda, sublinhou que era necessário esperar por um ponto de irreversibilidade, concretamente pela elaboração de uma Constituição democrática.

A questão das sanções foi o problema mais insistentemente abordado pelo dirigente do ANC que alertou: «Seria desastroso que a CEE levantasse as sanções no momento actual, sanções que

têm a ver com cooperação militar. Tal seria interpretado como um apoio à violência praticada pelas forças de segurança contra o nosso povo, de deixar passar da estratégia de desestabilização do processo de paz em curso».

Também Mike Terry, representante do Reino Unido do Grupo de Ligação dos movimentos anti-apartheid da Europa dos Doze, afirmou que «seria uma tragédia se a presidência portuguesa da Comunidade fosse responsável por uma iniciativa que criasse uma situação em que o Partido Nacional (de De Klerk) se tornasse tão intransigente que pudesse levar à ruptura do processo de negociações.»

Uma questão que está longe de ser meramente académica.

Já depois do referendo

— «uma questão entre De Klerk e a direita, um exercício meramente étnico, pois qualquer verdadeira solução tem de envolver toda a população», como realçou Mendi Msimang — o presidente De Klerk tentou «esvaziar a Codesa», pondo em causa algumas das decisões anteriormente tomadas.

Uma das mais importantes decisões, já tomadas pela Codesa, é a criação de um governo provisório interino.

Numa primeira fase esse executivo integraria Comissões nomeadas pela Codesa, que se dedicariam a aspectos de segurança, orçamento, relações internacionais, administração local, e a preparar as eleições para uma Assembleia Constituinte.

Estas Comissões teriam poder executivo e recomendariam medidas legislativas.

Numa segunda fase, o governo de transição «deveria também preparar as eleições para a Assembleia Constituinte que, por sua vez, se encarregaria de redigir uma Constituição democrática e, finalmente, preparar as eleições gerais».

Para o ANC, é fundamental «avançar rapidamente para soluções democráticas». Msimang sublinhou que «já se passaram mais de dois anos sobre a libertação de Mandela». E o processo de democratização tem sofrido sucessivos atrasos.

A questão que se coloca, portanto é — «como pressionar o governo de De Klerk».

«Uma primeira linha de acção, é voltar à Codesa e questionar o presidente De Klerk» sobre as intenções do seu governo.

«Se o governo não ceder à

pressão na Codesa, certamente o ANC, juntamente com outros movimentos, dirigirá-se à população no sentido de organizar acções de massas».

Neste ponto de viragem, a questão fundamental é garantir um processo pacífico de implantação da democracia no país.

Mas o futuro, as linhas do desenvolvimento socioeconómico, também já estão em debate. Na sua conferência de 91, o ANC decidiu «elaborar posições políticas

concretas, nomeadamente no domínio da educação, da saúde, economia, recursos humanos, terra». Com esse objectivo vai realizar-se, entre 28 e 30 de Maio, uma Conferência promovida pelo ANC para delinear perspectivas e uma política nestes diferentes domínios.

Nas discussões no seio da Codesa, a questão económica ainda não foi levantada. Mas o que no futuro for decidido «serão sempre posições colectivas», concluiu Mendi Msimang.

Declaração do ANC sobre o abrandamento das sanções estratégicas

O Congresso Nacional Africano está particularmente preocupado com as notícias segundo as quais, o Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, na sua reunião de 6 e 7 de Abril, pode vir a levantar algumas das sanções estratégicas impostas pela Comunidade à África do Sul, em Setembro de 1985, nomeadamente as proibições nas áreas da cooperação militar e da segurança, a restrição de relações nucleares e o embargo petrolífero.

O ANC considera tais medidas muito prejudiciais para o processo de negociações em curso na África do Sul no âmbito da Convenção para uma África do Sul Democrática. O ANC esperaria da Comunidade uma acção coerente com o seu apoio à CODESA decidindo abrandar as actuais medidas com o acordo dos principais participantes no proces-

so de negociações.

O ANC saúda a proposta de uma missão Troika, constituída por ministros dos Negócios Estrangeiros, à África do Sul, especialmente se vier a ter lugar durante a próxima Sessão Plenária da Codesa, isto permitiria à Comunidade consultá-lo e avaliar os progressos obtidos no processo de negociação.

O ANC espera que a Comunidade não aja prematuramente, antes espere, para tomar qualquer decisão sobre o abrandamento das suas próprias medidas que a missão Troika apresente o seu próprio relatório.

O ANC reitera a sua posição: o levantamento das sanções estratégicas, incluindo os embargos militar, nuclear e petrolífero, deve aguardar até estabelecimento de um Governo Democrático no nosso país.



Encontro PCP-ANC

Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, encontrou-se, no Centro de Trabalho da R. Soeiro Pereira Gomes, com Mendi Msimang, membro do Comité Nacional Executivo do Congresso Nacional Africano. No encontro participou também Albano Nunes, membro do Secretariado do PCP.

Durante o encontro foi confirmada a vontade de desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o ANC. Álvaro Cunhal reiterou a activa solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do ANC e do povo da África do Sul pela completa liquidação do regime do «apartheid» e sublinhou a oposição do PCP ao levantamento das sanções à África do Sul enquanto o ANC e as forças que combatem o «apartheid» o considerarem prematuro e prejudicial ao interesse do povo sul-africano.

Também em Londres ANC apela para manutenção das sanções

O abrandamento das sanções estratégicas contra a África do Sul e, portanto, o restabelecimento da cooperação militar com aquele país é motivo de preocupação para o ANC (Congresso Nacional Africano) cujo representante para o Reino Unido e Irlanda, Mendi Msimang, enviou uma nota à comunicação social onde afirma estar «particularmente preocupado» com as notícias que dão como certo que a reunião da próxima segunda e terça-feira do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, presidida por Portugal, possam vir a ser levantadas algumas das sanções que desde Setembro de 1985 a CEE

impôs ao Governo sul-africano.

Cooperação militar e segurança, fim de restrições no âmbito da energia nuclear e do embargo petrolífero são algumas das áreas em questão, considerando o ANC que o levantamento dessas sanções seria prejudicial para o processo de negociações em curso na África do Sul no âmbito da Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA).

Msimang diz que o ANC «esperaria da Comunidade uma acção coerente com o seu apoio à CODESA» abrandando as sanções à África do Sul somente com o acordo dos principais partici-

pantes no processo de negociações.

«O ANC espera que a Comunidade não aja prematuramente, antes espere, para tomar qualquer decisão sobre o abrandamento das suas próprias medidas», diz o comunicado que saúda a proposta comunitária de enviar à África do Sul uma missão constituída pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Troika que preside à Comunidade, «especialmente se vier a ter lugar durante a próxima sessão plenária da CODESA». Para a organização liderada por Nelson Mandela isso permitiria à Comunidade avaliar os reais progressos obtidos no pro-

cesso de negociação em curso devendo então, e só nessa altura, tomar posição sobre a eventualidade de levantamento de sanções.

Para o ANC, as suas anteriores posições sobre o assun-

to devem manter-se: o levantamento de sanções estratégicas, incluindo os embargos militar, nuclear e petrolífero, deve aguardar até ao estabelecimento de um Governo democrático no país.

Entretanto, o ANC propôs

na quarta-feira num dos grupos de trabalho da CODESA a formação de uma Assembleia de voto de 400 deputados, eleitos no sistema de um-homem-um-voto, para a elaboração da nova Constituição sul-africana.

À VENDA

O Militante
Sobre a **UNIÃO SOVIÉTICA**

Mesa-redonda com ABOIM INGLEZ • VICTOR ALVES • LURDES GONÇALVES



A CRISE DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS CAPITALISTAS

A crise e recessão da economia dos EUA, Canadá e Inglaterra, o significativo abrandamento das economias dos principais países europeus e as crescentes dificuldades destes países e do Japão são uma realidade.

Simplesmente, esta realidade, que põe em evidência a falência das políticas neoliberais e o ciclo das crises capitalistas, dá-se num quadro novo.

O afundamento dos países socialistas na Europa central e de Leste, bem assim como da URSS, determinaram uma nova correlação de forças a nível europeu e mundial que tende, mais a mais em tempo de crise, a acentuar os factores centrífugos, as rivalidades, as clivagens e contradições entre os principais países capitalistas.

A Alemanha vai erguendo a voz e dando sinais de arrogância, elevação das taxas de juro à revelia dos restantes países comunitários, comportamento unilateral no reconhecimento da Croácia e da Eslovénia, exigência de maior protagonismo da língua alemã, recusa ao Pacote Delors II, dando a ideia de se preocupar cada vez mais com os seus interesses de grande potência do que com os compromissos tomados com os seus parceiros.

Uns interrogam-se mesmo sobre se se trata apenas da execução dos músculos e outros colocam a questão de saber, se a má Alemanha, a de outros tempos, a prussiana de Berlim, irá suceder à boa, à «renana» de Bona?

Esta interrogação, feita sobretudo e compreensivelmente em França, tendo por base afloramentos preocupantes quando aos factos já citados, se somam outras exigências — quando um deputado alemão no Parlamento Europeu, por exemplo, defende em relatório que a Presidência do Conselho da Comuni-

dade passe a ser rotativo apenas entre os cinco «grandes» estados da Comunidade Económica...

Por sua vez, os EUA não escondem a sua ambição de tutelarem a nova ordem mundial. No entanto, e contrariamente à previsão dos mais optimistas sobre o relançamento da economia americana após a guerra do Golfo, esta mantém-se em crise.

O economista americano John Galbraith diz com toda a clareza que os EUA são «vítimas das aberrações económicas e dos excessos especulativos dos anos de Reagan».

Mas apesar da crise, um documento do Pentágono, publicado pelo «New York Times», em 8 de Março, tendo embora em conta a proximidade das eleições — sobre a doutrina estratégica dos EUA, até ao fim do século, não deixa margem para dúvidas.

Só deve existir no mundo uma grande potência, os EUA, que devem por isso conservar «os meios de defesa necessários» capazes de convencerem os seus eventuais concorrentes e a «convidarem» os outros países «industrializados» a não modificarem a ordem mundial assim constituída nem mesmo a «aspirarem a um maior papel regional ou global». É certo que várias vozes embaraçadas já se fizeram ouvir dizendo que o documento apenas exprime um ponto de vista incompleto e provisório e que não compromete a administração americana. E, evidentemente, tal relatório nunca será publicado naquela forma. Mas muitos admitem que ele exprime, pelo menos com transparência, uma tendência...

Quanto ao Japão, que não esconde também os seus desejos de liderança, a Oriente e não só, os escândalos financeiros, os despedimentos e os sinais de abrandamento são também uma realidade.

Dá que o capitalista italiano Carlo de Benedetti tenha constatado que a «economia mundial se encontra sem locomotiva».

A Inglaterra, em plena crise, balança entre um maior protagonismo da City, mesmo que numa posição subalterna e tradicionalmente seguidora dos EUA, e a integração na União Económica e Monetária. Mas, neste país, vale a pena recordar que o «exercício do direito de propriedade», um dos grandes temas da «revolução tatcheriana», é hoje uma questão angustiante para milhares de ingleses que, incapazes de pagarem as elevadas taxas de juro dos empréstimos que contraíram, são pura e simplesmente expulsos das suas habitações. Calcula-se que, só em 1991, cerca de 75 500 casas e apartamentos tenham sido «retomadas» pela banca, aumentando cada vez mais os «sem abrigo»... Aliás, as fórmulas do capitalismo «puro e duro» em prática nos ex-países socialistas mostram também os seus resultados.

O «big-bang» capitalista que anunciaria um futuro radioso aí está na situação catastrófica, segundo as próprias palavras dos actuais dirigentes desses países. É, aliás, significativo e curioso que Valtr Komarek, chefe da equipa económica do governo da Checoslováquia, que se demitiu em Junho de 1990, tenha agora declarado, em entrevista à «Newsweek» de 9 de Março, que «a revolução não foi cumprida porque as pessoas vivem pior hoje que sob o comunismo».

Mas se a crise agrava as contradições, as rivalidades e as tendências hegemónicas dos principais países e pólos capitalistas está, por isso mesmo, também acompanhada por novas ofensivas ideológicas que vão desde a divinização do mercado, até aos que pugnam pela sua «moralização». Capitalismo sim, mas com algum «molho» social... São os que o criticam que lhe

reconhecem as taras, para logo exprimirem que este não tem alternativa.

Outros procuram «vender» uma versão idílica do sistema. São os que alinham, por exemplo, nas opiniões do patrão Michel Albert, que no seu livro «Capitalismo contra capitalismo» tenta demonstrar que não é necessário procurar outro sistema, pois há dois tipos de capitalismo, um o «mau», o americano; outro o «bom», «de face humana», a que ele chama de «modelo renano». Uma espécie de casamento do capitalismo da social-democracia e da ética cristã, tendo como ilustrações a Alemanha, o Japão e a Suécia...

O objectivo é evidente, tal como o empolamento do mercado no discurso económico, apresentado como juiz e meio de eficácia económica e a dura «lei do mercado», a justificar as políticas de austeridade e as reestruturações industriais e financeiras. A economia capitalista para aqueles já não é mais, tornou-se economia de «mercado» e esta é apresentada na sua perspectiva neoclássica como o melhor mecanismo possível de repartição de recursos raros, o mecanismo regulador da economia conforme a parábola da «mão invisível» ou a fábula das abelhas (séc. XVIII).

Mas o que é regulador no espírito do liberalismo não é o mercado, mas a livre concorrência e, em certas condições e dentro de limites, o que levou o economista Walras (onde agora alguns vão beber os conceitos) a defender uma forte intervenção do Estado e um programa radical de nacionalizações.

As mistificações da «melhor repartição de recursos» e do mercado regulador são trivialidades já demonstradas mesmo pela teoria neoclássica. O que não significa que o mercado não tenha funções, mas não aquelas virtudes que lhe são atribuídas... Ao contrário da regulação, a análise teórica, não

apologética e não doutrinária, o que mostra é que o mercado «deixado à solta» conduz à anarquia e à «lei do mais forte».

É neste quadro que se inscrevem as crises capitalistas, embora a sua complexidade ou a variedade dos seus aspectos expliquem que se possa utilizar várias grelhas de leitura, mas em que o carácter mais visível é o carácter durável da sobreacumulação de capital.

Em trabalhos da OCDE, relativos à «eficácia do capital» num significativo número de países, mostra-se o abrandamento dos ganhos de «produtividade global dos factores de produção» e a «produtividade negativa do capital», aguentada pela da «mão-de-obra»...

A isto há que juntar os efeitos negativos do sobreendividamento dos Estados, das empresas e dos particulares e a bola

MISÉRIAS E GRANDEZAS DA CRISE NOS EUA

■ Jacques Decornoy

Ficou célebre a frase proferida por Bush, quando há quatro anos se candidatava pela primeira vez à Casa Branca. «Leiam nos meus lábios», dizia ele, afirmando a seguir que não aumentaria os impostos. Os impostos aumentaram. Os problemas económicos dos EUA não cessaram de crescer. «Recessão» não é uma palavra que se diga à boca pequena. É que os americanos vivem com ela todos os dias. E quem a paga são os mais pobres.

O que está em crescimento nos Estados Unidos é a pobreza. A miséria abate-se sobre milhões de famílias norte-americanas. No princípio de Março, atingia-se o número recorde de 4,7 milhões de famílias a receberem subsídio de assistência social (apesar de, com Reagan, terem sido feitos substanciais cortes nos direitos de assistência da população dos EUA). O programa federal de ajuda às famílias com crianças dependentes passou a assistir, em Dezembro do ano passado, 13,4 milhões de pessoas, quando, seis meses antes, esse número era de «apenas» 11,6 milhões. Cerca de 86 por cento dos assistidos recebem ainda senhas de alimentação. Outro recorde. No entanto, apesar da batalha eleitoral, os republicanos e os democratas estão de acordo num ponto — o de «desaconselharem» os programas de assistência social, com o pretexto de que tais programas levam os mais pobres a sentirem-se «desincentivados»...

Ainda recentemente foi anunciado o encerramento de nada menos que 57 grandes armazéns do grupo Macy, o que vai lançar no desemprego mais trabalhadores. Esta medida, tomada no âmbito de um «plano de reestruturação» do grupo que possui uma rede de mais de 250 grandes armazéns, seguiu-se à colocação do grupo sob a protecção da lei de falências, em Janeiro passado.

No entanto, como muitos observadores sublinham, os pobres não existem nas palavras trocadas durante a campanha eleitoral. É coisa de que não se fala. Talvez porque a maior parte deles, se estão já marginalizados social e economicamente, também o são do ponto de vista político, num sistema eleitoral em que apenas uma diminuta percentagem participa no grande festival que são as eleições, cujos discursos são dirigidos à classe média e alta.

Desemprego

Cresce também o desemprego. A sua taxa subiu para 7,3 por cento em Fevereiro, a desmentir a anunciada recuperação económica que é brandida na campanha eleitoral. É a mais alta taxa de desemprego desde 1985, e indica que a recessão americana que afecta a economia dos EUA desde 1990 não mostra sinais de abrandamento, ape-

espectativa-bolsa e imobiliário, que pode perspectivar um novo *krach* bolsista, mas em piores condições que em 1987, pois nessa altura as economias estavam em plena expansão. A actividade especulativa é hoje de tal ordem, que se estima que apenas 3 a 4% das transações sobre o dólar estão ligadas a operações comerciais!

Passada a euforia verbal sobre o «fim da história» e o triunfo universal do capitalismo, eis que as suas próprias contradições o colocam no centro do debate, sendo curioso ver que mesmo alguns dos seus apologetas não só se interrogam «se o capitalismo é moral», como começam a duvidar da sua eternidade.

C.C.

NEOLIBERALISMO — A VIA REDUZIDA

LIBERALISMO — «Doutrina económica que afirma que o melhor — ou menos mau — sistema económico é aquele que garante o livre jogo das iniciativas individuais dos agentes económicos» — é a definição sucinta, e genérica, do «Vocabulário Económico e Financeiro», de Yves Bernard e Jean-Claude Colli. E hoje, na prática concreta da vida, o que é o liberalismo, ou a sua versão neoliberal? Que consequências? Que «livre jogo» está — ou não — garantido? As questões serão bem mais que as respostas, mas é pelo questionar que se encetam caminhos e se teiam respostas possíveis.

Uma primeira abordagem da realidade aponta num duplo e significativo sentido: aprofundamento das desigualdades; redução do «livre jogo» a muito poucos jogadores.

Assim, em 1960, um dirigente de empresa americano ganhava 12 vezes mais que um operário médio, actualmente ganha 93 vezes mais. Simultaneamente assiste-se a uma imensa concentração de capital — e consequentemente de poder — nas mãos de muito poucos, e cada vez menos. Nas palavras de Riccardo Petrella, em recente artigo nas páginas de «Le Monde Diplomatique», «dentro de dez a vinte anos, não haverá mais de dois grandes grupos mundiais de fabricantes de satélites, três a quatro construtores de automóveis, seis a oito grandes redes de comunicação, etc. É nisto que se pensa quando se reivindica a «liberdade» dos mercados?».

Os factos afirmam-se ao arripio da própria definição de liberalismo e antes parece caminhar-se num sentido profundamente redutor, quer quanto a alternativas socioeconómicas, quer quanto a capacidade decisória.

O dogma neoliberal baseia-se na convicção de que o único caminho possível no domínio económico, é

intensificar as medidas favoráveis aos privilegiados, aos «vencedores», em resumo, aos grandes detentores do capital, para que através do consumo destas minorias e dos seus investimentos se estimule a economia, com pretensos reflexos positivos para todos.

Neste caminho de sentido único, e sempre em nome da «eficiência» fmpar desta opção de desenvolvimento, as decisões são cada vez mais tomadas por tecnocratas — sem qualquer mandato, ou legitimidade do voto — o que põe directamente em causa o sentido da democracia, em grande medida esvaziando-a de conteúdo.

Acresce que o neoliberalismo — ao afirmar como único o seu próprio caminho, e portanto inevitável — introduz no domínio económico o conceito de fatalidade. A que naturalmente deveria corresponder (em termos políticos) a resignação das suas vítimas, nomeadamente os desempregados e em geral os «perdedores», os marginalizados.

Tudo se passa como se no quadro de diversidade e complexidade da vida, a sociedade humana se afirmasse como a sua mais empobrecida componente, condenada a uma via única, a que hoje se

afirmaria como «eficaz» — o neoliberalismo.

Longe estamos do «livre jogo das iniciativas individuais e dos agentes económicos». Longe também do ambíguo termo de eficácia. Não será pelo empobrecimento de opções que a sociedade humana irá avançar.

O «caminho único», é-o sim, e apenas, para o próprio neoliberalismo, não para as perspectivas do desenvolvimento socioeconómico. Citando outra vez palavras de Riccardo Petrella — «Em vez de tirar proveito do potencial de criatividade dos 5,8 mil milhões de pessoas que compõem a população da Terra, tal como dos outros recursos disponíveis, a mundialização através da competitividade valoriza apenas uma parte destruindo, ou, pelo menos, desvalorizando ou desqualificando o resto».

Os marginalizados

Mesmo cingindo-nos ao «1.º mundo», a situação social e o nível de vida de uma assinalável percentagem da população é de acentuada degradação. Um processo que se desenvolve no entrecruzar de políticas sociais reduzidas à sua expressão mais simples e do crescimen-

to do desemprego e de formas precárias de trabalho.

Um exemplo concreto da inexistência de uma ligação real entre crescimento económico e melhoria da vida das pessoas. Em França, nos últimos dez anos, o volume de riquezas produzidas aumentou em 30%. Nesse mesmo período o número de desempregados saltou de 1 800 000 para 2 900 000.

Se nos deslocarmos um pouco à periferia do mundo capitalista, mesmo aos seus mais «bem sucedidos» exemplos, deparamos com uma Venezuela, tragicamente abalada por um novo golpe militar, derrotado embora, e que muito tem a ver com o desespero de uma população que, em Fevereiro de 89, saiu em protesto às ruas e foi brutalmente reprimida (mais de mil mortos).

No entanto a Venezuela tem obtido grandes êxitos económicos, na perspectiva de uma lógica de estrito crescimento económico: redução da inflação, reforço da moeda, redução das importações, aumento dos investimentos estrangeiros. Em 1991 registou uma das mais elevadas taxas de crescimento económico do mundo. Mas, simultaneamente, mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza. As desigualdades aprofundaram-se: enquanto 5% da população mais rica detém 20% do rendimento nacional, 40% das crianças não estão escolarizadas.

Particularmente grave no Terceiro Mundo, onde hoje se registam níveis de fome mais elevados que nos anos 70, a

situação social degradou-se na generalidade dos países industrializados, com o corte de verbas para despesas sociais, e em particular o agravamento do desemprego, considerado, na lógica deste sistema, igualmente inevitável.

Hoje, o conjunto de países desenvolvidos englobados na OCDE conta oficialmente com 28 milhões de desempregados, ou seja, mais que o conjunto das populações da Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Um quinto dos alemães está no desemprego. Acresce que, actualmente, o desemprego atinge todos os sectores, mesmo os serviços, tradicionalmente considerados como uma reserva de criação de postos de trabalho.

Neste, como noutros domínios, a situação nos Estados Unidos é particularmente significativa. Segundo números oficiais, o desemprego atinge 7% da população. Mas tão pouco é esta a realidade. De acordo com a Conferência Board, organismo patronal de estudos estatísticos, os números oficiais encobrem realidades mais vastas. Calcula-se que, no ano de 1991, foram 25 milhões os americanos atingidos, num ou outro momento, pelo desemprego. Para além do desemprego de longa duração (e do subemprego) é preciso ter em conta os milhões de pessoas envolvidas no trabalho temporário (ou desemprego temporário...), que cria uma sensação de profunda insegurança e precariedade.

Um sentimento de insegurança ainda agravado com a degradação também sofrida

pelos salários. Pelo jogo das «leis do mercado», os salários pouco aumentaram nas duas últimas décadas e nos últimos dez anos baixaram mesmo no que respeita aos salários já anteriormente mais baixos.

Uma insegurança generalizada, que o «Washington Post» abordava nestes termos (em Dezembro passado): «Os assalariados de «colarinho branco» (todos, do vendedor ao patrão) têm medo. Pessoas como essas, que nunca pensaram perder o seu emprego, são despedidas. Quem será o próximo? O factor medo é enorme porque os «colarinhos brancos» representam cerca de dois terços da população activa americana».

Crise

Não é só no plano social e humano que as respostas do neoliberalismo falham. É no próprio domínio da «eficácia» económica que as dificuldades e a crise se afirmam.

A taxa de crescimento do produto nacional bruto (PIB) na CEB diminuiu em cerca de metade (1,3% contra 2,8% em 1990). As perspectivas de crescimento do mundo industrializado para 1992 não são brilhantes. Um facto não apenas referido pelo Relatório anual das Nações Unidas sobre a economia mundial, mas ainda pelo próprio «Business Week», que escrevia, em Dezembro de 1991 a propósito das perspectivas de crescimento para 92: «Eis uma má notícia para os negócios americanos que aposta-

Um buraco negro?

A economia, a despeito das declarações de Bush, não

A RECESSÃO APENAS COMEÇOU NA ECONOMIA JAPONESA

Com 125 milhões de pessoas habitando um arquipélago cuja superfície atinge os 378 km², o Japão que, como a Alemanha, saiu vencido da 2.ª Guerra Mundial, exausto e esmagado — lembre-se as bombas atômicas que destruíram Hiroshima e Nagasaki — consegue em poucas décadas chegar ao lugar da frente, no que toca ao potencial económico. O seu desenvolvimento e recuperação foram baseados numa exploração desenfreada, nos baixos salários, e o capitalismo nipónico cresceu quase livre de custos sociais, o que lhe permitiu uma rápida e espectacular acumulação. Em pouco mais de quarenta anos atinge 2867 mil milhões de dólares de PNB (números de 1988) — o que representa mais de metade do PNB dos Estados Unidos. O avanço tecnológico e a mão-de-obra barata permitiram-lhe competir e vencer no mercado internacional. O sucesso económico permite agora uma visão mais larga e uma ambição maior — um domínio político no mundo comparável ao papel que desempenha do ponto de vista económico. E, para tal, desempenhar um novo papel no plano militar.

Colocadas em banho-maria durante décadas, as ambições revanchistas nipónicas não deixaram nunca, porém, de dar sinal de si. Com prudência, por parte dos seus dirigentes políticos que não dispuseram durante muito tempo de apoios favoráveis no mundo nem de uma opinião pública interna que esquecesse facilmente a tragédia que levou o militarismo japonês à derrota de 1945.

Proibido pela sua própria Constituição de enviar tropas suas para o estrangeiro, o Japão ficou arredado de grandes conflitos ocorridos na sua zona de influência. Curiosamente, aos primeiros sinais de grave recessão, os governantes de direita voltam a colocar abertamente as suas ambições militaristas na mesa dos debates. O grupo parlamentar do Partido liberal-democrata, no poder durante mais de trinta anos e apesar dos sucessivos escândalos financeiros que atingiram e atingem os seus governos ligados aos grandes monopolistas, tornam a apresentar na Assembleia projectos de lei anticonstitucionais visando a intervenção de tropas japonesas no estrangeiro «para participarem nas operações de salvaguarda da paz da ONU no mundo». A revi-

«O Japão terá um papel maior na ordem internacional do após guerra-fria». Com estas palavras, pronunciadas no final do ano passado, o primeiro-ministro japonês não estava a pôr-se em bicós dos pés. Simplesmente revelava o que para toda a gente já era uma realidade. Após a derrocada da União Soviética, o Japão torna-se a segunda superpotência, a seguir aos Estados Unidos. País com o qual, de resto, pretende — por enquanto — manter e reforçar a sua cooperação «sobre os problemas mundiais», conforme também o primeiro-ministro nipónico fez questão de sublinhar. Tal cooperação não está isenta de escolhos. Como se pode ver durante a recente visita de Bush ao Japão. Teriam sido as exigências japonesas a fazê-lo cair da cadeira? O certo é que, tal como os EUA e a Alemanha, principais países cuja economia se desenvolve agressivamente para além das suas fronteiras, também o Japão está com uma crise às costas.

são dos imperativos constitucionais foi colocada na ordem do dia, contra a forte oposição da maioria do povo.

Os seus vizinhos tremeram. O ministro da Defesa da Coreia do Sul, no livro branco de 1991, citado pelo *Humanité*, afirma: «O Japão está a passar de uma posição defensiva a uma posição ofensiva pela sua natureza. Esforça-se para estender a influência política e militar ao nível do seu poderio económico. Isso é demonstrado pelo envio de uma esquadra de draga-minas das Forças de Autodefesa para o golfo Pérsico, pelo debate em curso sobre a participação das FAD nas operações da ONU no Camboja e pelas manobras das FAD efectuadas nos Estados Unidos (...) Tóquio procura uma nova estratégia que priorize o poderio militar sobre o político ou o económico. O Japão desenvolve a sua força militar para adquirir o estatuto de potência mundial»...

A guerra... financeira

Num trabalho recente de Frédéric Clairmonte, publicado no *«Monde Diplomatique»*, chamava-se entretanto a atenção para o fenómeno da máquina financeira nipónica e para as suas fragilidades. E já aí se aludia à crise que agita o mundo capitalista desenvolvido e à verdadeira guerra económica que tem lugar:

«Excedente e défices de toda a qualidade, desemprego e endividamento em constante progressão, instabilidade monetária endémica, tráficos transformando os mercados financeiros em vulgares salões de jogo, proteccionismos de todo o género sobre centenas de milhares de milhões de dólares nas economias desenvolvidas, enormes desigualdades entre classes e entre regiões, e agora a concentração desenfreada de um poder colossal — tais as principais características da guerra económica mundial, das crises inerentes ao capitalismo financeiro».

Este confronto económico e financeiro tem dois actores principais. Os Estados Unidos e o Japão que, juntos, dispoem de mais de 40 por cento do produto bruto do mundo

capitalista. Longe vão os tempos em que os EUA representavam dois quintos desse produto, finda a 2.ª Guerra Mundial. Em 1971, o secretário americano do Tesouro de então, Connally, confessava: «A era da supremacia americana no sistema financeiro internacional, iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, terminou (...) É inútil dizer que se trata apenas de um abalo e que iremos reconstruí-lo. Acabou-se.»

O Japão tornou-se depois o principal credor mundial. A partir de 1971, a balança comercial dos Estados Unidos passou a barreira do negativo e nunca mais se levantou, enquanto o capital financeiro nipónico entra em todo o lado, nos anos 80 — com os activos dos 100 primeiros bancos mundiais a serem multiplicados por 2,5 vezes e representando cerca de três vezes o total das exportações mundiais — a parte do Japão no interior

deste grupo cresceu significativamente. Se em 1980, 24 bancos japoneses possuíam 24 por cento dos activos totais do grupo, em 1988, 31 bancos japoneses já controlavam 45 por cento do total!

Mas já nessa altura, o articulista do *«Monde Diplomatique»* avisava: «A máquina nipónica roda em pleno, amontoando montanhas de dinheiro cada vez mais altas. Um dinheiro que será necessário investir, sob pena de ver cair a taxa de lucro»...

E ainda:

«É verdade que o mercado japonês se desenvolve a um ritmo fenomenal, mas é demasiado exíguo para absorver essas massas de excedentes. A tradicional questão da procura está na mesa».

As dificuldades

As dificuldades da economia japonesa não se situam, portanto, apenas no âmbito financeiro. Se tomarmos o exemplo da indústria auto-

móvel, verificamos que o tempo das vacas gordas já passou, principalmente no que diz respeito ao seu êxito no mercado interno, havendo mesmo quem afirme que o Japão se encontra perante o «pior declínio» das vendas desde 1980. Em artigo publicado pelo suplemento de economia do *«DN»*, em 30 de Dezembro passado, afirmava-se:

«Os anos em que as vendas de carros novos cresciam 12-15 por cento, engrossados em grande medida pelos compradores pela primeira vez, acabaram nos finais da década de 80. O crescimento actual — talvez em média 2-3 por cento ao ano no máximo — surge principalmente dos clientes que trocam os respectivos carros que possuem».

O artigo avança uma explicação para este descréscimo:

«Por razões demográficas bem como geográficas, a posse do automóvel no Japão

saturou-se a um nível muito mais baixo do que o acontecido no Ocidente. Os índices de posse de automóvel mantêm-se estáveis à volta dos 280 carros por mil habitantes no Japão, contra os 400 na Europa Ocidental e os 580 nos Estados Unidos.»

Invocando o preço do estacionamento (talvez uma razão geográfica), o artigo avança ainda que «os negociantes no Japão também não podem contar muito com o crescimento de famílias com dois carros»...

O que é certo é que as razões geográficas e demográficas não bastam para explicar a degradação do consumo interno, que não atingem apenas os bens cujo «estacionamento» fica caro...

Notícia recente revela que o excedente comercial do país atingiu um valor recorde no passado mês de Fevereiro, chegando a duplicar o valor observado em Fevereiro do ano findo. O Ministério das Finanças tornou público que o excedente comercial japonês disparou para 10 226,5 milhões de dólares, valor nunca antes atingido, e que corresponde a um acréscimo superior a 200 por cento em relação a Fevereiro de 1991. As exportações

O EXEMPLO BRITÂNICO DO NEOLIBERALISMO

A British Telecom anunciou a intenção de despedir 25 000 empregados, o que corresponde a 10% dos seus efectivos. Este ex-serviço público, privatizado pelo governo de Thatcher, já antes tinha despedido 19 000 trabalhadores, invocando razões de eficácia, situação que entretanto os sindicatos denunciavam como reflexo da recessão que atinge a vida económica do país.

O que se passa com a British Telecom é um exemplo apenas da realidade do país. Actualmente, o desemprego eleva-se a 2,6 milhões de pessoas devendo, ainda este mês de Março, atingir os 10% dos trabalhadores. Segundo George Brown, porta-voz da oposição trabalhista para as questões industriais, desde o início deste ano foram suprimidos, ou estão em vias de o ser em breve, 125 000 postos de trabalho. Para o próximo ano prevê a perda de mais de 200 000 postos de trabalho na indústria e na construção, a menos que o governo tome

medidas urgentes para relançar o investimento.

Na verdade, o thatcherismo — que, de par com o reaganismo, simbolizou a vaga neoliberal dos anos 80 — falhou claramente no domínio económico, abrindo passo à recessão, e muito particularmente no campo social, provocando uma terrível degradação do tecido social.

Um falhanço que se torna particularmente saliente no plano económico, pois aí se centrou a grande aposta neoliberal deliberadamente arredada de preocupações sociais.

Em Novembro de 1990,

nas páginas do *Financial Times*, Margaret Thatcher defendia, como seu projecto de civilização: «Tenho uma concepção muito clara do que deverá ser este futuro: uma comunidade baseada na competição, na empresa, na liberdade de escolha e liberdade de trocas».

Um projecto cuja concretização — entretanto claramente favorável ao capital — parece tão-pouco ter conduzido aos melhores resultados, mesmo no estrito domínio do crescimento da economia, e acabou sendo alvo de acerbas críticas dos seus mais privilegiados destinatários.

É nas páginas do *Financial Times* que surgem críticas particularmente contundentes: «O problema é que quando Thatcher I acabou de destruir o *establishment* político e industrial, Thatcher II não tinha nenhum projecto credível de reconstrução. Os

mercados livres estavam certamente no poder... Na verdade, enquanto os empresários construíam impérios de venda a retalho sobre areia... e auto-atribuíam-se ordenados de mais de um milhão de libras por ano, os japoneses eram convidados a apossar-se de sectores inteiros da nossa indústria automóvel e electrónica».

Na verdade, e sob o impulso neoliberal do thatcherismo, importantes índices da situação económica sofreram claro agravamento. Aumentou a inflação e o desemprego. A balança externa de pagamentos correntes, que em 1979 registava um défice de apenas 0,5 mil milhões de libras, saltou para 19,1 mil milhões em 1989. Nos últimos meses antes da demissão de Thatcher, a 23 de Novembro de 1990, a produção industrial sofria uma quebra de 3% (entre os segun-

UM ESPECTRO PAIRA SOBRE A ALEMANHA?...

Quando nos últimos tempos se fala da Alemanha, sobretudo depois da unificação e da derrocada do Leste, a tendência é para a encarar, do ponto de vista económico, como um país ganhador. De facto, a RFA absorveu (leia-se anexou) a antiga RDA e, mesmo aqueles que mais influenciados foram pela propaganda anticomunista que dava aquele ex-país socialista como sofrendo de grandes males económicas, não ignoram que se tratava de um estado de grande desenvolvimento. Por outro lado, as portas ficaram abertas, para não dizer escancaradas, a Leste, à penetração do capitalismo alemão. Chorudos negócios não deixaram de fazer-se logo. De novo virada para Leste, a Alemanha entra rapidamente nos mercados dos antigos países socialistas, onde parece não encontrar rival à sua altura. Nem os seus parceiros da Comunidade Europeia, nem os Estados Unidos foram tão longe no vasto mercado aberto à gula capitalista. No entanto, as expressões «recessão» e «abrandamento económico» são aquelas que mais frequentemente titulam os artigos que, na imprensa, caracterizam a actual situação económica deste poderoso país...

cresceram 12,4 por cento, enquanto as importações caíram 10,3 por cento no mesmo período.

A explicação dada pelo economista Tagaki, do Instituto de Pesquisa Económica de Fugü, parece mais acertada, nomeadamente porque se remete à fase de recessão que o consumo interno atravessa.

O presidente da Sony, por seu lado — e não parece que a Sony se ocupe da produção e comercialização de automóveis — veio há semanas defender, em verdadeiro apelo, a introdução de salários mais altos no Japão, assim como de horários mais reduzidos. O apelo de Akio Morita, publicado no mês passado pela revista «Bungei Shunju», ao mesmo tempo que os sindicatos lançavam a sua ofensiva por melhores salários, aparece mascarada pelo pretexto «civilizado» de aproximar as práticas japonesas às ocidentais.

Com efeito, Morita, que é também vice-presidente da mais forte organização patronal japonesa, só aludiu aos benefícios que os salários baixos trouxeram à economia nipónica. Esqueceu-se de revelar que aumentá-los seria uma das maneiras de conseguir que o mercado interno pudesse absorver

maior volume da produção do país.

É claro que os seus colegas do patronato protestaram. E que os sindicatos foram mesmo convidados a aceitar um aumento menor do que no ano passado. O que é indesmentível, por outro lado, é que a economia japonesa enfrenta dificuldades, e que os empresários se mostram preocupados.

Já nos finais do ano passado se verificava que o crescimento da produção industrial tinha baixado pela primeira vez desde 1987, com um «deslizamento» anual de 2 por cento e uma queda de 4 por cento assinalada em Outubro. Os prognósticos para o ano corrente, segundo o Ministério da Indústria e do Comércio Internacional apontavam para um progresso de apenas 1,2 por cento em 92, contra 9,1 por cento no ano anterior. A razão apontada era a mesma: a baixa do consumo interno em consequência do enfraquecimento do poder de compra.

Isso era um prognóstico. Passados os primeiros três meses deste ano, os empresários nipónicos mostram-se ainda mais preocupados com a situação económica que, na opinião deles, se degradou substancialmente. Um

estudo realizado junto de 10 mil empresas e divulgado pelo Ministério das Finanças fala já da recessão que se verificou em 1986, e a maioria das empresas consultadas prevêem que a tendência negativa se vai acentuar no segundo trimestre do ano.

Enquanto os escândalos de corrupção de governantes abalam o país — o antigo vice-ministro Takashi Kato foi recentemente condenado a dois anos de prisão pelo envolvimento no escândalo político-financeiro da Recruit quando era responsável pelo Ministério do Trabalho, enquanto um político próximo do primeiro-ministro reconheceu no Parlamento ter recebido dinheiro de origem «duvidosa» —, um verdadeiro «sismo» agita de novo o Japão. A sexta-feira, 13 de Março, foi um dia aziago. O índice da Bolsa de Tóquio, o Nikkei, caiu para o nível mais baixo registado desde Outubro de 1990. Dias depois, registava-se nova descida, desta vez para valores inferiores aos de Fevereiro de 1987.

Houve quem falasse de «primeiros sinais de recessão» da economia nipónica. Houve também quem afirmasse que a recessão estava apenas a começar.

do e terceiro trimestres de 1990); registava-se igualmente quebra nos investimentos, no produto nacional bruto (1%) e no volume das vendas a retalho.

Mas é no campo social, deliberadamente menosprezado, que os resultados são particularmente desastrosos, levando a grandes lutas sociais, como contra a «poll tax» (imposto municipal que atingiria pobres e ricos sem consideração pelas diferenças de rendimentos), ou mesmo violentas revoltas em bairros de imigrantes. Sintomas de uma dramática destruição do tecido social, em que os não «ganhadores» se vêem privados da simples esperança de vida e mais ainda de um qualquer futuro.

No fim do «reinado» de Thatcher, modelo de sociedade neoliberal, a situação era de degradação geral das

infra-estruturas, algumas datando ainda da época vitoriana (escolas, hospitais, transportes públicos), aprofundamento das diferenças sociais, com cerca de 30% da população lançada numa situação de total precariedade, dois terços da qual a viver abaixo do nível da pobreza, crise de habitação (um milhão de desalojados, 370 mil dos quais em Londres); aumento em flecha da criminalidade, centros das cidades transformados em centros da marginalidade e da miséria.

Na prática, a quebra brutal dos investimentos públicos (12% em 1988 contra 25% em 1984) levou à terciarização dos serviços colectivos.

As enormes restrições à actividade sindical, a privatização da grande maioria das empresas nacionais, a baixa dos impostos das empresas com altos rendimentos - tive-

ram como fruto a degradação da situação social e mesmo (uma importante e irónica lição) a degradação da situação económica.

Hoje, Londres, que continua ainda a ser a «Meca» da banca e dos seguros, com um volume quotidiano de negócios da ordem dos 187 mil milhões de dólares, é uma cidade marcada pela degradação e a miséria. O desemprego aumentou em cerca de 54% num ano. Quarenta mil famílias estão albergadas pelos serviços sociais e o número dos que não têm casa continua a aumentar. Não há já neste momento quem não defenda a necessidade de melhorar ou reconstruir as infra-estruturas da cidade, nomeadamente no plano social, tentar de alguma forma colmatar o enorme fosso das desigualdades sociais. Só que entre as palavras e os actos o fosso não é menor.

Em primeiro lugar, a integração — leia-se anexação — da RDA não tem sido fácil. Significativas têm sido as sondagens, passada a euforia da unificação, que atestam, entre os cidadãos da antiga RDA, um desencanto crescente. Há cerca de um ano, o *Der Spiegel* dava conta de que a opinião maioritária destes era a de que mais valera não ter havido unificação. E, por seu lado, os alemães ocidentais pronunciavam-se de vários modos contra a unificação — um terço achava que ela não deveria ter acontecido. Quarenta e cinco por cento pensavam que o seu preço fora demasiado alto.

O impacto da unificação, a Leste, foi dramático. Como era de esperar, pois não iam ser os capitalistas ocidentais, novos donos dos cinco *lander* integrados, a perder no negócio. A economia da antiga RDA não resistiu. E quando, em Outubro de 1990, momento formal da unificação, se verificava que oito milhões de pessoas — metade da população total — tinham um emprego, ninguém fazia o prognóstico do que seria a realidade do mundo do trabalho seis meses mais tarde — três a quatro milhões de trabalhadores tinham perdido o emprego ou encontravam-se na calha para o perder. O produto interno bruto

da RDA, que fora avaliado em 33 por cento relativamente ao da RFA por altura da queda do muro, reduzia-se rapidamente para 25 por cento. A produção industrial caía para metade.

As verdadeiramente monstruosas injeções de capital, destinadas a fazerem face à derrocada e certamente a pagarem uma certa «paz social», não libertaram de nuvens o horizonte económico da Alemanha unificada. De tal modo que o redactor-chefe do insuspeito semanário *Wirtschaftswoche*, citado pelo *Le Monde*, augurava em Março de 1991: «A vitória da economia de mercado sobre o socialismo corre o risco de tornar-se numa vitória de Pirro»...

O maior credor ocidental

Mas o esforço de investimento da Alemanha não se ficou no interior das suas novas fronteiras. Com a derrocada do Leste e a desarticulação da antiga URSS, a Alemanha avançou no sentido de vir a substituir-se como força económica dominante em toda a área liderada antes pela ex-União Soviética. Era uma situação que começava já a verificar-se com o início da chamada «Perestroika», pois, que, entre 1985 e 1988, a participação alemã (RFA) no total das exportações ocidentais para os países socia-

listas subia de 17 por cento para 21 por cento. A percentagem subiria, em 1990, vertiginosamente. Em artigo publicado pelo *Monde Diplomatique* de 12 de Janeiro de 1992, Laurent Carroué estima que a sua parte do mercado, medida a partir do seu peso nas importações, era de 30 a 40 por cento nas ex-democracias populares, particularmente nos seus vizinhos mais próximos...

O mesmo artigo referia:

«Tornado no país comercialmente mais influente na Europa central, a Alemanha é também o primeiro credor ocidental de toda essa Europa e da URSS, à frente da França, do Japão, da Itália e da Áustria, com 90 mil milhões de marcos investidos, dois terços dos quais na ex-URSS. É também o país ocidental cujos investimentos directos na indústria e nos serviços são mais numerosos — em finais de 1991, num total de 7 milhões de marcos investidos, a parte da Alemanha representava directamente 28,5 por cento, ou seja 2 mil milhões de marcos».

O artigo não esconde os «dramáticos efeitos sociais» que se registaram a Leste com a derrocada do socialismo. Nem os volumosos ganhos que, a Oeste, se verificaram: «A assimilação da RDA pela República Federal»,



ÁFRICA A DÉCADA PERDIDA

«A década perdida» — é a expressão mais comumente utilizada para qualificar o que foram os anos 80 para os países subdesenvolvidos. Expressão particularmente adequada à realidade africana, onde o rendimento real por habitante e o nível de vida estão em queda livre.

Isto mesmo é denunciado por Amadou Kanoute, especialista em ambiente urbano na África Ocidental, e de que algumas opiniões, avançadas em Seminário realizado em Liège em Abril de 1991, são referidas em artigo inserto nas páginas de «Libertés», que aqui parcialmente reproduzimos.

Afropessimismo

Os indicadores económicos são bem pouco propícios ao optimismo. As exportações africanas oscilam entre os 0 e os 2%. A parte de África no comércio mundial anda pelos 1,5%. A dívida africana é superior aos seu Produto Nacional Bruto (PNB) e representa três vezes e meia as receitas com as exportações. O índice da produção alimentar por habitante situa-se ao mesmo nível de há 10 anos atrás. A indústria — um dos pólos de desenvolvimento quando da independência dos

Estados africanos — sofre de um fenómeno de desinvestimento...

A geografia humana não é mais animadora. Um crescimento demográfico que é o mais elevado do mundo, 104 milhões de pessoas que sofrem de insegurança alimentar... Será necessário falar ainda das catástrofes naturais, do flagelo da sida, da corrupção dos regimes no poder, do desprezo pelos direitos humanos? Entretanto, esta análise, por muito exacta que seja, não é neutra, afirma Amadou Kanoute, que sublinha que a nova filosofia das grandes potências políticas e bancárias aponta para «a ideia da inutilidade da ajuda ao desenvolvimento em África, marginalizá-la...»

As barreiras do protecționismo

Uma outra leitura é possível. Se a África não tem qualquer peso no comércio mundial, é também por causa

do protecționismo dos países industrializados. Exemplo-chave, a política agrícola comum da Europa. As políticas agrícolas que estão sob o controlo do FMI. É preciso também considerar os obstáculos ligados à progressividade dos direitos aduaneiros que penalizam os países de mais fracos recursos. Há uma lógica neste isolamento económico de África. A lógica da mais-valia reservada aos países industrializados. Outro exemplo deste género: o sector do comércio dos têxteis e confecções. Uma grande parte das trocas mundiais é regida pelo acordo multifibras, sob a forma de contingentes negociados que limitam a exportação dos países em vias de desenvolvimento, impondo ainda baixos preços. Numa nota sobre esta questão, o Banco Mundial admite que a supressão do acordo multifibras representaria para os países em vias de desenvolvimento um ganho de 12 mil milhões de dólares,



podia ler-se então, «traduz-se por um fantástico movimento de destruição-recomposição, por altura da privatização do potencial económico. A ex-RDA paga um pesado tributo, pois que, de 3 de Outubro de 1990, data da reunificação, a Maio de 1991, o seu PNB baixa 31 por cento e a produção industrial de 65 por cento. O desemprego total ou parcial atinge 2,7 milhões de assalariados, ou seja mais de 31 por cento da população activa, enquanto que centenas de milhares de outros são colocados em pré-reforma, 371 mil em formação permanente e 500 mil são transformados em «fronteiriços» (...)

«A destruição do potencial económico oriental é acompanhada efectivamente de uma transferência da dinâmica, já que, correlativamente, o PNB da ex-RFA aumentava de 4,5 por cento, e a produção industrial de 5,2 por cento em 1990. Corrigido nas variações sazonais, aumenta ainda de 2,5 por cento durante os três primeiros meses de 1991. Este boom contínuo permitiu a criação, a ocidente, de 900 mil empregos e uma diminuição no desemprego de 13,7 por cento, graças à forte procura interna e aos novos investimentos industriais.» (...)

E no entanto...

Em finais de 1991, porém, começam a aparecer a público as primeiras apreensões sobre a situação económica da Alemanha, e o ano seguinte, este que corre, é encarado com pessimismo. É claro que, como não podia deixar de ser, as culpas neste cartório vão recair sobre a realidade que existia a Leste, na ex-RDA. Falou-se ainda durante meses no investimento maciço efectuado a Oriente, no atraso tecnológico e na «má posição em que se encontravam as empresas do regime comunista» («DN», 23/12/91). «Embora tenham sido criadas cerca de 400 mil empresas», diz o articulista, «o número de postos de trabalho gerado é inferior aos que desapareceram».

Chegava porém ao fim o desafio criado no Ocidente da Alemanha por uma situação em que «as firmas viram as suas produções e vendas aumentar».

Ainda por cima, havia as reivindicações salariais «exageradas». A que se juntavam as dívidas do Estado e o conseqüente «aumento das taxas de juro». E os novos impostos. E o aumento dos preços. Iniciava-se a «política de contenção».

Começa de facto em 1991 o ano da viragem na economia da nova Alemanha. Na última metade do ano, os impostos complementares levam dos bolsos dos alemães mais 30 mil milhões de marcos que no ano precedente. A inflação dispara. O crédito restringe-se. A Alemanha entra numa encruzilhada.

Por um lado, ninguém acredita na baixa de impostos prometida. A dívida pública atinge os 136 mil milhões de marcos e, para baixá-la, a receita é o recurso aos empréstimos nos mercados de capitais, com a previsível subida das taxas de juro e descidas nos investimentos. No Bundesbank a decisão é de não baixar as taxas, reaceando que o Estado seja levado a contrair mais dívidas, o que conduziria ao aumento da inflação. Quanto a esta, é aplicada a velha receita do capitalismo — contenção salarial!

O «espectro da recessão paira sobre a Alemanha». A expressão não é nossa, trata-se de um dos vários títulos surgidos na imprensa já no ano corrente (desta vez e novamente no «DN»). Mas do espectro depressa se passa para a realidade dos factos. Se no princípio de 1992 se admitia que a recessão tinha início naquele país, «pela primeira vez nos últimos dez anos», rapidamente se passou a considerá-la como instalada.

A previsão governamental era então a da necessidade de uma «política de rigor», «pelo menos durante três anos». E iniciavam-se, entre Governo e sindicatos, as batalhas em torno dos aumentos salariais. As organizações dos trabalhadores rejeitavam a ideia de que estes teriam de conformar-se com um tecto não superior ao do aumento da inflação. No caso dos metalúrgicos a diferença de «opiniões» era grande. Os sindicatos propunham um aumento de 10 por cento, a inflação brandida pelo patronato era de 4,2 por cento. O vice-presidente do banco central alertava para o «perigo» que representariam aumentos de 7 por cento.

Outros sinais de recessão aparecem. O desemprego sobe, ainda em Janeiro deste ano, para 7 por cento na Alemanha Ocidental, um verdadeiro salto, pois que, em Dezembro, a taxa registada era de 6,5 por cento. Na parte leste do país o salto foi muito maior, subindo de 11,8 para 17 por cento, relativamente a períodos correspondentes.

Entretanto, embora aceitando aumentos inferiores aos 10 por cento pretendidos — e mesmo aos 7 por cento que, para o patronato seriam o limite «perigoso» — a subida dos salários, de 6,4 por cento, obtida pelos trabalhadores da indústria do aço foi apontada, nas previsões dos industriais, como motivadora de um salto na inflação, no aumento do desemprego e na manutenção de altas taxas de juro. É claro que os trabalhadores têm sempre a culpa! E, se a não expiarem a nível salarial, pagam-na com o desemprego: segundo o **Diário Económico** de 11 de Fevereiro passado, se os trabalhadores filiados na IG Metall — 4 milhões — estiveram dispostos a «aceitar menos do que os 6,4 por cento que conseguiram (...) os trabalhadores do aço (...) poderão significar uma certa concessão às indústrias metalúrgica e electrónica e à forte defesa de que os seus trabalhadores têm sido alvo. O sector poderá

perder 50 000 empregos em 1992» (...) O seu director, Dieter Kichner, anunciou que o sector da indústria perdeu 20 000 empregos entre Maio e Novembro do ano passado».

Notícia recente dá-nos conta de que os empregados bancários, por seu lado, tendo iniciado as suas negociações com a proposta de um aumento de 10 por cento e havendo-a baixado para os 6,5 conseguidos noutros sectores de actividade, continuavam a batalha contra o patronato que não queria, ainda na passada semana, ir além dos 5 por cento. Mais uma vez, a desculpa dada era a do preço a pagar pela unificação...

Entretanto, as dificuldades que a nível económico se revelam nesta Alemanha dos anos 90 não se restringem ao campo social. Já no mês de Março, os dados publicados pelo Instituto Federal de Estatística revelam que o crescimento do PNB no último trimestre do ano passado foi apenas de 0,6 por cento. O mais baixo crescimento desde o ano de 1987. De assinalar que, pela segunda vez consecutiva, o PNB decresce, de um trimestre para o seguinte, o que vem desvendar a instalação de um processo de recessão no país.

Esta quebra aparece justificada com o abrandamento da progressão na aquisição de bens e uma certa estagnação no investimento em equipamentos. No entanto, o ministro Molleman, da Economia, pretende que as dificuldades se relacionam com a descida verificada nos lucros das empresas durante o ano passado, e que tal descida tem a ver com... os aumentos salariais!

A DÍVIDA DA «PERIFERIA»

Quatrocentos milhões de seres humanos, segundo dados do Banco Mundial, sofrem actualmente de fome no mundo, o que corresponde a um aumento de 17% em relação a 1970. Um facto que se deve parcialmente ao aumento da população. Mas não é esta a razão fundamental, tanto mais quanto este enorme crescimento da miséria é acompanhado dum significativo aumento da produção: a capitação, em termos de produto mundial, era calculada em 360 dólares de 1975 em 1900, em 1500 em 1975 e 4000 actualmente.

Muito simplesmente: se no «centro», nos países industrializados, as desigualdades são chocantes, na «periferia» tais desigualdades põem em causa a própria capacidade de sobrevivência, a vida de milhões de pessoas.

É a situação destes países, na divisão internacional capitalista do trabalho, que os coloca numa situação de dependência, em que o desenvolvimento se torna virtualmente impossível.

Antes do mais, o crescimento da sua indústria e das exportações depende directamente da procura dos países industrializados, e não das necessidades próprias. A es-

pecialização na produção e exportação de matérias-primas (em particular agrícolas e energéticas) levaram ao progressivo empobrecimento dos países da África e América Latina, muito atingidos pelas flutuações de mercados e preços. Segundo dados do Banco Mundial, na década de 80, conhecida como a «década perdida», o preço da maioria dos produtos primários não petrolíferos caiu ao seu nível mais baixo desde a segunda guerra mundial. Um exemplo concreto — o índice de preços de produtos básicos de exportação (incluindo o petróleo) de África correspondente a 1988

foi de apenas 54,2% dos níveis de 1980.

As opções no plano agrícola, igualmente dependentes da lógica do mercado internacional, levaram à especialização nas produções para exportação (café, cacau...). Tal evolução só favoreceu os grandes proprietários de terras, mas levou à pauperização do campesinato e à liquidação da agricultura de subsistência.

Mesmo nos países da periferia apontados como exemplos de êxito no desenvolvimento económico, a política de industrialização não visa responder às necessidades das populações. Ou é orienta-

da no sentido de produtos essencialmente destinados à exportação (Coreia do Sul, Taiwan, Malásia) ou para um mercado nacional reduzido a estreitas franjas da população, à média burguesia (América Latina), com o apoio tecnológico e financeiro das multinacionais.

O preço da dívida

Sete milhões de crianças com menos de cinco anos morreram em países do terceiro mundo em consequência das estratégias aplicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial — foi denunciado em Londres por «A outra cimeira económica» (associação TOES), realizada em simultâneo com a cimeira dos Sete grandes (G7). A TOES publicou ainda

A CRISE

EM FOCO

POBREZA ABSOLUTA NA ÁSIA

«O TRIUNFO DAS DESIGUALDADES»

e um acréscimo de 20 a 40% no número de postos de trabalho no sector têxtil e de confecção.

Uma África mal gerida? Sim. Mas quem foi que cogereu esta má gestão, não foi o neocolonialismo? — interroga-se Kanoute. Quem tem a responsabilidade da violência e das explosões de uma juventude africana que não vê qualquer perspectiva de futuro? Os dirigentes corruptos e hiperprotegidos pelos antigos países colonizados? Os colonialistas de ontem, transformados nos investidores de hoje, que dão o seu aval às grandes obras inúteis de África... os famosos «elefantes brancos»? Não é o punho do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional que empurra as populações para a miséria? Não é o próprio Banco Mundial a reconhecer, após muitos anos de miopia, que «um grande número de programas de ajuda da parte dos países doadores se destinam a múltiplas actividades que, no mínimo, têm uma muito vaga relação com o desenvolvimento»? É ainda o Banco Mundial que informa: «cerca de dois terços da ajuda total da OCDE destinam-se a comprar bens e serviços aos países doadores»... Estamos longe de uma ajuda real que se apoie na educação, na alfabetização, desenvolvimento agrícola e rural, a implementação de

uma política de saúde, sublinha Amadou Kanoute.

O que está em causa é uma outra política, uma outra mentalidade na relação Norte-Sul. O debate sobre esta questão não é novo. Nos anos oitenta, o Banco Mundial, a Comissão Sul, o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento pediam uma «reorientação da política de cooperação tendo em vista a erradicação da pobreza através de um desenvolvimento mais equilibrado, centrado na pessoa». Na opinião de Amadou Kanoute, apoiar projectos que saiam dos caminhos já batidos, que alterem uma certa forma de pensar, é essencial, e aponta exemplos como a economia popular urbana, as lutas dos camponeses para recriar o seu território agrícola.

Para a Comissão Norte-Sul Ecolo de Liège, organizadora do Seminário em cujos trabalhos participou este especialista africano, «trata-se de nos afastarmos de uma concepção essencialmente economicista e privilegiar um desenvolvimento à medida do homem que integre a cultura local como factor determinante, em que o meio ambiente seja tomado em conta de forma preponderante, e os recursos naturais sejam geridos em função da sua renovação, em que o interesse das gerações futuras constitua uma prioridade plenamente tomada em conta».

«Apesar de um nível impressionante de crescimento económico regional, mais de 500 milhões de asiáticos vivem ainda num estado de pobreza absoluta»: é este o primeiro apuramento dos peritos que acabam de entregar o seu relatório ao Banco Asiático de Desenvolvimento. Um relatório diversificado tanto nas análises como nas propostas.

Salienta o documento que não há coincidência entre o mapa do crescimento económico e do bem-estar social: verificaram-se sensíveis melhorias das condições de vida onde foi praticada uma política social. Os autores dedicam também longos desenvolvimentos à ecologia, tal como à necessidade de nunca se dissociar este problema (que na Ásia se converte com frequência em drama) e o da pobreza e do crescimento. Só existe desenvolvimento real se for «integrado» e «o crescimento económico, claro que importante, não é um fim em si».

Daí o carácter vital dos investimentos no sector público, para os quais a maioria das contribuições financeiras do Banco deveriam continuar a ser canalizadas, sendo posta a tónica nas «infra-estruturas», tal como a instrução primária, a saúde, a renovação urbana, os projectos de luta contra a pobreza rural.

Resta dizer que é preciso

criar cerca de 2 milhões de empregos nos anos 90. Consequentemente, «o grupo de trabalho recomenda que o Banco desempenhe um papel muito mais atractivo na ajuda à promoção, directa e indirecta, do sector privado nos países cujos governos o desejem». O Banco poderá conceder assistência técnica, contribuir mais para o financiamento selectivo do sector privado e para a privatização de empresas estatais. O relatório preconiza a criação de uma sociedade financeira asiática (Asian Finance Corporation) semelhante ao organismo criado para a mesma finalidade pelo Banco Mundial. Sugere também uma intensificação das permutas de pontos de vista sobre as estratégias económicas entre o Banco Asiático e os governos envolvidos.

As necessidades do Fundo Asiático de Desenvolvimen-



to virão a aumentar consideravelmente (nomeadamente por causa dos pedidos de créditos por parte de gigantes como a China e a Índia): «A fim de reforçar o carácter multilateral do Banco, são de esperar contribuições mais importantes quer da parte de membros não regionais como

da parte de membros regionais».

Comentando, por outro lado, as acções do Banco, escrevem também os autores: «Não pudemos assegurar-nos suficientemente que os camponeses mais ricos não estarão a beneficiar de maneira desproporcionada da irrigação e dos projectos de desenvolvimento rural. A solução deste problema reside talvez na implementação de projectos de menor dimensão e mais escrupulosamente passados ao crivo, beneficiando grupos específicos, como os rurais sem terras e os desempregados urbanos. Até ao momento, por outro lado, o Banco só modestamente respondeu aos problemas levantados pelo rápido aumento da população, as migrações dos campos para as cidades e o crescimento exclusivo das grandes cidades asiáticas».

Oitocentos milhões de asiáticos vivem numa situação de miséria total, ou seja, cerca de três quartos das populações pobres do planeta. O êxodo rural provoca o acelerado crescimento dos bairros de lata.

Este o balanço do subdesenvolvimento da região, feito em Manila, numa conferência que juntou, em Janeiro deste ano, especialistas de trinta países da Ásia. E que mais uma vez confirma os graves problemas que afectam este continente.

Até ao ano 2000 prevê-se que cinco das dez maiores cidades da Ásia passem de 700 milhões para 1,2 mil milhões de habitantes. No sul do continente, 600 milhões de pessoas não dispõem de água potável. Se a mortalidade infantil diminuiu ao Norte (essencialmente na China), continua igualmente elevada no Sul.

O DIREITO À DIFERENÇA NAS PALAVRAS DE GARCIA MÁRQUEZ

«É normal que os Europeus, herdeiros de uma longa tradição racionalista, insistam em avaliar-nos segundo os seus próprios critérios sem ter em conta as diferenças evidentes noutras latitudes. E que recusem ver que a exigência de prosperidade e de indetidade da América Latina, da África e da Ásia é tão real, vital e angustiante, como antes foi a sua, como ainda o é agora, - afirma Gabriel Garcia Marquez em recente entrevista a «O Correio da Unesco». Dito isto, qualquer interpretação da realidade de uma parte do mundo que obedeça a critérios exteriores só pode levar a malentendidos trágicos e empurrar um pouco mais os homens para o seu isolamento, a sua solidão, a sua alienação.

«A Europa deveria tentar olhar-nos pensando no seu próprio passado. Dir-se-ia que a grande diferença em relação ao presente lhe faz perder de vista as peripécias da sua história. Quem se lembra de que foram precisos 300 anos para destruir o muro que cercava Londres? Que Roma não foi construída num dia, mas em vários séculos e que foi um rei etrusco que a fez entrar na história? Que quando os conquistadores entraram em Tenochtitlán, capital dos Astecas, a cidade era maior

que Paris?».

E Garcia Márquez sublinha: «Uma solidariedade autêntica com os nossos sonhos e as nossas esperanças deverá traduzir-se numa ajuda concreta aos povos que aspiram a viver a sua vida num contexto mundial marcado por um verdadeiro sentimento de fraternidade universal.»

Para realçar ainda que «face às desigualdades, face à opressão, às pilhagens e ao abandono, a nossa resposta deve ser a vida, que mesmo séculos de guerra não conseguiram enfraquecer a obstinada afirmação. Há cerca de quarenta anos, William Faulkner recusava aceitar a possibilidade de fim do homem. Sabemos hoje que aquilo que ele temia não é uma mera hipótese científica. Face a esta realidade angustiante, quando os laços entre as nações são cada vez mais estreitos é uma nova era que está em vias de nascer, penso que não é demasiado tarde para construir a utopia que nos permitirá partilhar a terra. Uma terra onde ninguém decidirá pelos outros, em que os povos marginalizados terão uma nova oportunidade, em que a solidariedade se terá tornado realidade».

números que demonstram que a taxa de mortalidade infantil nos sete maiores países do terceiro mundo é dez vezes mais elevada que a dos sete países representados na G7.

Na verdade, o peso da dívida é um dos mais dramáticos problemas que se vivem no terceiro mundo, e muito objectivamente impede qualquer perspectiva sólida de desenvolvimento.

Os custos sociais desta situação para as populações são agravados ainda por políticas baseadas em profundas desigualdades.

Em termos absolutos, o rendimento médio *per capita* dos países industrializados é superior 50 vezes ao dos países menos desenvolvidos. Só o crescimento anual dos rendimentos *per capita* dos países mais ricos (cerca de 300 dólares) é superior ao to-

tal de rendimentos anuais *per capita* de numerosos países em vias de desenvolvimento.

Entre 71 e 88, o número de países classificados pela ONU como menos desenvolvidos saltou de 24 par 42.

As políticas implementadas, quer pelo FMI quer directamente por muitos dos governos destes países, agravam ainda a situação das populações, fazendo pesar particularmente sobre o quadro social as consequências da degradação económica. Na década de 1980 a proporção dos gastos com a saúde diminuiu na maioria dos países da África subsaariana, em mais de metade dos da América Latina e Caribe e num terço dos países da Ásia.

Nos 37 países mais pobres do mundo, os gastos *per capita* em despesas de saúde reduziram-se em quase 25% e os de educação quase em metade.

Concertação Social ou «truque social»?

A problemática resultante da criação do Conselho Permanente da Concertação Social, depois dos Acordos firmados pelo Governo, associações do grande patronato e UGT, ficou bastante mais clarificada.

Os efeitos perversos destes Acordos para os interesses dos trabalhadores estão demonstrados e no entanto nos últimos tempos tem-se vindo a assistir a uma abundante produção teórico-laudatória sobre os progressos e as virtudes da «concertação social», terapia recomendada para se alcançar a harmonia entre o trabalho e o capital e se conseguir elevar o país aos padrões de desenvolvimento de nível europeu.

Para uns, Portugal pela via da «concertação social» tornou-se mais europeu (entenda-se mais civilizado, mais moderno), para outros, os progressos concertadores permitiram criar um «novo tipo de relações industriais» e «sepultar o dogma da luta de classes», importando agora tudo fazer para não permitir que essa coisa horrível que é a luta de classes (não as classes e as diferenças sociais que lhe dão corpo) possa «renascer das cinzas», coisa que, segundo dizem, poderá acontecer se falhar a estratégia da «concertação social».

A criação da UGT é apresentada não só como uma acção redentora do movimento sindical português, até então dominado pelos adeptos da luta de classes, mas também como um passo decisivo para se abrir caminho à concertação social e «para a mutação do nosso sistema de relações industriais.»

O dr. Nascimento Rodrigues, autor das palavras que acabamos de citar, tem inteira razão ao concluir que sem a «muleta» (a palavra é nossa) da UGT, o patronato não teria obtido os êxitos que conseguiu, razão pela qual foi necessário previamente criar esse instrumento indispensável, mas tudo o mais não passa de pura ilusão de óptica.

Um olhar minimamente atento sobre a nossa realidade quotidiana permitiria aos adeptos do concertismo social, perceberem que as suas elocubrações teóricas são manifestamente exageradas e que a vida real, a vida na qual se movem as classes, desmente as esperanças ancestrais dos exploradores e dos escribas ao seu serviço, de verem o fim da luta de classes, sem eliminar as suas causas, ou seja, a existência de interesses opostos e mesmo antagónicos.

A conflitualidade laboral tem uma raiz objectiva, a exploração dos trabalhadores, e não, como defendem alguns teóricos da «concertação social», uma orientação sindical que rejeita o princípio da negociação e do diálogo.

A defesa do direito à livre negociação colectiva a todos os níveis tem tido, no movimento sindical unitário, a força mais consequente e empenhada. Não se pode confundir negociação com uma prática de imposição que tem como objectivo aplicar medidas de austeridade contra os trabalhadores em paz social e atentar contra o direito à livre negociação colectiva, assegurando aos sindicatos, segundo a peregrina descoberta do dr. Mário Pinto, o direito de «assegurarem que os sacrifícios aceites são por si próprios controlados e de que são socialmente vantajosos para os trabalhadores», para que cresçam obviamente, os lucros do patronato.

O país assiste neste momento a um acelerado processo de degradação da situação social. Há vários meses que milhares e milhares de trabalhadores de sectores muito diversificados (transportes, metalurgia, têxtil, química, aduaneiros, mineiros, administração pública, central e local, professores, enfermeiros) e de dezenas e dezenas de empresas, protestam através de diferentes formas de luta que vão das greves com maciças adesões, às concentrações e outras formas de luta, contra a política do Governo, contra o encerramento de empresas, pelo pagamento de salários em atraso, contra a crescente e grave precarização do trabalho, pela melhoria dos níveis salariais, os quais continuam a ser extremamente baixos, contra a repressão patronal e pela defesa dos seus legítimos direitos.

Não se trata de uma situação episódica, conjuntural, trata-se da mais vasta acção reivindicativa de massas desde há muito tempo a esta parte, traduzindo um profundo descontentamento por parte dos trabalhadores com a situação social.

No passado dia 21 de Março, dezenas de milhar de trabalhadores vieram à rua para protestarem contra as consequências do famigerado Acordo para 1992, estabelecido no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social entre o Governo, as organizações do grande patronato e a UGT, organização que se reclama dos tra-

balhadores e cujas consequências estão à vista: os referenciais aí fixados para o crescimento das tabelas salariais estão a ser utilizados, como instrumento de pressão patronal, contra a luta reivindicativa dos trabalhadores. O Conselho da Concertação Social foi transformado num ariete contra o direito à livre negociação colectiva e no caso da Função Pública, a situação é mais grave, pois para além de atentar contra o direito à negociação, coloca os trabalhadores numa situação discriminatória.

A existência do Conselho Permanente da Concertação Social, suas funções e decisões, bem como a propaganda que se faz sobre as virtudes da «concertação social», não é coisa que possa ser ignorada ou mesmo subestimada pelos trabalhadores e suas organizações de classe. Hoje não pode ser ignorado que o patronato, governo e UGT, funcionando como uma espécie de loja maçónica, concertam a sua estratégia contra o movimento sindical e a luta reivindicativa.

Uma das funções essenciais que têm sido atribuídas à «concertação social» (em Portugal como em qualquer outro país) é definir a chamada política de rendimentos, o que não passa da mais pura mistificação, pois a única coisa que verdadeiramente ali se discute, nesta matéria, são os rendimentos dos trabalhadores, são as medidas práticas para tentar garantir a contenção do crescimento dos salários, de acordo com os interesses do grande capital, impondo «tectos» salariais que sirvam de estímulo ao patronato para resistir às reivindicações dos trabalha-

dores. «Negar que o interesse do capitalista - dizia Engels - é diminuir o salário, equivale a afirmar que não têm interesse em aumentar os seus lucros», o que seria manifestamente um absurdo, desmentido aliás pela prática do dia a dia das relações laborais, as quais confirmam que os lucros crescem ou diminuem em função dos salários.

Os efeitos da chamada política de rendimentos, espelha-se no facto da parte do trabalho no rendimento nacional ter vindo a decrescer sucessivamente de ano para ano, o que confirma a natureza de classe desta política.

Os objectivos fixados pelos diferentes governos e o patronato para a «concertação social» não são lineares, nem intemporais, ajustando-se à situação concreta de cada momento, mas desde as tentativas do 1º governo PS/Mário Soares, no sentido de conseguir um Pacto Social que pudesse levar os trabalhadores a engolirem, em paz social, as receitas do FMI de ataque às conquistas democráticas, até às tentativas do governo de Pinto Balsemão/AD de criar o «instituto de mediação, conciliação e arbitragem», para a defesa da paz social susceptível de garantir a normalidade democrática entre empregados e trabalhadores, passando pelos Acordos Económicos e Sociais do governo PSD/Cavaco Silva, verifica-se que para além do objectivo de garantir a contenção salarial, a política dita de «concertação social» tem visado muito mais longe, aparecendo como um instrumento de grande envergadura para a realização da política económica, nomeadamente facilitando as reestruturas industriais, segundo a lógica do grande capital, descarregando os custos da crise e das dificuldades para cima dos trabalhadores, a quem se lhes pede aceitação de sacrifícios a bem da nação e do interesse comum.

Com o Acordo Económico e Social para 1991, foi desferido um dos mais graves ataques aos direitos dos trabalhadores, ao abrir caminho à revisão generalizada da Legislação Laboral, objectivo longo e porfiadamente prosseguido pelo patronato.

O facto da discussão do Pacote Laboral ter passado pelo CPCS, inclusive, atropelando competências da Assembleia da República e o direito de participação dos trabalhadores, introduziu um precedente perigosíssimo para os seus direitos.

No plano político, a estratégia da «concertação social» tem visado circunscrever a negociação ao nível

das cúpulas das confederações, de modo a evitar a negociação generalizada com as estruturas sindicais, evitando a mobilização dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses e direitos, enfraquecendo assim a utilização desse enorme potencial à disposição dos trabalhadores, que é a luta de massas.

A «concertação social» tem no bojo uma estratégia de desfiguramento e mesmo de restrições ao exercício da democracia sindical. Desde logo porque pretende afastar os trabalhadores do processo de negociação e de intervenção, mas não só. Distanciando os sindicatos e os trabalhadores dos processos de negociação e decisão, fomenta a burocratização da vida sindical, e fomenta os conluos e os negócios sujos, tipo americano, de que a UGT é um exemplo vivo e pouco recomendável.

O Governo e o patronato, com a prestimosa colaboração da UGT, procuram com a «concertação social» não só atacar os fundamentos do sindicalismo de classe, mas o próprio sindicalismo reivindicativo, atribuindo ao movimento sindical um pseudocarácter de co-participante na definição da estratégia de desenvolvimento, sem que o movimento sindical tenha qualquer possibilidade de intervir nas decisões que determinam as orientações económicas e muito menos na sua execução. É

oportuno lembrar aos paladinos da «concertação social», como expressão da «democracia participativa» e paradigma da «democracia industrial», que os direitos sindicais e das comissões de trabalhadores são hoje aberta e impunemente violados em número significativo de empresas, que se multiplicam os processos repressivos contra activistas sindicais, que o direito de participação se foi transformando numa mascarada, a começar pelo direito constitucional de participação na elaboração da Legislação do trabalho e que até hoje, em flagrante violação da própria Constituição da República,

os gestores eleitos pelos trabalhadores para as Administrações das Empresas Públicas não tomaram sequer posse.

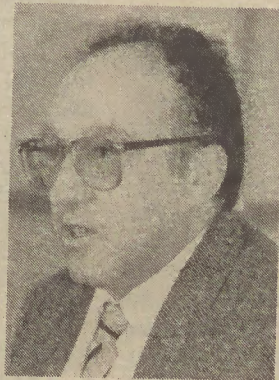
A existência do Conselho de Concertação Social é uma realidade com que o movimento sindical não poderá deixar de contar e eventualmente por muito tempo, acrescido do facto de na actualidade a orientação política do país ser marcada pela permanência no poder de um governo de direita maioritário e que utiliza o CPCS como parte integrante da sua estratégia de restauração monopolista.

Não poderá igualmente ser ignorada a crescente intervenção da UGT, como uma espécie de «braço social» da estratégia da política do económica e social do Governo e do patronato.

A CGTP/IN, ao não subscrever os Acordos antitributários estabelecidos no âmbito do Conselho da Concertação Social, salvaguardou a sua independência e autonomia sindicais, reforçou o seu prestígio junto dos trabalhadores, de vastos sectores sociais e das forças democráticas. A CGTP/IN não foi encurralada, não foi metida no «getho» como previam os renovadores da capitulação. A CGTP/IN estaria no getho, isso sim, se abandonasse aquilo que é a razão da sua força: uma justa e consequente orientação de classe e uma profunda ligação aos trabalhadores.

As lutas dos trabalhadores de denúncia do Acordo e contra as suas consequências são também um importante factor de desmascaramento do papel serviçal da UGT e de todos os oportunismos, como o daqueles que no período de elaboração do Acordo elogiavam a política social de Cavaco Silva e a sua capacidade de diálogo com o movimento sindical.

A participação da CGTP/IN nos trabalhos do Conselho de Concertação Social, entendida como uma frente de luta, poderá continuar a desempenhar um importante papel em desmascarar e contrariar os conluos - Governo, patronato e UGT - e os seus ataques aos interesses dos trabalhadores, apresentando lá as suas próprias propostas, sendo voz das reivindicações dos trabalhadores e articulando a sua intervenção no CPCS com a luta de massas, com a convicção de que o que em última instância acabará por decidir da defesa dos interesses dos trabalhadores será a capacidade que o movimento sindical tiver para desenvolver a acção de massas e o reforço da sua unidade e organização.



DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão Política

«A conflitualidade laboral tem uma raiz objectiva, a exploração dos trabalhadores, e não, como defendem alguns teóricos da «concertação social», numa orientação sindical que rejeita o princípio da negociação e do diálogo.»

A televisão de todos os ministros

■ Francisco Costa

Tem sido tudo menos isento de contradições o processo de ratificação do «Acordo de Shengen» pelos países cujos governos já procederam à sua assinatura. Numa Europa em que se avolumam preocupantemente as manifestações de xenofobia e racismo, a opinião pública progressista tem-se manifestado contra a possibilidade, aberta pelo Acordo, de virem a revelar-se cada vez mais crescentes as ameaças de perseguição e expulsão de cidadãos estrangeiros. Não menos preocupante é, ainda, a prevista criação de um «banco de dados» sobre os cidadãos europeus, cujo acesso não se sabe a que controlo estará sujeito. E mesmo inúmeras organizações não-governamentais, como a Amnistia Internacional, têm expressado fortes reservas quanto àquilo que, a troco da apreçoada «livre circulação das pessoas», é justamente considerado como o «reforço das fronteiras externas», através da criação da chamada «Europa-fortaleza».

Entretanto, este processo de ratificação também não tem sido linear ao nível da sua discussão pelos respectivos Parlamentos, como é o caso do parlamento português mais uma vez confrontado com a habitual sobranceria do Governo na sua tentativa de evitar a discussão sobre um problema de tamanha importância. O facto é que, desde a necessidade de alterações nas Constituições de alguns países, como a Alemanha, até à reabertura da discussão pública imposta contra a decisão do governo pela maioria parlamentar, na Holanda, tem havido de tudo um pouco.

Seria interessante que, em termos de informação nacional, a RTP dedicasse um espaço de debate ao problema, sobretudo num país que tem, entre a sua «mão-de-obra» mais explorada, um considerável activo de imigrantes de países de expressão oficial portuguesa.

E uma primeira abordagem do problema poderia, mesmo, ter sido ensaiada no **Telejornal** do passado dia 26.03.92. Nada de mais ilusório. Nas manchetes que normalmente dão início ao serviço noticioso das 19.30, anunciava-se, com pompa e circunstância: «Portugal deverá ratificar, hoje, o Acordo de Shengen que põe fim às fronteiras internas na Comunidade». Era a abertura (julgar-se-ia) para a cobertura da discussão, na Assembleia da República, da polémica ratificação. Mas o **Telejornal** tem, da informação e da discussão pública, um entendimento peculiar. Apresentando algumas fugazes imagens mudas do hemisfério, logo de lá saiu sem que os espectadores ficassem sequer a saber as posições dos partidos ali representados e, de entre estes, quais eram favoráveis ou desfavoráveis ao Acordo.

O ministro de todas as polícias

Do que a RTP gosta é de ministros. E, numa peça em que se referia insistentemente que «o fluxo africano não pára de crescer» e que uma outra autorização legislativa, também apresentada aos deputados pelo Governo, permitiria a este «rever o regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional», o **Telejornal** logo foi ouvir, solícito, o ministro **Dias Loureiro**. Entre algumas das mais interessantes afirmações do governante, destaque-se aquela em que foi apresentada a possibilidade de um cidadão estrangeiro «poder (agora) ser expulso por uma via administrativa e não judicial» (alteração que, como se calculará, vai certamente tranquilizar os futuros candidatos à expulsão) ou aquela outra em que se anunciava ter sido criado «um tipo legal de crime, que é o crime de auxílio à imigração».

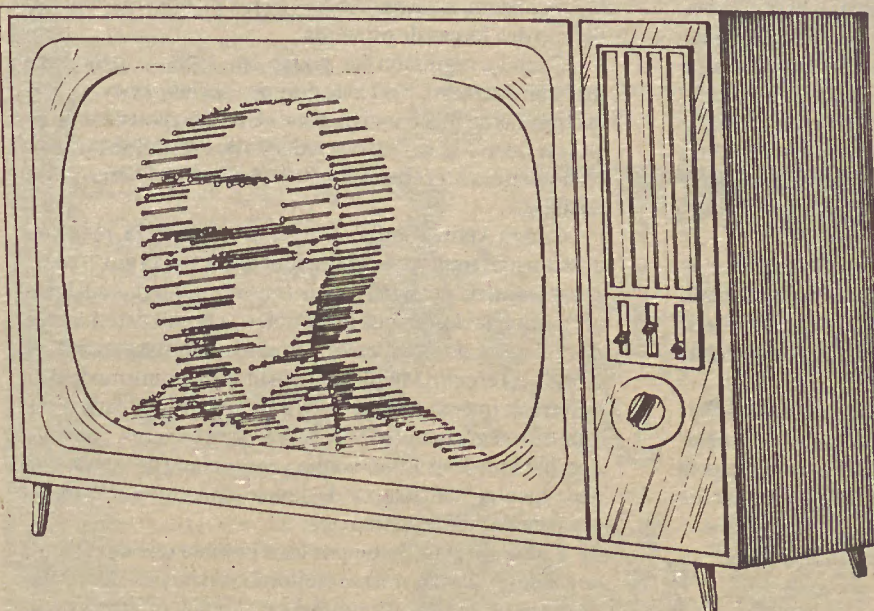
Mas para os «milhares de imigrantes ilegais provenientes dos países africanos de língua portuguesa» as coisas não se ficavam por aqui, já que - ainda segundo **José Rodrigues dos Santos**, o apresentador de serviço - «serão sobretudo eles quem vai beneficiar desta lei especial». É certo que o jornalista que elaborou a peça que se seguiu descobriu haver, entre eles, «grande desconfiança quanto aos projectos do Governo português» mas, na montagem, só deve ter tido tempo para inserir as declarações esperançosas (nem por acaso...) de um deles, entrevistado no bairro clandestino da Cova da Moura...

Enfim, em meio de imagens de trabalhadores africanos, por vezes apresentados estendidos ao sol em momentos de lazer (numa estranha e quase subliminar insinuação à opinião pública), os telespectadores retinham ainda no ouvido uma expressão que, momentos antes, deslizara imprevidentemente da boca de **Dias Loureiro** ao destacar, entre as virtudes proteccionistas da lei, que «os empregadores podem declarar que esta gente trabalha (ou trabalhava) nas suas empresas.»

É indiscutível a necessidade de criar um regime legal extraordinário para acautelar os interesses dos cidadãos dos PALOP. O problema é que, nas imagens do **Telejornal** ou nas palavras do ministro, a expressão «esta gente» tem, sem dúvida, uma carga, no mínimo, negativa e nada tranquilizante quanto ao seu futuro.

O ministro de todos os estudantes

Outro ministro de que o **Telejornal** muito gosta é o novo responsável pela pasta da Educação (aquele que foi



citado como tendo dito: *Eu sou o ministro dos estudantes!*). E mostra-o, activo e dinâmico, até em mangas de camisa como há dias (25.03.92), em reunião com as **Associações de Estudantes**. Da conversa pouco se soube, sobretudo das razões que assistem aos estudantes, certamente por causa do dinamismo e rapidez que o ministro faz imprimir à montagem... O facto é que, noutra local, também o **Movimento dos Estudantes Contra o Aumento das Propinas** dava uma Conferência de Imprensa e o **Telejornal** esteve lá. Um verdadeiro achado: meia dúzia de imagens, uma frase de 3 segundos!

Já na véspera, milhares de estudantes andaram pelas ruas de Lisboa manifestando-se contra a política de Educa-

ção do Governo. Pela cobertura do **Telejornal**, pareciam algumas dezenas. Para se ter uma ideia da amplitude da manifestação, seria preciso ter visto o **Jornal das 9**. Claro: à hora da **Rainha da Sucata!**

Mais notícias da censura

A seca que grassa por todo o país, com particular gravidade no Alentejo e Ribatejo, é cada vez mais um facto incontornável para a informação televisiva. Demasiado escandaloso seria calar a desolação que toda a gente vê e as exigências, da parte dos agricultores e autarcas da região, para que esta seja declarada «zona de calamidade pública». Talvez por isso, a visita do Presidente da República às localidades mais atingidas não foi, desta vez, relegada para a **Agenda** - esse aparente «caixote do lixo» onde o **Telejornal** costuma amontoar os «fretes noticiosos» que se vê obrigado a fazer.

A reportagem, mitigada e insuficiente, foi no entanto *magnânima* se a compararmos com uma outra, apresentada no mesmo dia (27.03.92), sobre a sessão da tarde da Assembleia da República. Noticiada como uma «sessão de perguntas ao Governo», nem uma única questão

pôde ser ouvida da boca dos deputados! Os ouvidos e a câmara de **Vasco Trigo**, o repórter, entenderam apenas dever privilegiar duas intervenções com som directo de **Luís Capoulas**, secretário de Estado da Alimentação, aliás, sofregamente citado.

Nessa mesma sexta-feira, o PCP tinha dado uma Conferência de Imprensa sobre as medidas que, no seu entender, deveriam ser tomadas para debelar as consequências do flagelo que atinge, com maior gravidade, um terço do território nacional. O **Telejornal** não transmitiu qualquer fotograma dessa iniciativa pública, nem sequer a ela se referiu.

São mais notícias da censura.

Registos Magnéticos

«O Caso do Artigo Misterioso»

«(...)

Repórter (off) - 295 artigos tem este livrinho (*N. da R. - Regimento da Assembleia da República*). Para se debater no Parlamento aquilo que o PS chama de «défice de democracia na Madeira», o PSD insiste para que os socialistas descubram qual o artigo que o permite.

Duarte Lima (PSD) - O Partido Socialista pode fazer este debate se invocar o artigo regimental correcto. Foi aquilo que nós dissemos. Só que não foi capaz de descobrir esse artigo até agora e nós sugerimos ao Partido Socialista que fizesse o estudo do Regimento e da possibilidade que lhe permite...

Repórter - ...mas não quer dizer, na sua opinião, qual é o artigo desse Regimento que o PS...

Duarte Lima - ...não, aqui não quero fazer de

consultor jurídico do Partido Socialista.

Repórter (a Jaime Gama) - O PSD diz que há um artigo que o PS tem de descobrir para que este debate se possa fazer. O PS vai descobri-lo?

Jaime Gama (PS) - Já descobriu: a Constituição determina que os Grupos Parlamentares, em especial os da Oposição, têm o direito a cativar Ordens do Dia da Assembleia...

Repórter (off) - Mas o PSD diz que não é esse o artigo. E hoje, na conferência de líderes parlamentares, continuou, por isso, a dizer que não aceita o debate. Que fazer? - terá pensado, na altura, o Presidente da Assembleia, que pediu, por isso, uns dias...

(a Barbosa de Melo, Presidente da Assembleia da República):

- Eu sei que tem pareceres jurídicos sobre o assunto. Os pareceres, o que

é que dizem, exactamente?

Barbosa de Melo - Teria de os recitar de cor e eu não sei recitar um parecer jurídico de cor. Eu tenho as razões, num sentido e noutra. O Direito é sempre controverso e eu tenho de ter uma opinião própria, e hei-de tê-la...

Jaime Gama - Os pareceres desses consultores dos gabinetes valem o que valem. E, por acaso, esse parecer até é idêntico a um comunicado do Grupo Parlamentar do PSD...

Repórter (off) - E mais diz Gama que, munido de fotocópias, com todos os

debates pedidos anteriormente, por vários partidos, sobre vários temas - diz não aceitar um «não» como resposta. Mas, entretanto, todos terão de esperar...

(a Barbosa de Melo):

- Quando é que irá tomar uma decisão em relação ao problema do debate da Madeira?

Barbosa de Melo - Quando estiver esclarecido - bem esclarecido - sobre os vários elementos jurídicos que há que considerar aqui.

(...)

(in **Jornal das Nove** - RTP - Canal 2 - 25.03.92)

Entre as birras de **Duarte Lima** e a dificuldade para decorar experimentada por **Barbosa de Melo**, não se sabe que mais estranhar neste diz-tu-direi-eu verdadeiramente «surrealista».

O problema é que, aquilo que poderia parecer de início mais um episódio anedótico de discussões processuais artificiais (e artificiosas), apresenta agora contornos preocupantes, com a decisão do Presidente da Assembleia da República de recusar o agendamento desta questão.

Na realidade, estes últimos desenvolvimentos não são indiferentes ao correcto e transparente funcionamento democrático das instituições.

O fracasso do neoliberalismo na Venezuela

■ Miguel Urbano Rodrigues

Sobre o golpe de Estado na Venezuela a imprensa portuguesa disse o acessório e omitiu o fundamental.

A maioria dos analistas tratou a intentona militar como se fora mais um **cuartelazo**, algures na América Latina. E não foi.

É indispensável conhecer minimamente a história contemporânea na pátria de Bolívar para se proceder à avaliação das motivações que ali levaram militares prestigiados a insurgir-se contra a política de um presidente eleito pelo voto popular. As especulações vindas a público sobre o que pretendia o Movimento Revolucionário Bolivariano 2000 careceram de seriedade. Os oficiais que tentaram tomar o poder em Caracas no dia 4 de Fevereiro p.p. não se amoldam ao figurino dos golpistas clássicos.

É significativo que, embora condenando o golpe, os mais influentes dirigentes da oposição tenham manifestado compreensão pelas suas motivações. Muitos deles continuam, aliás, a exigir a renúncia do presidente Carlos Andres Peres.

Numa síntese expressiva, o ex-presidente Rafael Caldera traduziu o estado de espírito de milhões de venezuelanos: «É difícil — disse — pedir ao povo que se imole pela democracia quando a democracia não lhe pode dar de comer...»

Duas políticas incompatíveis

A Venezuela tem sido nas últimas décadas apontada como a mais sólida das democracias latino-americanas. Após o derrubamento da ditadura do general Marcos Peres Jimenez, em Janeiro de 1985, o regime democrático parlamentar funcionou ali sem perturbações de carácter institucional, não obstante os desafios da guerrilha rural e urbana durante o mandato de Romulo Bettancourt. Os dois principais partidos, a Acción Democrática — filiada na Internacional Socialista — e o COPEI — a democracia cristã local — alternaram-se no poder, com vantagem para a primeira.

Os altos preços do petróleo permitiram durante duas décadas um rápido crescimento económico e a industrialização (relativa) do país.

Ao ser eleito presidente da República em 1973, Carlos Andrés Perez criticou com dureza as políticas e tomou medidas que levaram à expansão e fortalecimento do sector público da economia. O Estado assumiu um papel decisivo

na estratégia de desenvolvimento. Somente as receitas do petróleo proporcionaram-lhe mais de 200 mil milhões de dólares entre 1973 e 1982.

Em Washington essa política definida então como «socializante» suscitou apreensões e o governo de Ricard Nixon chegou a acusar Andrés Perez de governar em benefício das forças de esquerda.

Quando regressou ao poder em 1989, o panorama mundial era outro. No Leste europeu abriam-se as primeiras fissuras no bloco socialista e na URSS o agravamento da crise reflectia-se na drástica redução do prestígio e influência soviéticas no Terceiro Mundo. A vaga neoliberal estava no auge.

Carlos Andrés Peres, ao voltar à Presidência, reencontrou um país muito diferente daquele que havia governado. A ascensão da nova burguesia (que ele ajudara a enriquecer), a queda dos preços do petróleo, a brutal deterioração das relações de troca entre os países industrializados do Norte e o Terceiro Mundo, e a substituição de um modelo de desenvolvimento assente num poderoso sector estatal por uma estratégia neoliberal — todos esses factores, conjugados, haviam destruído o sonho venezuelano de uma sociedade menos marcada por desigualdades afrontosas da dignidade da condição humana.

Carlos Andrés optou por uma política que envolveu a negação de compromissos eleitorais do seu partido. Anunciou um programa ultraliberal de choque, orientado para privatizações e medidas de ajustamento que implicavam a destruição do que restava da própria obra de governo por ele empreendida no primeiro mandato.

A reacção popular ao seu pacote inicial foi imediata e desfavorável. Em Fevereiro de 1989, em resposta à subida dos preços, uma onda de violência varreu o país. Seguiu-se uma repressão brutal. De acordo com estatísticas oficiais, o número de mortos no «febrerazo» foi de um milhar, mas os partidos da oposição falam de mais de três mil...

Nos três anos transcorridos desde então, a Venezuela foi submetida a uma experiência inédita em sociedades formalmente democráticas. O governo social-democrata de Andrés decidiu impor, com extraordinário rigor, um projecto neoliberal que fez suas praticamente todas as receitas clássicas do FMI e do Banco Mundial. O país foi de certa maneira transformado em cobaia. Nem o México, nem a Argentina de Menem, nem o Peru de Fujimori conseguiram cumprir com tanta fidelidade as etapas de um plano de reconversão da economia tão drástico.

País de pobres e milionários

A Casa Branca e o Departamento de Estado reagiram com entusiasmo. A Venezuela passou a ser contemplada de Washington como o país-modelo do Terceiro Mundo. Na opinião de George Bush ela escolheu o caminho que todos deveriam seguir.

A taxa de crescimento do PIB atingiu em 1991 os 9%, quase um recorde num dia. A inflação caiu para o nível mais baixo das últimas décadas. Os investimentos estrangeiros afluem. E isso foi possível num panorama continental afectado pela tenaz recessão norte-americana.

Melhoraram, porém, os padrões de vida médios da população venezuelana? Não. Pioraram acentuadamente.

O custo social da estratégia do actual governo foi dramático. A Previdência deixou praticamente de funcionar, o sistema de ensino degradou-se; a criminalidade alastra; a massa da população caiu na miséria.

Uma parcela mínima da sociedade enriqueceu prodigiosamente; a esmagadora maioria olha com desespero para o futuro.

Segundo *The Wall Street Journal*, dos 18 milhões de venezuelanos sete vivem agora na miséria e nove na pobreza. De acordo com documentos divulgados pela Central de Trabalhadores da Venezuela-CTV, o salário real é hoje 44% inferior ao de 1987, o desemprego ultrapassa os 16%, e 40% da população activa passaram ao chamado sector informal.

Na opinião de «The New York Times», «os rumores da nova corrupção governamental, o descontentamento militar e a perda de 85% do poder aquisitivo da população desaconselham qualquer atitude de surpresa perante o golpe de 4 de Fevereiro p.p. porque o governo de Andrés Perez reduziu a dieta alimentar de metade da população a uma refeição por dia».

Em Novembro do ano passado, ao romper o diálogo com os estudantes e informar que a política económica de austeridade seria levada adiante sem desvios, o presidente da República engrossou o caldo de descontentamento que iria desembocar na tentativa de golpe.

Durante o ano passado realizaram-se no país umas 800 manifestações de protesto, um terço das quais terminou em confrontos com a polícia. Nos dois meses anteriores à intentona de 4 de Fevereiro o aparelho repressivo matou 20 jovens; outros 20 continuam detidos sem culpa formada.

Quando o presidente reafirmou que a estratégia neoliberal seria levada adiante sem alterações, já se tinham produzido graves distúrbios em Barquisimeto, Mérida, Valência e Zulia. Apesar disso, Carlos Andrés Perez manteve-se intransigente. A 30 de Novembro, ao fechar a porta a mudanças, disse: «na Venezuela não há problemas de nenhuma natureza; existe uma democracia totalmente consolidada e o processo de reforma económica que empreendemos está a criar um país muito sólido e firme».

Dias depois, a 8 de Dezembro, em visita a unidades militares do Exército, afirmou «o golpe de Estado desapareceu do léxico dos venezuelanos».

Era um optimismo leviano.

Personalidades de prestígio nacional como José Vicente Rangel, Arturo Uslar Petri, e o ex-presidente Rafael Caldera vinham multiplicando advertências. Ana Barrios, porta-voz do Programa de Educação e Acção nos Direitos Humanos, tinha declarado a 10 de Dezembro que o plano neoliberal estava a produzir efeitos muito negativos, levando a uma militarização da vida urbana e a «intoleráveis níveis de repressão», expressando «a tendência do governo para fechar os canais da participação e



a repressão não é o caminho

povo exige mudanças



Los pequeños marchan esperanzados en que su protesta tendrá eco en quienes dirigen los destinos del país, destino que avizoran con incertidumbre porque sus guarderías han sido cerradas.



Los profesores y maestros acompañados por trabajadores, empleados y vecinos, manifestaron su repudio al Ministro de Educación por desconocer sus derechos.



Dominada la situación, los soldados adictos al gobierno realizan labores de sometimiento a los insurrectos.

Inicio de la crisis

Los últimos días del año pasado las calles de Caracas contra el paquete económico se llenaron de gente. En diversos lugares de Caracas se vieron los estudiantes, profesores, padres de familia y empleados, todos se lanzaron a la calle dejando un saldo de víctimas. Este año, de nuevo las calles se llenaron por los profesores en defensa de su salario colectivo, los universitarios por su autonomía, los obreros y empleados por la defensa de su salario, los estudiantes por reclamar el pago de sus libros, y los padres de familia por la falta de los niños, se vieron en la calle por la falta de la calle, porque a ellos el gobierno les había cerrado sus guarderías.

La crisis se agudiza:

La situación se caldea el día 4 de febrero. Por un lado surgen declaraciones de repudio al Jefe de Estado sobre el golpe de Venezuela, sobre la cual el Jefe de Estado decía, era de los años 70, pero no se sabía si fue en 1970 o no. Luego surgen las declaraciones de allanamiento a la UCV, el 23 de enero).

La situación estaba a punto de estallar a media noche del lunes 4 de febrero. El ejército militar, dominado horas antes por el gobierno. Todo parece indicar que el golpe, al menos así lo dijo el propio Presidente al día siguiente de un periodista.

La expectativa esperada por la televisión presentaba un programa condenando a los militares a defender el sistema. El programa era aburrido. Era las 11 de la noche cuando más de treinta personas escucharon el mismo mensaje. No se sabe si los hechos lograron salirse de control: el discurso del propio Presidente al día siguiente el Comandante de los

Los militares se hicieron alrededor de los personajes. Una gran mayoría de la población con la exposición del golpe no ocultaron sus simpatías por los alzados.

Conclusões

Duas conclusões são consensuais entre as forças e partidos progressistas da América Latina:

1. Os acontecimentos do 4 de Fevereiro na Venezuela não devem ser olhados como episódio local. Podem ser o prólogo de uma vaga de contestação de dimensões continentais contra os resultados das famosas políticas de ajustamento que o FMI agora pretende também aplicar na Europa do Leste (na Polónia já estão em adiantado processo de implementação) e nas repúblicas da Comunidade de Estados Independentes.

2. As receitas neoliberais estão a fracassar na América Latina. Agravam perigosamente as desigualdades sociais existentes. Em muitos países as forças armadas manifestam crescente mal-estar em face dos efeitos dessas políticas. Essa inquietação justifica o temor do Pentágono de que o projecto de uma «nova ordem» mundial dirigida pelos EUA venha a chocar-se com desagradáveis surpresas.

*
**

Ignoro que ilações extraíam os economistas e sociólogos do Governo Cavaco dos acontecimentos do 4 de Fevereiro venezuelano.

Longe de mim a ideia de estabelecer analogias entre Portugal e a Venezuela. Mas a dramática crise venezuelana

recorrer a formas de autoritarismo». Princiava a ficar claro que o modelo venezuelano, apresentado na Europa e nos EUA como exemplo a ser seguido, era, afinal, recusado pelo povo. Na prática estava a ser imposto por um Estado autoritário de fachada democrática.

Em declarações recentes, o ex-presidente Rafael Caldera desceu ao fundo do problema: «os militares rebelaram-se porque existia um profundo mal-estar social» e «uma preocupante simpatia» do povo para um eventual desafio insurrecional.

Uslar Petri qualifica de «lamentável e doloroso» o golpe, mas concluiu que o episódio deve «pôr todos os políticos a pensar na reforma do sistema democrático existente na Venezuela», a principiar «pelo respeito ao Poder Judicial e pelo combate à corrupção».

Ensaio geral?

Quem são e o que pretendiam os responsáveis pelo golpe derrotado a 4 de Fevereiro?

O chefe do movimento, o tenente-coronel Hugo Chavez Frias (38 anos), foi durante dois anos assessor da Presidência da República. Tanto ele como os majores e capitães que o acompanharam na rebelião têm elevado prestígio na Academia Militar. É significativo que, após a rendição, ao entregarem as armas no Quartel General de San Carlos, tenham sido abraçados pelos oficiais que as receberam.

O presidente da Comissão de Defesa da Assembleia Venezuela, Donald Ramirez, alertou o país, em declarações ao diário «El Nacional», para o profundo descontentamento existente nas Forças Armadas, principalmente entre a jovem oficialidade. Não se trata de reivindicações corporativas. O que os inquieta e indigna é a corrupção que se instalou no alto comando do Exército, corrupção que reflecte a existente, em escala gigantesca, no mundo da política e da Administração em geral.

O tenente-coronel Chavez Frias, dias antes da tentativa, desabafava em carta à família: «A corrupção tomou conta da República e a única maneira de lhe ser dada resposta é acabar com as suas motivações».

Comentando o frustrado golpe venezuelano, a jornalista Leyla Bartet, situava o acontecimento na história recente da América Latina: «Neste contexto e perante o apoio que muitos sectores marginalizados manifestaram aos rebeldes, é difícil não recordar os movimentos militares latino-americanos da década de 70.

O «nasserismo» dos coronéis peruanos de Velasco Alvarado, da Bolívia do general Torres e do general Torrijos no Panamá, surpreendeu aqueles que tinham uma visão esclerosada e rígida da função, da estrutura e da ideologia das organizações militares do nosso continente» (...) Tudo parece indicar que os 10 a 12 mil efectivos implicados oficialmente no golpe são apenas a ponta de um iceberg. O que se passou a 4 de Fevereiro talvez tenha sido somente um ensaio geral».⁽¹⁾

Opiniões como esta são comuns em análises vinda do público em prestigiados órgãos da imprensa latino-americana.

O que diz

«Le Monde Diplomatique»

O fracassado golpe venezuelano está carregado de lições que convidam à reflexão.

Em França, Ignácio Ramonet, director do mensário «Le Monde Diplomatique», sublinhou em artigo dedicado ao tema ⁽²⁾ que no Sul o liberalismo, hoje na moda, «obteve êxitos reais em Estados não democráticos: Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e o Chile de Pinochet. Mas em sociedades que, saindo de regimes autoritários querem restaurar a democracia, a imposição brutal de políticas liberais põe em perigo esse projecto. Os cidadãos sentem-se de repente abandonados pelo Estado (...). A adopção cega de receitas liberais por alguns países do Sul leva a uma modernização que não se propõe a reduzir as abissais desigualdades existentes e não pretende — pelo menos inicialmente — a integração da população marginalizada no circuito da riqueza. Como, por outro lado, o Estado deixa de garantir o direito à educação e à habitação e saúde — revoltas como a ocorrida na Venezuela vão multiplicar-se. Quando se dissipa o sonho da evolução, volta o tempo das revoluções».

— ensombrecida pelo aprofundamento do fosso entre a minoria de privilegiados e um povo onde proliferam os párias — contém lições que são de validade permanente para toda a humanidade e, portanto, para nós, portugueses.

Quando o primeiro-ministro Cavaco Silva se enfeita orgulhosamente com as plumas retiradas da seara das glórias e vitórias do liberalismo e exhibe o (modesto) crescimento do PIB em Portugal, talvez lhe fosse útil reflectir um pouco sobre a contradição entre os 9% de crescimento do produto nacional na Venezuela e o aprofundamento galopante da miséria naquele país.

Os comunistas portugueses têm dito e redito que o crescimento económico em Portugal não está a gerar desenvolvimento.

O governo tapa os ouvidos. A cada dia que passa, esta Administração, auto-intitulada social-democrata, erige, mais e mais, o liberalismo selvagem em religião do poder.

Admito que umas horas de estudo e meditação sobre os devastadores efeitos sociais da estratégia de falso desenvolvimento imposta à Venezuela pelo presidente Carlos Andrés Peres talvez fossem proveitosas ao primeiro-ministro Cavaco Silva.

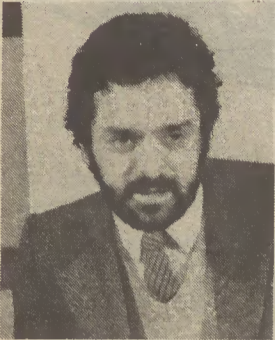
⁽¹⁾ «Democracia bajo amenazas», Leyla Bartet, in «El Día Latinoamericano», 10.2.92.

⁽²⁾ «Les rébellions à venir», Ignácio Ramonet, in «Le Monde Diplomatique», Março 92.

Schengen

Quem vigia a vigilância?

Apreciada em plenário na passada semana, deverá ser hoje votada na Assembleia da República a proposta de resolução que aprova a adesão de Portugal à Convenção de aplicação do Acordo de Schengen. Matéria da maior importância, directamente relacionada com o exercício das liberdades individuais, no decorrer do debate coube aos deputados Luís Sá e Manuel Correia a defesa das posições da bancada comunista. É o essencial dessas posições que aqui se retrata, em excertos das intervenções dos parlamentos do PCP.



Luís Sá
Membro da Comissão Política
e deputado do PCP

Os acordos de Schengen foram debatidos recentemente na Assembleia da República sem a informação necessária e audições suficientemente amplas de personalidades, serviços, entidades, organizações, que permitissem aproximar uma análise mais profunda de todas as suas consequências. O Governo pediu, por outro lado, uma extensa autorização legislativa, que corresponde a um cheque em branco para legislar numa vasta área, que compreende não só a regularização extraordinária dos imigrantes, mas também diversos aspectos da entrada, saída e expulsão de estrangeiros.

O que esteve em causa foi, por acção conjugada do Governo e da maioria parlamentar, mais um acto de subalternização do papel da Assembleia da República no sistema político. É um facto tanto mais grave quanto a matéria em causa se prende com o sentido e alcance efectivo do exercício das liberdades individuais, traduzido na perspectiva de aprovação de uma Convenção entre oito países da Comunidade Europeia com reflexos com aspectos como a articulação entre polícias, numa política de articulação de serviços de informações e ficheiros, numa política comum de vistos, numa política comum, muito restritiva, de emigração...

Dir-se-á que o défice de democracia e de debate não é exclusivo do processo em Portugal. É verdade. Noutros países e no próprio longo processo negocial foi menorizado o papel dos parlamentos, das organizações representativas dos trabalhadores imigrados, de estudantes não comunitários, de organizações humanitárias que lutam em torno de direitos como o direito de asilo, de muitas outras organizações interessadas. Mas em Portugal foi particularmente gritante a falta de participação e carência de debate em todo este processo. No entanto, as implicações da Convenção de Aplicação do Acordo Schengen vão muito para além da promessa de maior liberdade de circulação nas fronteiras (que hoje já se processa muito facilmente entre os doze países da CEE), ou da promessa de maior segurança dos cidadãos. Estamos face a uma verdadeira mini-Europa das polícias, que está a ser concebida e imposta à margem das instituições da Europa Comunitária, com falta de controlo democrático e com uma insuficiente intervenção dos parlamentos nacionais. A criação do Grupo de Trabalho Schengen na Assembleia da República não resolverá este problema essencial.

É óbvio que a Europa dos cidadãos não pode ser a Europa do crime. Mas é abusivo invocar o pretexto desse perigo, para criar uma Europa da vigilância generalizada, da liberdade limitada, de muros erguidos em relação ao resto do mundo.

Falta saber por que razão o Governo invocou tanta urgência de ver o nosso sistema policial subordinado e o sistema de informações conexo e em grande medida dependente, a ponto de pretender tudo tão rápido e tão pouco medido e devidamente avaliado.

A lista restrita de audições realizadas pelas comissões parlamentares respectivas mostra bem a que ponto a Assembleia da República abdicou das suas competências e a que ponto se justifica a proposta de adiamento deste debate apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

É certo que passaremos as fronteiras de sete países com mais facilidade. Mas prescindimos do controlo das nossas próprias fronteiras; mas, como já disse a ministra francesa dos Assuntos Europeus, a supressão do controlo das fronteiras não implica a supressão de todo o controlo; ao contrário, os controlos móveis serão reforçados e métodos sempre mais avançados são já examinados pelos sócios de «Schengen» (Elizabeth Guigou, Assembleia Nacional de França, *Le Monde*, 5 Junho de 1991).

Também o processo de relacionamento com as comunidades imigrantes é tratado com ligeireza. A Liga dos Direitos do Homem de França afirma que «os Acordos de Schengen tentam fazer uma fortaleza assediada pelo «estrangeiro», que convém proteger a todo o preço». **Que será feito de um Portugal aberto ao mundo, convicto da unidade e igualdade da espécie humana, com aversão ao racismo e à xenofobia, fiel aos laços unitários com os países africanos de língua oficial portuguesa?**

A legalização extraordinária da situação de imigrantes ilegais não resolve o problema de trabalhadores que têm sido duramente explorados, nem das situações que estão na base das migrações. Portugal, país de emigrantes espalhados pelo mundo e que recebe imigrantes, não pode lavar as mãos e encarar com ligeireza, como se um acto de legalização extraordinária resolvesse um problema que é muito mais vasto e tem implicações muito mais profundas. Os imigrantes ditos clandestinos trabalham à luz do dia, são duramente explorados, são as primeiras vítimas dos acidentes de trabalho, da privação do direito à habitação e de outros direitos sociais. Têm que ser tratados com respeito e, de acordo com uma política de integração e não com marginais e indesejáveis.

Mas tão sério como a Convenção é o que se faz «no espírito da Convenção», sem que esta esteja debatida e em vigor, e sem instrumento jurídico que lhe dê cobertura.

Experimentemos ler um semanário português e reflectir um pouco:

«Os espanhóis não escondiam a sua satisfação por terem conseguido de Dias Loureiro o direito de perseguição

(até 5 km e durante duas horas), que lhes fora chegado uma semana antes pelo ministro francês do Interior e que consideram de primeira importância para a prevenção do terrorismo e o combate contra o crime organizado».

Invoca-se que a fronteira portuguesa seria «principal porta de entrada para a Europa de toda a classe de "indesejáveis": traficantes de droga ou proxenetas negros ou magrebins, prostitutas portuguesas ou dominicanas e "bichas brasileiros"». (*Expresso*, 14.03.92).

Seria essa a situação do País: tido como ponto de entrada para o «espaço Schengen», como um lugar para onde se evadem criminosos ou marginais, como fronteira exterior do espaço Schengen, este facto pode torná-lo em espaço de perseguição e de vigilância e como se vão garantir as liberdades e direitos fundamentais neste quadro inquietante.

Quanto à política de vistos, verificamos que já se está a processar a sua alteração mesmo antes de entrar em vigor a Convenção. Alguns estão a ser abolidos tudo leva a crer que por pressão da Alemanha. Noutros, vão ser restabelecidos ou mantidos os vistos, prescindindo Portugal de uma política e orientação próprias e do que deveriam ser as prioridades nas suas relações externas.

O Serviço de Informações Schengen é uma das questões centrais deste imenso «iceberg»: pense-se na conexão dos ficheiros informatizados dos oito países de «espaço Schengen» com dados sobre cidadãos.

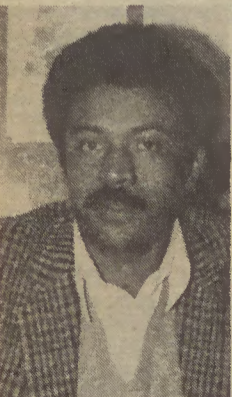
Ao contrário do que se tem afirmado, o regime de protecção de dados pessoais em vigor em Portugal, consagrado na Lei nº 10/91, tem insuficiências, ao mesmo tempo que a Convenção contém lamentáveis excepções às normas de protecção em caso de transmissões de dados. E podemos falar de técnicas actuais, mas também das técnicas em desenvolvimento, que no futuro talvez encontrem projecção nas legislações nacionais e acordos internacionais. O *L'Express* de 20 de Março falava de bancos de dados genéticos e do que seria a sua aplicação pelo serviço de Informações de Schengen.

Esta é uma das muitas inquietações que mostram que, nesta matéria, são muitos os que têm a sensação de que as coisas não estão claras e que é pouco o que é dito e muito o que fica por contar. E provavelmente quem controla o processo Schengen não contou tudo ao Governo, tal como o Governo não conta tudo à Assembleia da República...

Uma outra situação por esclarecer é a conexão entre Schengen e a Comunidade Europeia. Como se pode, depois de Maastricht, falar da «construção de um terceiro pilar», na área da administração interna e justiça, incluindo matérias como a política de asilo e uma polícia criminal à escala comunitária (Europol) e, simultaneamente, desenvolver uma complexa estrutura, a «nebulosa Schengen», com amplos objectivos, em grande parte coincidentes, mas apenas à escala de oito países?

Dizer que Schengen é um «laboratório» ou «etapa» a caminho da Europa não resolve um problema que é muito mais complexo e envolve outras vertentes.

A situação dos imigrantes africanos



Manuel Correia
deputado do PCP

(...)
«É clara a posição do PCP, favorável à regularização extraordinária dos imigrantes em situação irregular.

O PCP entende que a regularização extraordinária da situação dos imigrantes africanos dos PALOP, que são considerados em circunstâncias ilegais, corresponde a uma necessidade.

Esta é uma repetida reclamação das associações de imigrantes que existem e que há muito vêm reclamando essa legalização.

(...)
Além da regularização da situação, a comunidade africana em Portugal debate-se com muitas outras situações humanas que não podem ser descuradas, seja a que pretexto for.

Refiro-me, concretamente, em primeiro lugar, à questão de habitação com condições mínimas, que preserve a intimidade familiar.

É inaceitável a orientação que o IGHAPE (Instituto de Gestão de Habitação e Alienação do Património do Estado) transmite aos imigrantes em relação à habitação social. Essa orientação constitui uma grosseira discriminação, vedando-lhe o acesso a um tecto e uma casa condigna. É

igualmente discriminatório que, vivendo há 10, 15 ou 20 anos em Portugal, trabalhando e contribuindo para o desenvolvimento do País, os imigrantes tenham as portas fechadas ao acesso a crédito bonificado para a compra de casa própria.

São pois o Governo e alguns organismos do Estado que, ao restringirem o recurso à habitação social e ao crédito bonificado, não deixam aos imigrantes outras soluções que não seja viver em barracas e em condições perfeitamente desumanas.

(...)
E foi nesse sentido também que o PCP apresentou a sua própria proposta de acesso dos emigrantes africanos ao crédito para habitação.

Outra questão é que, para uma integração harmoniosa dos imigrantes africanos na sociedade portuguesa, terá que haver apoios específicos no campo da Formação Profissional e na luta contra o analfabetismo sem a qual todos os esforços poderão ser inúteis.

Também quanto à educação das crianças e jovens são igualmente necessários apoios concretos que contribuam para minorar as elevadas taxas de insucesso escolar das crianças e o abandono escolar antes de concluir o ensino escolar obrigatório.

Queria chamar também a atenção para o projecto de lei do PCP nº 43/VI, de criação do Instituto do Imigrante com estrutura descentralizada e participada, dotada de meios técnicos e humanos. O Instituto contribuirá para a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa e para a defesa

e prossecução dos seus interesses, aproximando a Administração Pública às comunidades de imigrantes.

Não podemos continuar a aceitar que esta comunidade trate das suas questões através da polícia, como geralmente sucede.

Este tratamento, como se fosse um caso de polícia, é discriminatório e indigno para quem o recebe.

Repito que o PCP está inteiramente de acordo com a necessidade urgente de regularizar a situação dos imigrantes africanos, considerados em situação ilegal.

O projecto de decreto-lei do Governo não me parece que venha nesse sentido e contém aspectos que levantam sérias reservas e preocupações aos imigrantes.

Em primeiro lugar, o período de vigência do diploma — quatro meses — é extremamente curto e, desacompanhado de medidas que garantam a sua divulgação junto das comunidades de imigrantes, pode impedir a resolução justa da grande maioria das situações de imigração irregular.

Por outro lado, o diploma exige que os imigrantes que requeiram a regularização da sua situação façam prova documental da entrada e presença continuada em território nacional da existência de rendimentos ou próprios ou exercício de uma actividade profissional.

Todos sabemos, porém, quais são as dificuldades que muitos imigrantes que trabalham em situações de trabalho precário para apresentar documento comprovativo do exercício de actividade profissional por conta de outrem, emitido pela entidade empregadora.»

(...)

Eleições britânicas: os campos acham-se definidos

■ **Manoel de Lencastre**

Como é natural, este país acha-se mergulhado numa muito ampla discussão dos problemas nacionais. A questão dos impostos tem tomado apaixonantes aspectos. Tal como a dos serviços hospitalares.

Tal como a da economia de que a situação se tornou particularmente dramática com as últimas estatísticas: a queda em 3,7% nos últimos 12 meses da produtividade industrial; o aumento dos desempregados para o número escandaloso de 2 647 300; o défice da Balança Comercial que, em Fevereiro, foi de £750 milhões.

De repente, os «tories» (conservadores), de cabeça meio perdida pelo visível desejo do povo britânico de mudar de governo, decidiram jogar uma cartada que só pode compreender-se pelo pânico em que se encontram: foram buscar Margaret Thatcher, metendo-a, toda sorrisos e raminhos de flores, no meio da campanha. E o povo destas ilhas terá pensado: então, os mesmos que lhe abriram a sepultura política chamam-na agora para que os ajude a salvarem-se na hora da iminente derrota?

Disse Chris Patten, presidente do Partido Conservador e um dos que usaram uma das mais afiadas facas contra a antiga primeira-ministra: «Margaret tem uma obra indelutável atrás de si.» Disse David Mellor, secretário de Estado das Finanças, outro dos que lhe enterraram a sua, e bem a fundo: «As pessoas devem ter a liberdade de cometer erros.»

O eleitorado britânico, sempre circunspecto, sempre sóbrio nas suas apreciações, vai, entretanto, formando a sua opinião.

E não pode deixar de concluir: então, a dama de ferro, atirada para o caixote do lixo da história pelos seus próprios ministros, servidores e partidários, não se importa de reaparecer no meio de todos eles tentando persuadir um povo céptico e desconfiado a votar naqueles que, por ela chefiados, o fizeram sofrer a infâmia da «poll tax», a queda da terrível recessão, no aprofundamento do desemprego, na ruína dos serviços sociais, na destruição do parque industrial do país?

O povo britânico já deve ter feito as suas contas. No dia 9 de Abril, passará o seu veredicto.



A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN
mestre ou mestres, realizador de
"O Couraçado Potemkine"

Sovexportfilm

SOVEXPORTFILM apresenta uma produção GOSKINO/
PROLETKULT • GRIGORI ALEXANDROV, MAKSIM
STRAUCH, MIKHAIL GOMAROV em "STATCHKA"
• Fotografia de EDOUARD TISSÉ • Argumento e
Realização de SERGUEI EISENSTEIN.



O CINEMA DE QUALIDADE
EM SUA CASA

Impressionante reconstituição de uma greve operária na Rússia Czarista de 1912.

Do suicídio de um trabalhador à repressão maciça, a acção progride numa aceleração dramática sem precedentes e culmina em momentos de indescritível violência.

Este trabalho de estreia do jovem Eisenstein possui um fôlego épico, um esplendor visual, um ritmo alucinante que o transformam em muitíssimo mais que um simples panfleto.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:
croc serviços, CRL
VIDEO croc filmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Parecem contados os dias de John Major à frente do governo britânico e, simultaneamente, do Partido Conservador. Porque, se perder as eleições será rapidamente substituído enquanto que se as vencer — pessoalmente, tem conduzido a mais abismal campanha que jamais vimos a um primeiro-ministro — os punhais que se cravaram no peito arfante de Margaret Thatcher, entrar-lhe-ão no costado bandeante e sem solidez. John Major não tem princípios. Nunca passou dum simples funcionário de boas maneiras. Nunca foi mais do que um primeiro-ministro provisório.

A campanha eleitoral vai a meio do seu curso. Entra, no momento em que escrevemos, na sua terceira semana, e tudo indica que os trabalhistas se aproximam da vitória. O povo britânico, revelando-se em toda a sua verdade, está dando uma grande lição de equilíbrio e de consciência a que dá prazer assistir: até esta altura, mostra-se, compacta e correctamente, dividido em dois firmes blocos de diferentes interesses de classe. Eis porque, desta vez, os conservadores não serão capazes como o foram sob a senhora Thatcher, ainda que arditamente, de capturar os votos dos sectores especializados da classe trabalhadora — votos absolutamente essenciais, sem os quais qualquer vitória conservadora é impossível. Os campos acham-se, portanto, claramente definidos. O desespero invade o íntimo do partido «tory».

Em resposta ao orçamento governamental, os trabalhistas deram logo a conhecer o seu próprio projecto de orçamento que farão votar e aplicar no caso de virem a formar o próximo governo. Foi esse projecto orçamental que fez a diferença, que separou as posições dos partidos, que estabeleceu a verdade e colocou todo o povo trabalhador deste país ao lado dos trabalhistas de Neil Kinnock. E as sondagens de opinião começaram logo a prever uma possível maioria absoluta de 9 votos para o «Labour Party» no parlamento a eleger pela área de Londres serão fundamentais: bem, as previsões apontam para uma viragem de 8% a favor dos trabalhistas. Se estas previsões se reflectirem no resultado final, os trabalhistas terão «arrancado» aos conservadores os 21 lugares essenciais para a vitória na capital.

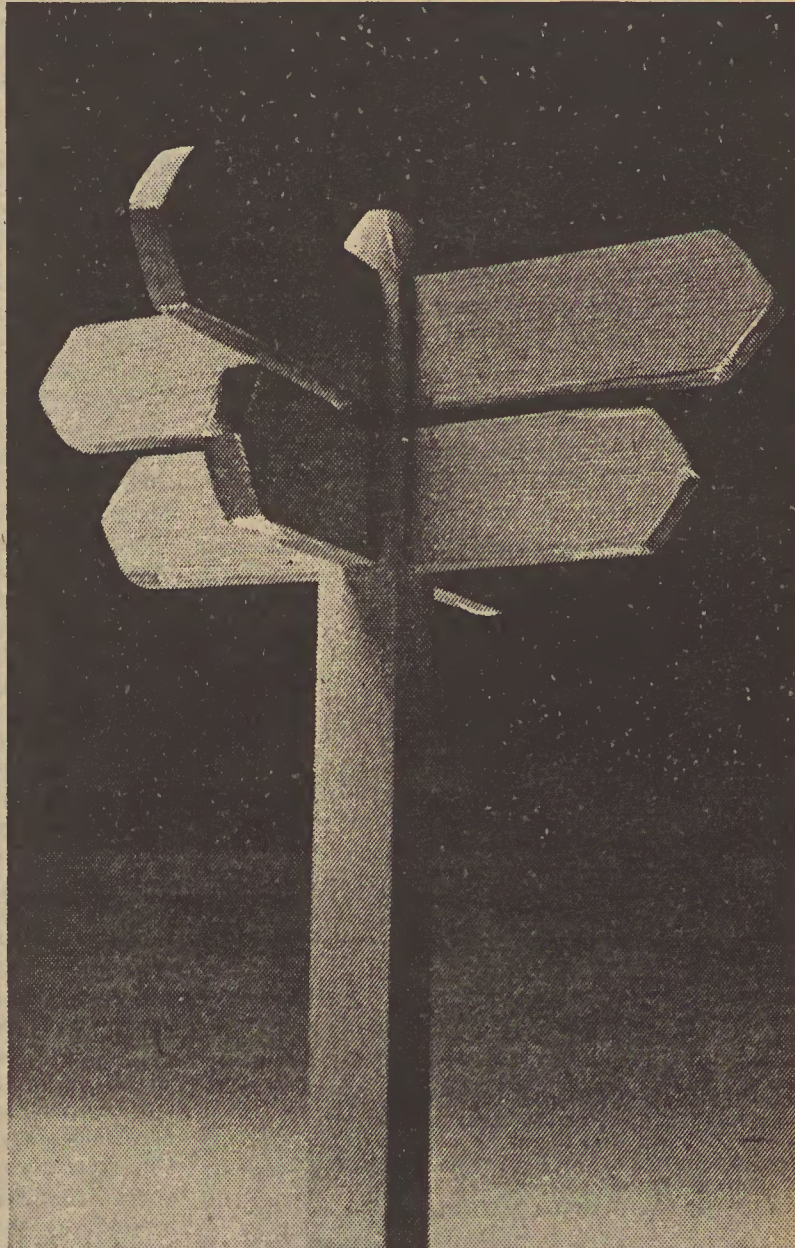
John Smith, o chanceler-sombra, leu ao país, através de todas as estações de rádio e TV e com a imprensa britânica e estrangeira acotovelando-se para ouvir o possível próximo chanceler do «exchequer» (ministro da Economia e Finanças), as suas simples mas demolidoras propostas, a saber:

1. A tabela que regula a isenção de impostos será elevada para £3 625 (Esc. 888 000) anuais, o que significa que os britânicos, cujos vencimentos se situem nessa área ou abaixo, deixarão de sofrer descontos nos respectivos salários — serão 740 000 pessoas;

2. A percentagem a reter pelo Estado sobre os rendimentos individuais superiores a £36 375 (Esc. 9000 contos) será aumentada de 40% para 50%;

3. O limite salarial sobre o qual incidem os impostos para os serviços sociais (£21 060 — Esc. 5200 contos) será abolido o que estabelece que todas as pessoas que auferirem salários superiores às referidas £21 060 passarão a pagar 9% sobre esses salários independentemente do seu valor — fora Margaret Thatcher que inventara a noção de que a partir dos citados 5200 contos (raramente alguém na classe trabalhadora atinge tal rendimento) não se descontava mais nada para a segurança social;

4. Aumento de £5 (Esc. 1225) semanais para os reformados que vivam sós, e de £8 (Esc. 2000) semanais para todos os casais em situação de reforma; aumento para £9.95 (Esc. 2450) do subsídio semanal pagável pelo Estado a todas as crianças britânicas.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Gioconda

Torres Couto, o do pilim, não quer manifestações. Pra ele, as concertações com os parceiros, é que sim...

Penteia as luzidas tranças pela forma que é preciso. Gioconda pinta um sorriso no Ministro das Finanças...

Estribilhos e cadilhos dinheirinhos andarilhos (e ainda vamos nos rastilhos!) bem dourados os fundilhos que ao fundo das costas estão. São perigosos empecilhos? Ora quê, filhas e filhos, faz-se uma concertação e apagam-se os sarilhos...

Quarenta segundos

Saiu a Intersindical à rua. E o Telejornal confessou no seu tear que nos dá tamanhas penas, que eram dezenas, dezenas e dezenas de milhar!

Grande manifestação! No noticiário então qual a atenção que mereceu? Lá nas dobras da sebenta não passaram de quarenta segundos, o que lhe deu...

Escândalo já não é. Aquilo já é corrente. E se alguém, perdido o pé, diz que não é por má-fé vai para o Guinness, de inocente...

Paradoxo

— Ele há coisas de pascar nos desencontros do mundo (foi assim que ouvi contar a um filósofo profundo).

No país onde arremete a seca os dentes malvados há um governo que mete água por todos os lados...

Na leira, na campina, na charneca o ar avança como um ferro em brasa. Lívida angústia queima a erva rasa. Cai no inferno, sol, quem assim peca.

Pede quem queima os olhos contra a seca socorro contra a peste que o arrasa pois já campos, alfaias, gado, casa, sentem na guilhotina da hipoteca.

Toma Cavaco bruscas decisões: comissões, comissões, mais comissões manda que tomem conta do serviço.

Palram, mastigam senhas de presença uíscam-se com força na despensa. Hipotecas? O que é que têm com isso?...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Barrete!

Joaquim Letria escolheu para falar do futuro da educação e do ensino em Portugal, na sua «conversa (a)fiada», dois ministros do «antigamente», isto é, da ditadura fascista na fase caetanista, José Hermano Saraiva e Veiga Simão. Gostos! Juntou-lhes um outro ex-ministro da Educação já do regime democrático posterior ao 25 de Abril, mas da «AD», Fraústio da Silva. Juntou-se-lhes por fim António Barreto, apresentado como professor e pedagogo(?). O papel reservado a Barreto era o de aparentar uma presença de esquerda. Foi uma decepção. Se se distinguiu foi pela superficialidade e banalidade dos juízos que emitiu. Em conservadorismo ombreou com os ex-ministros de Marcelo Caetano e com o ex-ministro da «AD». Ultrapassou-os em incompreensão e severidade com que apreciou a juventude. Disse logo a principiar: «Os alunos perderam o respeito aos professores e aos políticos.» Ele lá sabe do que se queixa.

Queixinhas I

De repente, uma série de personalidades desataram a fazer queixinhas. Sentem-se mal. Apertados por todos os lados. Desertados pelos amigos. Acusados por companheiros. Apontados por aliados antigos. Uma destas personagens é, como o leitor já deve ter reparado, o chefe da UNITA, o Savimbi que foi colaborador da Pide, amigo

da África do Sul do apartheid e o aliado dos Estados Unidos. Que o MPLA tivesse, a seu tempo, dito mal dele e combatido os seus terroristas e homens de mão, não valia. Que os comunistas portugueses — e outros democratas — nunca o tivessem apoiado e desde sempre mantido que o homem era culpado de graves crimes, também não valia. De repente, porém, o homem caiu em desgraça. Ministros e generais, colaboradores de alta instância — e certamente com as mãos e a consciência sujas dos mesmos crimes — vêm agora denunciá-lo, fogem dele, acusam-no. Bush abandona-o. Ou parece que. Políticos portugueses que andaram com ele de braço dado na Jamba, dizem agora que nunca o apoiaram. O homem tem razões de queixa. No entanto, pelo menos em Portugal, Savimbi parece ter alguém que o compreende — o Joaquim Letria...

Queixinhas II

Torres Couto, por seu lado, anda na mó de baixo. Também se sente alvejado. E queixa-se. E denuncia as «ervas daninhas da intriga» que lhe roem a imagem. Só que, desta vez não acusa apenas a CGTP de o deixar pelas ruas da amargura. Por uma questão de hábito, talvez, lá desfere a sua ferroada na Inter, ameaçando de novo cortar relações «caso a CGTP não explique por que tem aproveitado, com mentiras e calúnias, a campanha difamatória em curso contra

a UGT». Mas veja-se que desta feita não é a CGTP — nem os comunistas — a eleita por Couto para «autor» da tal campanha. Agora também são os assessores e amigos do Presidente da República que se «ingerem» nos assuntos da UGT. Torres Couto acusa o assessor do PR, Vítor Ramalho, de o fazer. E referiu-se, no mesmo âmbito, segundo a imprensa, à «acção inamistosa de amigos políticos de Mário Soares». «São ervas daninhas de intriga que estão a minar o campo de diálogo com Mário Soares», queixou-se...

Queixinhas III

Na guerra entre João Jardim e o PS, o político madeirense faz as suas queixas ao ataque. É o seu estilo peculiar, que ele não sabe fazer a coisa por menos. Há dias, antes de receber o seu aliado Mota Amaral, revelou que, entre outras coisas de somenos, o encontro tinha como objectivo estabelecer entre ambos linhas comuns de ataque ao PS. «Vamos contra-atacar», declamou. Segundo o «Público», Jardim afirmou: «Declararam-nos guerra e eu vou preparado para organizarmos os dois governos em conjunto, como no ano passado, contra o PS». Na RTP, dias antes, Jardim, mostrou a sua importância internacional, como vítima de variadas e obscuras maquinações. Contra ele conspiram nada menos que o Presidente Bush, a maçonaria europeia e a mafia napolitana. Para além do PS, claro.

frases da Semana

«Chipre viveu em guerra civil, Malta tem problemas de ordem pública, a Sicília tem o problema da Mafia, a Córsega vive num ambiente de atentados. Tenho receio que as organizações secretas internacionais, através do Partido Socialista Português, queiram continuar a cercar a Europa com a desestabilização das linhas.»

✉ (Alberto João Jardim, em Câmara de Lobos — «Público», 28.03.92)

«Por vezes, um doente é menos bem tratado nas clínicas privadas do que nos hospitais públicos.»

✉ (Machado Macedo, Presidente da Ordem dos Médicos — «Semanário» 28.03.92)

«A sociedade liberal é uma ordem espontânea em que o bem comum consiste no acordo sobre a ausência da necessidade de acordo acerca dos propósitos de cada um.»

✉ (João Carlos Espada, — «Público», 31.03.92)

«Os que se levam a sério nunca chegam lá.»

✉ (Richard Bohringer, actor francês — «Público», 28.03.92)

«Nunca dei o meu apoio à UNITA»

✉ (João Soares, — «Semanário», 28.03.92)

«Se tenho ligações à UNITA é através da minha mulher, ela sim dirigente do movimento.»

✉ (Horácio Roque, empresário — «Semanário», 28.03.92)

«A polícia até pode vir com cães, que a gente leva cadelas!...»

✉ (Um «popular», na reunião da população de Riba de Ave preparatória da manifestação contra a instalação de uma estação de lixo tóxico — «Público», 28.03.92)

«Requisição civil ou coisa parecida, mas mande-os trabalhar que é a obrigação deles.»

✉ (Vera Lagoa, carta a Cavaco Silva — «O Diabo», 31.03.92)

«O que havia na URSS e Albânia era comunismo reacçãoário...»

✉ (Eduardo Pires, comentando extinção do PC(R) — «Expresso», 28.03.92)

«Sou um homem de movimento num país em transição.»

✉ (Lucas Pires, — «Público», 28.03.92)

«Já me cheira a vitória e não é porque não mude de roupa frequentemente.»

✉ (Lord Sutch, candidato, por um partido adversário de John Major, no círculo eleitoral de Huntingdon — «Público», 29.03.92)

Agenda

Quinta, 2

• LISBOA

• LISBOA

Temas da cultura portuguesa no Centro de Trabalho Vitória - hoje sobre cinema português, com a exibição de «A Idade Maior» de Teresa Vilaverde Cabral e «O Solo de Violinos», de Monique Rutler e debate em que participam as autoras e os críticos Manuel Machado da Luz e João Manuel Pinheiro. Às 21.00.

Sessão promovida pela Comissão de Jovens Comunistas da Cidade de Lisboa, a partir das 21.30 no CT Vitória: projecção de um diaporama sobre a História do PCP e conversa com José Casanova e Joaquim Judas.

• LOURES

Plenário de militantes de Caneças - às 21.30, no CT, com a participação do camarada Francisco Pereira.

• LOURES

Reunião da célula da Cometna - no CT da Pontinha, às 17.00.

• SETÚBAL

Sessão-debate sobre problemas locais de Praias



O COMUNISMO
e o Mundo
Contemporâneo

CICLO DE DEBATES

A crise mundial contemporânea

Contradições do capitalismo como sistema mundial, crise do socialismo

com a participação de Carlos Aboim Inglês, Octávio Teixeira, Silas Cerqueira

3ª, dia 7, às 21.30 no CT Vitória

Hoje à noite
Cinema Português no CT Vitória

«A Idade Maior»
e «O Solo de Violinos»

para ver e discutir com
Teresa Vilaverde Cabral
Monique Rutler
Manuel Machado da Luz
João Manuel Pinheiro

13.00, na Quinta da Atalaia.

hiada JCP: a partir das 14.00, no Centro de Trabalho de Mirandela.

• ALPIARÇA

Plenário de eleitos e activistas CDU das autarquias locais do distrito de Santarém, para discussão das linhas fundamentais do trabalho em 1992/93. No Centro de Trabalho de Alpiarça, a partir das 10.00, com a participação do camarada Luís Sá.

• OEIRAS

Bar-concerto promovido pela JCP/Oeiras, com música ao vivo executada por vários grupos. Na SIMECQ, na Cruz Quebrada, das 15.00 às 24.00.

Porto

Debate no sábado:

A situação económica e social do distrito e o PCP na defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores

Com Domingos Abrantes

a partir das 10h
CT da Boavista

Sexta, 3

• BRAGA

5ª Assembleia da Organização Concelhia de Braga: a partir das 21.00 na sede distrital de Braga.

do Sado, com a participação de Valdemar Santos e Eusébio Candeias: às 21.00, no Praiense.

Sábado, 4

• SEIXAL
Encontro sobre a Festa do «Avan-

te!» 1992, promovida pela célula da Festa, que convida para o debate outros camaradas que participam na concepção, construção e funcionamento da Festa. Das 10.00 às

• LISBOA

Almoço, seguido de convívio durante a tarde, no CT de Alcântara, com a participação do camarada Dias Lourenço.

Plenário de militantes da freguesia de Benfica, para discussão da situação política e social e da actividade dos eleitos CDU na freguesia: às 15.00, no CT de Benfica

• MIRANDELA

Reunião da Organização Concel-

• PORTO

A situação económica e social do distrito e o PCP na defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores - debate no Centro de Trabalho da Boavista, a partir das 10.00, aberto à participação de amigos e simpatizantes do PCP e a organizações sociais. Entre os participantes estará o camarada Domingos Abrantes.

• SETÚBAL

Plenário de Reformados de Setúbal - no Centro de Trabalho, às 15.00.

Domingo, 5

• CARTAXO

Almoço-convívio comemorativo

do 71º aniversário do PCP, com a participação do camarada Aboim Inglês. No Centro Cultural e Recreativo de Vale da Pedra.

• SESIMBRA

Convívio de eleitos da CDU nas freguesias do distrito de Setúbal, no salão dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra: almoço (às 13.00) e animação cultural (a partir das 15.00) dedicada ao escritor Manuel da Fonseca, cujos poemas serão cantados por Luísa Basto, acompanhada por João Fernando. Além de Manuel da Fonseca, estarão presentes os camaradas Luís Sá e Manuel Sobral.

Terça, 7

• AMADORA

Plenário de militantes da CEL-

CAT - às 18.30, no CT da Amadora.

• LISBOA

«Contradições do capitalismo como sistema mundial, crise do socialismo»: debate integrado no

ciclo «O comunismo e o Mundo Contemporâneo» que está a decorrer, quinzenalmente às terças-feiras, no CT Vitória. Com os camaradas Carlos Aboim Inglês, Octávio Teixeira e Silas Cerqueira. Às 21.30.

Quinta, 9

• LISBOA

Plenário da célula dos Ferroviários da CP/Lisboa, para discussão da situação na empresa e situação política nacional: às 18.30, no CT Vitória.

IV ENCONTRO NACIONAL do ENSINO SECUNDÁRIO

11 de Abril

FACULDADE DE LETRAS



Juventude Comunista Portuguesa

JCP ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO
DA VIDA A ESCOLA DA VIDA AO FUTURO

Domingo em Sesimbra

Almoço e convívio de eleitos nas autarquias de Setúbal

Com a participação de Manuel da Fonseca e Luísa Basto

Proletários de todos os países, UNÍ-VOS!
O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Lê e divulga



Televisão

Quinta, 2

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Casa das Colinas
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpson
22.00 Oscars 1992 (resumo)
23.35 Antes do Fim
00.30 24 Horas
00.55 Remate
01.15 Fox-Teatro do Imaginário
(série, 1º epis.)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Fantocheiro Mágico
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Museu Vivo
14.00 Jornal das Duas
14.30 Ténis - Open do Estoril
17.00 Fora de Horas
17.25 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Concerto - Genesis
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.00 O Beco das Almas Perdidas
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Ténis

Sexta, 3

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Os Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Roubo das Jóias
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto Por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.25 Made in L.A.
(ver «Filmes na TV»)
23.10 Mamma Mia
23.40 24 Horas
00.15 Remate
00.45 Gás Mortífero
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.40 Fantocheiro Mágico
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Circo
14.00 Jornal das Duas
14.30 Ténis
17.00 Burlescos

17.25 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Veneno do Sol
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.00 O Rick de Sherwood
01.55 Ténis

Sábado, 4

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes
14.20 Corações Jovens
15.10 Concerto - Roxette em Zurique
16.10 A Escolha
(ver «Filmes na TV»)
17.55 O Século dos Detectives
18.45 A Grande Competição
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.10 Araponga
23.20 Código de Silêncio
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Contradições
02.15 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.30 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.15 Forum Musical (II)
13.15 Agarra o 2
14.15 Loura Platinada
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.10 As Teias da Lei

Domingo, 1

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Castelo da Aventura
13.40 The National Geographic Explorer
14.30 Top +
15.25 A Grande Paródia
(ver «Filmes na TV»)
17.30 ET - Entretenimento Total
18.45 Os Golos da Jornada
19.00 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.40 Conversa Afida
00.50 No Calor da Noite
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 S.O.S. Terra
10.50 Regiões Magazine
12.00 Agarra o 2
13.00 Vida Nova
14.00 Troféu
21.30 Nós 2
22.35 Palavra Puxa Palavra
23.20 Helena e os Homens
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Tauromaquia

Segunda, 6

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia

11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Brinca Brincando
14.35 Pack of Lies
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
23.00 Grandes Desafios
23.55 24 Horas
00.30 Remate
00.40 Fome de Viver
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 Fantoche Mágico
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Xanadu
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.35 Ópera - «Mefistófeles»

Terça, 7

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Thunder Road
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.15 Primeira Página
23.10 Carol & Companhia
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Alemão
12.35 O Fantoche Mágico
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 Alguns Dias na Vida de Oblomov
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Pop Off

Quarta, 8

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 I Lancieri Neri
(ver «Filmes na TV»)

16.20 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Ishtar
(ver «Filmes na TV»)
23.15 24 Horas
23.50 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2

Filmes na TV

A Casa das Colinas «Foxfire» (telefilme, EUA/1987). Realização de Jud Taylor. Interpretação de Jessica Tandy, Hume Cronyn, John Denver. Cor, 97 minutos.

Com a sua interpretação neste telefilme, Jessica Tandy ganhou os prémios Emmy e Tony e criou uma das mais consistentes figuras femininas das muitas que a cinematografia americana gerou em torno dos padrões de vida da velha América rural. Baseado numa peça de Susan Cooper que teve carreira celebrada na Broadway, «A Casa das Colinas» tem como ambiente os montes Apalaches, uma área quase mítica do património cultural e popular dos Estados Unidos. Para a passagem a filme a peça de Susan Cooper sofreu adaptações em que participou o marido de Jessica Tandy, Hume Cronyn, que intervém igualmente na película.

Sublinhe-se ainda a presença de John Denver um dos mais conhecidos expoentes da folk music americana.

Quinta, 14.35, Canal 1

O Beco das Almas Perdidas «Nightmare Alley» (EUA/1947). Realização de Edmund Goulding. Interpretação de Tyrone Power, Joan Blondell, Coleen Gray. P/B, 106 minutos.

Quase meio século volvido sobre a sua realização, o trabalho do realizador britânico «naturalizado Hollywood» Edmund Goulding mantém a segurança que o notabilizou como um profissional competente, com particular destaque para a sua direcção das grandes estrelas femininas dos anos 30 e 40.

«O Beco das Almas Perdidas» (as traduções portuguesas dos títulos filmicos constituem seguramente uma das mais mimosas manifestações do génio criador nacional...) é um melodrama passado entre profissionais de circo trabalhando com números de mentalismo e quesucumbem à tentação de utilizarem os seus dotes em diversas vigarices. O protagonista - brilhantemente interpretado por Tyrone Power - acaba a cavar a sua própria desgraça, terminando o filme com um raio de esperança e redenção a carácter dos padrões da época.

Bom espectáculo, o filme conta com um cast de excelente qualidade e muito bem dirigido.

Quinta, 23.00, Canal 2

O Roubo das Jóias «Too Many Thieves» (EUA/1966). Realização de Abner Biberman. Interpretação de Peter Falk, Britt Ekland, David Carradine. Cor, 92 minutos.

Em primeiro lugar, não confundir o realizador Abner Biberman com Herbert Biberman, o autor do famoso «Sal da Terra». Abner Biberman, contemporâneo de Herbert, foi durante muitos anos actor, começando nos anos 60 a dirigir para a TV.

A presença de Peter Falk constitui desde logo um motivo de interesse, assinando o criador do famoso «Columbo» uma boa criação de um advogado feito detective para descobrir um roubo de jóias. Um

naípe de bons actores em que sobressaem David Carradine e Britt Ekland contribui para um bom espectáculo.

Sexta, 14.35, Canal 1

Made in L.A. «Made in L.A.» (telefilme, EUA/1989). Realização de Michael Mann. Interpretação de Scott Plank, Alex Mearthur, Ely Pouget. Cor, 90 minutos.

«Made in L.A.» é um thriller do celebrado realizador de séries como «Miami Vice» e «Crime Story».

Sexta, 00.45, Canal 1



Jean Harlow: o princípio do mito das loiras de Hollywood

O argumento é bem encontrado (o duelo entre um polícia e um assaltante, ambos competentes e determinados) mas o que concede ao filme a sua principal sedução é o ritmo alucinante que caracteriza os criadores dos thrillers televisivos. Ritmo para que igualmente contribuam as cuidadas bandas e efeitos sonoros.

Feitos a contar com as reduzidas dimensões dos ecrãs de TV, com imagens em sequências hipnóticas, ruídos de expressividade intensa, filmes como este «Made in L.A.» são garantia segura de um excelente espectáculo.

Sexta, 21.35, Canal 1

Gás Mortífero «Gas-s-s-s or It Became Necessary To Destroy The World In Order To Save It» (EUA/1970). Realização de Roger Corman. Interpretação de Robert Corff, Elaine Giftos, Pat Patterson. Cor, 80 minutos.

Roger Corman declarou uma vez que pensava que «há sempre uma influência política subjacente nos meus filmes», acrescentando que «à excepção de «The Intruders», sempre tentei que ela não fosse demasiado evidente». Este «Gás Mortífero» constitui um bom exemplo desta posição.

O filme é uma ficção bizarra

que lança um grupo de jovens em pleno deserto depois de uma catástrofe ter destruído todos os seres humanos de mais de 25 anos. No essencial, trata-se de uma fábula profundamente marcada pelos universos culturais juvenis norte-americanos na década de 60: movimento hippie, LSD, pacifismo.

Destaque para a banda musical, composta e executada por um dos músicos emblemáticos da década de 60 e um dos expoentes das suas posições políticas mais radicais: «Country» Joe McDonald e os seus The Fish.

Sexta, 00.45, Canal 1

Loira Platinada «Platinum Blonde» (EUA/1931). Realização de Frank Capra. Interpretação de Jean Harlow, Robert Williams, Loretta Young. P/B, 89 minutos.

Frank Capra é uma das figuras mais curiosas da filmografia de Hollywood. Os seus universos culturais e políticos, a sua sempre afirmada confiança nas instituições democráticas, a sua afirmada convicção de que, na «livre América» sempre os pobres e os justos ganhariam tornaram-se emblemática de um período em que, numa Europa dominada pelo nazi-fascismo, os Estados Unidos do new deal de Roosevelt apareciam como um definitivo bastião das liberdades.

«A Loira Platinada» é mais uma das parábolas de Capra, desta feita afirmando a capacidade de um jornalista se libertar das seduções que sobre ele pode fazer cair o dinheiro e o luxo: um jornalista é seduzido por uma rica herdeira com quem casa indo viver para uma luxuosa mansão e num meio social que lhe é completamente estranho. No final, tudo volta ao que deve ser, o jornalista esmurma o duvidoso advogado da alta roda, divorcia-se, abandona a high society e regressa ao seu apostolado informativo...

O que, para além das suas evidentes boas intenções, torna Capra

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

A mudança

Regulares notícias e testemunhos das atrocidades cometidas pela UNITA ao longo de mais de uma década de agressão apoiada pelos racistas sul-africanos contra o povo e o Estado angolanos, nunca foram suficientes para estimular as glândulas que, nos dirigentes dos EUA, de vez em quando segregam uma coisa chamada preocupação pelos direitos humanos. Também em Portugal - e sobretudo no que ao poder político diz respeito - tais denúncias não produziram mais que oblíquas tergiversações, quando não silêncios comprometidos.

Nessa altura o sequestro até de religiosas (por acaso portuguesas), o assassinato de reféns, o extermínio de aldeias inteiras, as depredações e ataques sistemáticos sobre civis indefesos, a arma do terrorismo e da chantagem brandida com o maior descaramento, em Lisboa e noutras capitais, como argumento político, os filmes, as fotos, as reportagens, os relatos de sobreviventes, os testemunhos de populações apavoradas, que ao longo dos anos foram acumulando contra a UNITA um requisitório de terror e banditismo, jamais impressionaram ou convenceram os dirigentes dos EUA. Nesse tempo, enquanto a Secretaria de Estado recebia Savimbi pela porta do cavalo, a apreciação norte-americana sobre os crimes sangrentos da UNITA era liminarmente embrulhada no entendimento de que tudo era fruto da «propaganda comunista».

Mas a «propaganda comunista», fosse lá isso o que fosse, deixou de servir de papel de embrulho a partir do descalabro a Leste. E o processo de paz em Angola, apesar de difícil e contraditório, acabou por ter um mérito imediato: o de deixar todos os protagonistas na tragédia confrontados ao espelho da sua própria realidade.

Terminada a guerra, imposto o processo de paz no quadro de um mundo que deixou de viver uma confrontação de regimes pela implosão de um deles, as forças que se degladiam em Angola ficaram expostas, sem biombos ou máscaras alheias, na nitidez das suas existências, práticas e propostas. Do património que construíram, da realidade que são.

É neste quadro que os EUA acordam para os Direitos Humanos na Jamba, encostando o seu aliado à parede e exigindo explicações sobre os «alegados» assassínios e violações dos Direitos do Homem no seio da UNITA.

Como se os assassínios e as violações dos Direitos do Homem praticados por uma organização constituída há mais de uma década como um Estado dentro de outro Estado, fosse coisa de momento, um fenómeno que, intrigantemente, desabrochasse no calor da paz. Como se os assassínios e as violações dos Direitos Humanos praticados pela UNITA durante a guerra e abundantemente denunciados e mostrados ao longo dos anos, fossem uma ficção (como se dizia) que, «por acaso», a realidade recente veio, estapafurdidamente, confirmar.

No fim de contas estamos apenas perante mais uma demonstração de que, para os EUA e o imperialismo, existem dois tipos de assassínios e violações dos Direitos do Homem.

Os que servem os seus interesses e, por isso, são uma ficção da propaganda dos outros.

E os que já não servem esses interesses, pelo que passam a ter a condenação merecida.

Pelo que a UNITA, que nunca foi um «bando de assassínios» mas uma frente patriótica, afinal tem de explicar de repente e sem delicadezas o que se passa em relação aos assassínios e violações dos Direitos Humanos no seio do movimento.

Daí ficarem duas coisas, para já, claras.

Uma, que o movimento de Jonas Savimbi já não está nas boas graças dos EUA.

A outra, que a UNITA não se tornou, de repente, um bando criminoso, porque nunca deixou de o ser.

Deixou foi de ter amigos.

■ HC

PCP leva à AR problemas dos mineiros de Jales

Na segunda-feira o Partido Comunista Português apresentou na AR um requerimento, através do deputado João Amaral, em que, chamando a atenção para as difíceis condições em que vivem e trabalham os mineiros em Jales, se associa e solidariza-se com as reivindicações dos mineiros, nomeadamente a negociação e aplicação do Contrato Colectivo de Trabalho, assim como as garantias de segurança social e cobertura por seguro face a acidentes de trabalho.

O PCP chama ainda a atenção para a importância económica da Mina e as suas repercussões regionais,

económicas e sociais, e para as promessas e expectativas criadas pelo Governo, em período pré-eleitoral, nomeadamente quando tanto alarde fez de um chamado programa de luta contra a pobreza.

O deputado João Amaral interpela ainda o Governo quanto à concretização do referido programa, quanto a medidas de apoio e controlo económico para garantir o desenvolvimento da empresa, e quanto à necessidade do Governo intervir para que o diálogo e a negociação de contratação colectiva conduzam a soluções sociais e laborais mais justas.

O Partido Comunista Português, ao tomar esta iniciativa, expressou mais uma vez — numa nota da direcção regional de Vila Real — a sua total solidariedade com os Mineiros em luta e recordou com profunda preocupação o progressivo afundamento do sector mineiro transmontano, face ao qual não se vislumbra qualquer capacidade do Governo para o solucionar, falta de capacidade a que a DORVIR associa uma manifesta falta de vontade política, num total desinteresse pelo desenvolvimento da região e o aproveitamento dos seus recursos naturais e de completo desprezo pelos

direitos e interesses dos trabalhadores mineiros.

Solidariedade

No seguimento do apelo lançado pela União dos Sindicatos de Vila Real-CGTP/IN para desencadear um movimento de solidariedade com os mineiros de Jales, recebemos informação de que quem deseja ajudar os trabalhadores das Minas de Jales o pode fazer através da Caixa Geral de Depósitos de Vila Real, através do nº de balcão 0906 e o nº conta 064 045.730, em nome de USVR-Movimento de Solidariedade com os Mineiros de Jales.

Ordem dos Jornalistas: um trampolim para alterar leis

A criação de uma ordem dos jornalistas, ao implicar a alteração do Estatuto do Jornalista e do Regulamento da Carteira Profissional, cria base de apoio e serve de pretexto para a revisão global da legislação da Comunicação Social, há muito pretendida por sucessivos governos.

As alterações que os governos têm pretendido, responderam os jornalistas com uma posição unânime, situação que seria alterada com a divisão Sindicato/Ordem.

É isto que explica o generoso apoio financeiro do Governo à chamada Associação dos Jornalistas Portugueses (AJP), a quem concedeu em Outubro um subsídio de 2860 contos (conforme «Diário da República» de 30/11/91, II Série).

Successivos governos pretendiam alterar a Lei de Imprensa no sentido de limitar a liberdade de informação, nomeadamente reduzindo ou anulando o direito ao sigilo profissional (protecção das fontes) e o acesso às fontes de informação.

A partir do acordo PSD/PS de Revisão Constitucional — e apesar da oposição firme dos jornalistas e do próprio Presidente da República — um primeiro passo foi dado com a criação de uma Alta Autoridade governamentalizada, com a extinção do Conselho de Imprensa e com a redução dos poderes dos Conselhos de Redacção.

Agora, num segunda fase, ao financiar a constituição de uma ordem mascarada de associação, o Governo pretende

garantir o aval às alterações legislativas que deseja, para melhor.

A criação de uma ordem de inscrição obrigatória assume, além do mais, aspectos inconstitucionais e é um atentado ao direito de opção individual de cada jornalista quanto às organizações em que se filia.

Os poderes deontológicos sobre a actividade jornalística não devem ser atribuídos a um organismo que nasce de forma artificial e umbilicalmente ligado ao Governo.

Nada temos contra a liberdade de constituição de associações de jornalistas. Mas não se pode aceitar que, a coberto do nome associação, se pretenda impor um organismo corporativo de inscrição obrigatória, o que desde sempre contou com a oposição da classe.

Julgando poder enganar os jornalistas — e face à oposição da classe à ideia da ordem — a AJP tenta agora fazer uma mistificação convocando um referendo (quem o vai controlar, qual a metodologia e o universo dos votantes?) para constituir uma «associação pública», quer dizer, uma ordem sem lhe dar esse nome.

É a isto que o povo chama «vender gato por lebre».

31 de Março de 1992

O Organismo de Direcção do Sector da Comunicação Social da ORL do PCP

Continuam as greves no Metro e na Carris

As paralisações de quatro horas por dia (entre as 6 e 30 e as 10 e 30) prosseguem no Metropolitano de Lisboa até amanhã, sexta-feira. As greves coincidem com paralisações na Carris anunciadas para ontem e para hoje, quinta-feira, 2.

A semana passada, das 900 viaturas que deveriam circular em Lisboa, nem 70 chegaram a entrar ao serviço; isto segundo fonte da empresa, porque os sindicatos afirmam que esse número foi muito menor, não chegando aos 40 os autocarros que circularam sexta-feira passada.

As paralisações no Metro sucedem-se quase diariamente desde 18 de Fevereiro findo. Os trabalhadores e os sindicatos pretendem que o prémio de produtividade deixe de ser anual e passe a ser atribuído por trimestre. Outra das fortes razões da greve é a diferença entre salários de trabalhadores e quadros técnicos. Estes últimos, que não chegam a representar 20 por cento dos 1850 trabalhadores da empresa, foram aumentados 40 por cento no ano passado, enquanto o restante

pessoal recebia aumentos de 13,5 por cento. Os trabalhadores também discordam dos aumentos impostos pela administração em 1992.

Na Carris, trabalhadores e sindicatos lutam também contra os baixos salários e não aceitam os aumentos impostos pela administração, que não chegam aos 11 por cento.

Greve na Mabor

Por um aumento de 13 por cento nos salários, continuavam por seu lado em greve os trabalhadores da Continental/Mabor. Segunda-feira passada, com 98 por cento de adesão, a fábrica esteve completamente paralisada. O

pessoal tem parado três horas por turno.

A administração é responsabilizada pelos prejuízos da greve que, em 30 do corrente, já somava um total de 42 horas.

A luta envolve principalmente o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte.



As delegações no CT da Soeiro Pereira Gomes

Encontro PCP-PSN

Na passada segunda-feira realizou-se no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes um encontro entre delegações do Partido de Solidariedade Nacional — PSN e do PCP.

A delegação do PSN era constituída por Jerónimo Sousa, presidente, Manuel Silva

Mendes, secretário-geral, Agostinho Schuber, António Nabais e Gabriel Carvalho, da Direcção Nacional, e a delegação do PCP por Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, e Américo Costa, do Comité Central.